



CIDADANIA E PROTAGONISMO SOCIAL

ALFREDO PIERITZ NETTO
CAROLINE B. MAIA CADORE
GUILHERME AUGUSTO HILÁRIO LOPES
HUGO RIOS BRETAS
JOVANKA DE GENOVA
MARCONE COSTA CERQUEIRA
MARLENE DE OLIVEIRA FIOROTTI



ACESSE AQUI ESTE
MATERIAL DIGITAL!

EXPEDIENTE

Coordenador(a) de Conteúdo

Vera Lucia Hoffmann Pieritz

Projeto Gráfico e Capa

Arthur Cantareli Silva

Editoração

Alan Diego Hordina; Ellen Jeane Versari;

Laura Janke

Design Educacional

Amanda Peçanha dos Santos.

Revisão Textual

Salen Nascimento

Ilustração

Andre Luis Azevedo da Silva

Eduardo Aparecido Alves

Fotos

Shutterstock e Envato

FICHA CATALOGRÁFICA

C397 Centro Universitário Leonardo da Vinci.

Núcleo de Educação a Distância. **CERQUEIRA**, Marcone Costa

Cidadania e Protagonismo Social / Alfredo Pieritz Netto; Caroline B. Maia Cadore; Guilherme Augusto Hilário Lopes; Hugo Rios Bretas; Jovanka de Genova; Marcone Costa Cerqueira; Marlene de Oliveira Fiorotti - Florianópolis, SC: Arqué, 2023.

216p.

ISBN papel 978-65-6083-416-3

ISBN digital 978-65-6083-411-8

1. Cidadania 2. Protagonismo 3. Social

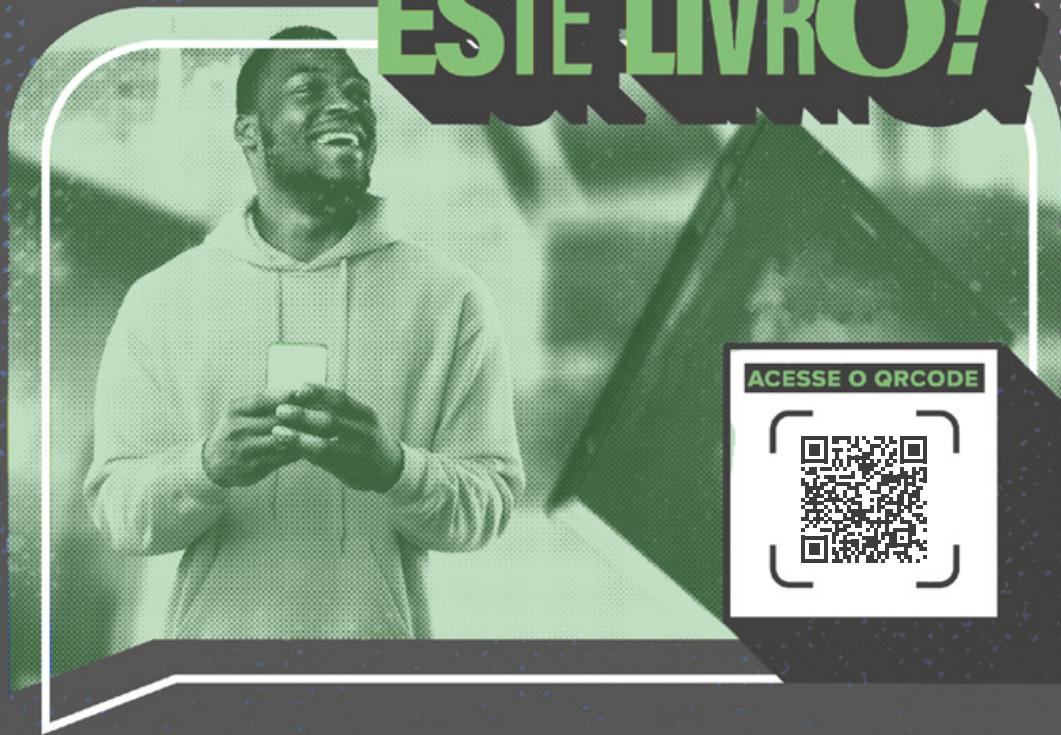
CDD - 323.6

Bibliotecária: Leila Regina do Nascimento - CRB- 9/1722.

Ficha catalográfica elaborada de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Impresso por:

AVALIE ESTE LIVRO!



ACESSE O QR CODE



CRIAR MOMENTOS DE APRENDIZAGENS
INESQUECÍVEIS É O NOSSO OBJETIVO E POR ISSO,
GOSTARIAMOS DE SABER COMO FOI SUA EXPERIÊNCIA.

Conta para nós! leva *menos de 2 minutos*. Vamos lá?!



»

RECURSOS DE IMERSÃO



PENSANDO JUNTOS

Este item corresponde a uma proposta de reflexão que pode ser apresentada por meio de uma frase, um trecho breve ou uma pergunta.



APROFUNDANDO

Utilizado para temas, assuntos ou conceitos avançados, levando ao aprofundamento do que está sendo trabalhado naquele momento do texto.

PRODUTOS AUDIOVISUAIS

Os elementos abaixo possuem recursos audiovisuais. Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.



PLAY NO CONHECIMENTO

Professores especialistas e convidados, ampliando as discussões sobre os temas por meio de fantásticos podcasts.



EU INDICO

Utilizado para agregar um conteúdo externo.



EM FOCO

Utilizado para aprofundar o conhecimento em conteúdos relevantes utilizando uma linguagem audiovisual.



ZOOM NO CONHECIMENTO

Utilizado para desmistificar pontos que possam gerar confusão sobre o tema. Após o texto trazer a explicação, essa interlocução pode trazer pontos adicionais que contribuam para que o estudante não fique com dúvidas sobre o tema.



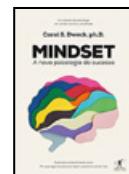
INDICAÇÃO DE FILME

Uma dose extra de conhecimento é sempre bem-vinda. Aqui você terá indicações de filmes que se conectam com o tema do conteúdo.



INDICAÇÃO DE LIVRO

Uma dose extra de conhecimento é sempre bem-vinda. Aqui você terá indicações de livros que agregarão muito na sua vida profissional.



SUMÁRIO

7

UNIDADE 1

O SUJEITO: TER OU SER, EIS A QUESTÃO - EU SOU SUJEITO - CIDADÃO OU SUJEITADO?	8
CONDUTAS: DEVO, MAS NÃO POSSO; POSSO, MAS NÃO DEVO; DIZEM QUE É CERTO, MAS PARECE ERRADO, E AI?	32
NA BIFURCAÇÃO DAS ESCOLHAS, QUAL É A MELHOR ALTERNATIVA?	52

77

UNIDADE 2

UNIVERSO: A PARTE É MAIOR QUE O TODO, OU O TODO É MAIOR QUE A PARTE?	78
ÉTICA: TODA MORAL É ÉTICA? EU VEJO O OUTRO COM OS OLHOS DO OUTRO OU COM MEUS OLHOS?	102
PROTAGONISMO: EU, CIDADÃO DO MUNDO, CIDADÃO DO BAIRRO E DA FAMÍLIA OU PROTAGONISTA DA MINHA VIDA?	122

139

UNIDADE 3

PERTENCIMENTO À SOCIEDADE, A VIDA FAMILIAR E COMUNITÁRIA: MEUS SENTIMENTOS E LAÇOS, PERTENCER OU NÃO PERTENCER?	140
CONTRA FATOS E ATOS, NÃO HÁ BOATOS; A VIDA É PARA VIVER, MAS COMO VIVER E CONVIVER?	166
INDAGAÇÕES	194



*uni
dade*

The graphic design features a large, bold, black sans-serif typeface for the word "uni". Below it, the word "dade" is written in a similar font, with the letter "d" being the most prominent. A horizontal yellow bar underlines the "d" and "a". The entire composition is set against a white background and is partially obscured by abstract black and white geometric shapes, including a large trapezoid-like form above and a smaller one below.



TEMA DE APRENDIZAGEM 1

O SUJEITO: TER OU SER, EIS A QUESTÃO - EU SOU SUJEITO - CIDADÃO OU SUJEITADO?

MINHAS METAS

- Analisar e compreender a relação entre as noções de "ter" e "ser" dentro de um enfoque político-econômico.
- Conhecer e analisar os conceitos de Estado, sociedade e cidadania.
- Analisar e compreender a relação entre os conceitos de cidadania e participação social e política.
- Conhecer e compreender os conceitos e teorias que embasam a noção moderna de cidadão e sua relação com o mercado.
- Compreender e criticar as construções sociais, políticas e valorativas que subjugam o sujeito a partir de uma noção de consumismo mercadológico.
- Analisar, compreender e criticar os conceitos e teorias que fundamentam as noções modernas de cidadania a partir da coletividade.
- Conhecer e compreender os aspectos relativos à convivência democrática e ética no contexto social.

INICIE SUA JORNADA

Olá, estudante! Iremos nos debruçar sobre temas relevantes para a compreensão do convívio social, das relações entre indivíduos, grupos sociais e coletividade, bem como sobre a condição dos sujeitos na sociedade. Nossa intenção é compreender, de maneira teórica e prática, a condição do indivíduo humano enquanto sujeito, cidadão e participante de um coletivo social permeado de meandros multifacetados e amplos. Para esse intento, nos valeremos de alguns itinerários teóricos e práticos, principalmente, em vista de articular a conceitualização de situações e práticas que nos permitam um vislumbre completo do tema. A correlação entre ter e ser, entre individualidade e coletividade, entre ser um sujeito particular e ser um cidadão pertencente a uma sociedade. Todos esses temas convergem para a discussão proposta neste tema de aprendizagem. Para desenvolvemos tal itinerário, começaremos por vislumbrar uma situação que possa subsidiar essa discussão.

Uma mulher, negra, moradora da periferia de um grande centro urbano, que está à procura de um emprego. Ela cuida de um filho, mora, ainda, com sua mãe e não tem muita ajuda do pai da criança. Ao participar de uma entrevista de emprego, ela percebe que está sendo julgada por sua aparência, principalmente por suas roupas simples e sua raça (ancestralidade), obviamente ela questiona o entrevistador, o qual responde: – que apenas está buscando a pessoa “certa” para o cargo, uma vez que a empresa é privada e tem suas diretrizes de admissão de pessoal. A mulher, então, questiona sobre seu direito como cidadã, argumentando, ainda, que a postura da empresa é discriminatória, um crime.



Por fim, a relação social ali estabelecida entre empregador e candidata à vaga de emprego acaba se tornando um embate sobre cidadania, direitos e igualdade. Infelizmente, por não ter acesso às instituições públicas que deveriam ser acionadas no caso, a jovem retoma sua jornada em busca de emprego, dignidade e sobrevivência.

VAMOS RECORDAR?

É extremamente importante termos em mente, de forma clara e articulada, a relação entre dignidade humana, direitos humanos e relações sociais. Todas as relações humanas empreendidas em sociedade devem ser permeadas pelos direitos individuais, resguardados, principalmente, pelo Poder Público. Para recordarmos melhor este tema, indicamos a breve leitura do artigo *"Poder, crise e insurgência no Brasil e o direito a ter direitos"*.



DESENVOLVA SEU POTENCIAL

ESTADO E MODERNIDADE

A chamada **sociedade moderna** está alicerçada em conceitos, pressupostos e valores oriundos de várias transformações civilizacionais que se descontinaram durante a formação do **Estado Moderno** e da constituição de um **Mercado Econômico** independente, alavancado pelo surgimento do **modo de produção capitalista**. Na esteira desses processos sociais, políticos e econômicos, ocorreram importantes mudanças em noções como as de: sujeito, cidadania, participação social, direitos humanos, justiça social etc. Todavia, é preciso compreender como tais mudanças se coadunam e contribuem para a formação de um tecido social complexo, cheio de nuances, intrincamentos e desdobramentos.

Toda e qualquer transformação social, principalmente quando acontece, de maneira uníssona, nas instituições de uma sociedade, causa desdobramentos que reverberam nas relações entre os indivíduos, constituindo novas diretrizes de ação, relacionamentos e valorações. Como aponta Alberoni (1991, p. 69): “No processo de transformação social, alguns indivíduos veem descortinar-se diante de seus olhos novas e inesperadas possibilidades. Outros veem seus sonhos desmoronar, sentem-se desarraigados e fugitivos em seu próprio país”.



Para compreendermos melhor esse processo, é preciso elucidar como o surgimento do Estado Moderno, a ascensão do capitalismo e a luta por direitos humanos construíram a base na qual está erigida a sociedade moderna. A partir dessa compreensão preliminar, poderemos analisar e criticar a forma como as noções de sujeito, cidadania, participação social e direitos humanos estão implicadas nas relações entre os indivíduos, bem como entre indivíduos e instituições sociais.

Começaremos por analisar, de maneira teórica e historicamente, como surge uma moderna noção de “eu” individual na História, sobretudo tendo em vista como era a compreensão do indivíduo nos momentos históricos anteriores. Após essa definição basilar, passaremos a escrutinar o surgimento de uma teoria sobre a constituição do Estado, o que nos levará a compreender o substrato no qual está alicerçada a noção de cidadão, bem como de direitos individuais e coletivos. Como desdobramento dessas análises, passaremos a discutir os processos

valorativos existentes em sociedade, o sujeito frente ao coletivo e a classificação social dos indivíduos. Escrutinaremos, ainda, mesmo que sucintamente, as bases do moderno modo de produção capitalista e seu impacto na constituição do atual modelo civilizacional.

É preciso compreender o processo de valoração dos sujeitos em vista de sua aparência, suas posses, seu “status social”, bem como a maneira como as discriminações e injustiças sociais surgem desse processo. Mais além, é necessário responder aos questionamentos: ter ou ser? Sujeito-cidadão ou sujeitado? Tais compreensões e críticas nos proporcionam uma percepção ampla e reflexiva sobre as interfaces e relações dos indivíduos enquanto “sujeitos sociais”, em todos os níveis.

O SURGIMENTO DO “INDIVÍDUO” NA MODERNIDADE

Muito se tem tratado da questão do “**indivíduo**” na constituição da sociedade moderna, com clara ênfase à temática da individualidade, da subjetividade e dos direitos individuais. Entretanto, é necessário compreendermos que tal discussão está ancorada em conceitos, valores e pressupostos solidificados na Modernidade. Seja por vias de uma filosofia iluminista, que postulava a independência racional do indivíduo humano, seja por influência de ideais liberais clássicos, que promulgavam a “individualidade” como fonte de liberdade, a questão é que o “ser humano” passou a ser compreendido de forma distinta do que se via na Antiguidade Clássica e no Medievo.

EU INDICO

A Modernidade não pode ser pensada como um acontecimento fixo, assim como nenhum período histórico. Quando se trata de conceitos surgidos nesse período, a questão é ainda mais complexa, tal como com o conceito de “sujeito”. Inúmeras áreas do saber se debruçaram sobre tal tema: a psicologia, a filosofia, a antropologia. Como subsídio para compreender melhor esse importante conceito, indico o [artigo](#) *A invenção do sujeito*.



Na Antiguidade, o indivíduo era suplantado pelo peso da coletividade, em outros termos, o “**sujeito**” só existia em vista de sua convivência na **polis**, entre seus pares e sob a constituição da mesma cultura. De acordo com o filósofo Aristóteles (1998), um indivíduo que morasse fora da **polis**, a cidade grega, ou era um deus, que não precisava de ninguém, ou uma fera, uma criatura irascível e selvagem. Por essa visão, exprime-se o que era a noção de sujeito na Antiguidade Clássica: a convivência coletiva era o parâmetro definidor de todas as instâncias da vida do sujeito.

A religião nacional, os costumes, a cultura, a forma de vida, todos esses elementos tornavam o sujeito uma peça interligada em um grande “sistema social”. Esse arranjo não permitia uma mobilidade social muito grande. Em geral, os sujeitos nasciam, viviam e morriam na mesma classe social, sob o mesmo status. Questões como direitos individuais, igualdade social e justiça eram temas diluídos na própria constituição de uma noção de “cidadania”, baseada no caráter coletivo do corpo social e político.

A exemplo do que ocorria na Grécia Antiga, em Roma, no período clássico, todos os indivíduos considerados cidadãos, eram resguardados pelas leis e havia uma noção clara de garantia de direitos. Todavia, não havia uma garantia de liberdade plena ou mesmo de individualidade, o status social era conquistado.



Numa primeira fase, a arcaica, de base rural, a educação assenta na tradição (*mos maiorum*), na reverência para com os mais velhos e para com os deuses (*pietas*), no valor do paradigma (histórias como as de Múcio Cévola, Horácio Cocles e outras) (PEREIRA, 2002, p. 196).

Nesses termos, era a tradição que definia os rumos da vida dos sujeitos e de suas relações sociais, políticas e econômicas.

Na chamada **Idade Média**, o tema da religião, pelo menos no mundo ocidental, foi determinante para assentar as bases de uma compreensão social e política das relações entre os sujeitos. O Cristianismo tornou-se a religião dominante, arregimentando, sob sua égide, praticamente, todas as instituições sociais, estabelecendo normas vigentes de conduta e relações entre os sujeitos. Nesse cenário, a dignidade da pessoa humana passou a ser medida por meio de preceitos puramente religiosos. Os dogmas, doutrinas e preceitos do Cristianismo estabeleci-

as bases de justiça social, julgamento moral e imputação de culpabilidade. As desigualdades sociais, principalmente a diferença entre as classes sociais, eram justificadas pela “**vontade divina**” e arrefecidas pela promessa de uma “**vida eterna**” repleta de alegrias e felicidade. Os governantes eram justificados pela “eleição divina” e suas sentenças eram legitimadas pela anuência da Igreja enquanto representante de Deus na Terra.



PENSANDO JUNTOS

Em diversos momentos históricos, as religiões tiveram papel central na organização política e social, definindo os rumos da sociedade. Olhando para o mundo de hoje ainda, é possível ainda ver as religiões influenciando na organização social, na discussão sobre o que é certo e errado, o que é aceito ou não, o que é justo ou injusto. Como você acha que esse tema influencia a discussão sobre cidadania, democracia e direito dos indivíduos atualmente?

Foi apenas na Modernidade que esse cenário começou a mudar. Podemos definir, para efeitos puramente didáticos, o século XV como início incipiente desse movimento. O Renascimento Humanista, com todas as suas nuances artísticas, filosóficas e científicas, retomou o ideal de “ser humano” a partir de todas as suas potencialidades, fraquezas e mundaneidades. Mais que isso, como bem pontua Bignotto (2012), o Renascimento Humanista, principalmente na Itália, retomou o lugar do “público”, do discurso, da participação da vida ativa nas cidades, algo que havia se desvanecido no Medievo. Esse período é importante, pois podemos classificá-lo como uma transição entre as noções medievais de sociedade e as insurgentes noções modernas, as quais afloraram de maneira incipiente no Renascimento e desabrocharam plenamente na Modernidade.

A noção de indivíduo, como a conhecemos hoje, surge exatamente nesse momento de “aurora histórica”, permeada por uma compreensão do ser humano como sujeito autônomo e livre. Pensadores como John Locke, Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau, Thomas Paine, dentre muitos outros, forjaram uma noção de indivíduo que se tornou a base para a constituição da noção de Estado Moderno. É preciso fazer um sucinto adendo nesse ponto. Deve-se ressaltar que entre esses autores existem profundas e importantes diferenças teóricas. Entretanto, parece unânime entre eles a ideia de que o ser humano é

um “indivíduo”, com direitos naturais, liberdade e condições de estabelecer sua vontade no convívio social. O “eu”, individual e livre, toma contornos a partir dos direitos naturais, os quais são inalienáveis e precedem a sociedade.

A lei natural, fundamento dos direitos naturais, garante, ao ser humano, seus direitos básicos, sobrevivência, subsistência, posse de bens, liberdade etc. Segundo Várnagy (2006, p. 59): “A lei natural é uma lei eterna para todos os homens, incluídos os legisladores, cujas leis positivas têm de ser acordes com as leis naturais, dotadas assim de um poder coativo para obrigar aqueles que não a respeitam”. Esse movimento empreendido na Modernidade fundamenta uma nova concepção de “**dignidade humana**”, não mais alicerçada apenas na pertença social, como na Antiguidade, muito menos lastreada por doutrinas religiosas restritivas.

A dignidade humana está representada pela própria individualidade e subjetividade do indivíduo, seus direitos naturais e sua liberdade inalienável. A noção do chamado **Estado Moderno** será arquitetada a partir das premissas advindas desse movimento de valorização do indivíduo, de sua liberdade e da garantia de direitos. Os direitos naturais, fundamentados na lei natural, devem ser representados “positivamente”, em outros termos, como leis promulgadas por um estamento político-jurídico.

A partir deste ponto, podemos começar a dirimir a questão do Estado, sua função e sua constituição enquanto intermediador, regulador e garantidor dos direitos individuais e coletivos dos sujeitos.



ESTADO MODERNO, DIREITOS E CIDADANIA

Como já indicado, a noção de Estado, como a conhecemos atualmente, surge na Modernidade, impulsionada pela mudança de perspectiva sobre a dignidade da pessoa humana e lastreada pelas profundas mudanças políticas, econômicas e sociais acumuladas desde o Renascimento Humanista. A necessidade de combater os regimes absolutistas instaurados na Europa desde o fim da Idade Média, levou vários pensadores a propor uma nova perspectiva de organização política e social. O chamado “**contratualismo**” surge como concepção inovadora na Modernidade e fundamenta uma noção de organização política inédita. De forma geral, a teoria contratualista propõe a criação de um “**Estado artificial**” para a organização política dos indivíduos. Existe um “**Estado natural**”, no qual os indivíduos possuem os já aludidos direitos naturais, mas, em tal Estado não há consenso, muito menos segurança e organização.

Assim, é preciso criar um “Estado político” estabelecido por leis, organizado e intermediado por instituições imparciais. Segundo os teóricos contratualistas, os indivíduos aceitam abdicar de sua liberdade natural, o Estado de natureza, e se submetem à intermediação do Estado enquanto “ente” imparcial. Nas palavras de Locke (1998, p. IV):



A liberdade de um indivíduo na sociedade não deve estar subordinada a qualquer poder legislativo que não aquele estabelecido pelo consentimento na comunidade, nem sob o domínio de qualquer vontade ou restrição de qualquer lei, a não ser aquele promulgado por tal legislativo conforme o crédito que lhe foi confiado (LOCKE, 1998, p. IV).

Nesses termos, o Estado se constitui como poder legislador, intermediador e garantidor das liberdades e direitos individuais, todavia, sua legitimização vem do consentimento dos próprios sujeitos, que acordam entre si a constituição desse “ente político-jurídico”. Não é mais um monarca autocrata que define as leis e os parâmetros de justiça, muito menos são textos sagrados que direcionam o que é certo, errado ou justo. O Estado Moderno surge como expressão da própria vontade dos indivíduos acordados juntos, tal visão é ferrenhamente defendida

por outro autor iluminista, Jean-Jacques Rousseau. Para Rousseau, a participação de todos os indivíduos na legitimação do poder legislador do Estado é a garantia da liberdade de cada um.

Haveria muito mais a elucidar sobre os meandros teóricos que constituem a proposição moderna de Estado, entretanto, por limitações de espaço, devemos ressaltar as premissas já elencadas. O Estado deve ser imparcial, legitimado pela vontade dos indivíduos, garantidor de direitos individuais e coletivos, além de ser mediador nas disputas sociais. Mais ainda, o Estado deve garantir a dignidade da pessoa humana através de seus direitos, proporcionar as relações humanas de maneira tolerante, democrática e a completa efetivação da cidadania.

Os direitos humanos não foram conquistas “doadas” pelo Estado, são resultado de séculos de disputas sociais, lutas políticas e avanços intelectuais e teóricos. Como nos instrui Gomes (2016), os direitos humanos são tradicionalmente divididos em três gerações: a primeira com direitos políticos e civis; a segunda com direitos sociais; a terceira com direitos difusos e coletivos. A primeira geração de direitos é a marca do surgimento do Estado Moderno. A segunda geração, com direitos relacionados à saúde, à moradia, à segurança, ao trabalho, surge apenas no início do século XX.

A partir da primeira **geração de direitos**, a cidadania passou a ser percebida como o direito de cada indivíduo em participar da vida pública, política, não ser julgado ou condenado arbitrariamente, muito menos ser perseguido ou limitado pelas instituições sociais estabelecidas no Estado. Além disso, a cidadania pressupõe a garantia de todos os direitos individuais e coletivos pertencentes ao indivíduo, pelo simples fato de ser um “sujeito”, uma “pessoa”, portadora natural de dignidade.

A noção de gerações de direitos surge como forma de compreender o desenvolvimento dos direitos ao longo da História.

Por essas premissas de cidadania, nenhum indivíduo pode ser julgado, discriminado ou cerceado por conta de sua cor, raça, credo religioso, orientação sexual, gênero, classe social ou filiação partidária. As noções de dignidade humana e

liberdade fundamentam os direitos naturais. A partir dessas noções, erige-se o Estado. Por fim, por função desse Estado, a dignidade humana, a liberdade e os direitos devem ser garantidos. Por esse prisma, não é o Estado que legitima os direitos a liberdade e a cidadania, ao contrário, são as premissas de liberdade, dignidade e direitos que justificam a existência desse “ente político-jurídico”.



INDICAÇÃO DE LIVRO

A invenção dos direitos humanos.

Editora: Companhia das Letras

Autor: Lynn Hunt

Sinopse: Nesta importante obra, a autora Lynn Hunt, faz um traçado histórico-crítico dos direitos humanos a partir das revoluções ocorridas na Modernidade. Em sua crítica, ela apresenta a discrepância entre a promulgação dos direitos básicos e a demora histórica em se efetivar tais direitos. Tal abordagem é interessante para avaliarmos melhor os pontos que discutimos durante este tema, a forma como primeiro se constitui o Estado, institucionalizado, para então se efetivar em os direitos dos indivíduos. Vale a pena a leitura.



O “Eu”, indivíduo particular, surgido na Modernidade, não é obliterado pela coletividade. Não há uma passividade resignada. O que deve haver é uma participação ativa de cada indivíduo na constituição do Estado, das instituições políticas, do arranjo social. Dessa forma, a cidadania deve ser pensada sempre como “condição ativa” dos sujeitos, não se pode pensar em um indivíduo “sujeitado”.



Cada sujeito possui direitos inalienáveis que devem ser garantidos pelo Estado, tanto na subjetividade quanto na coletividade, seja nas individualidades de cada um, seja na vivência das relações humanas no cenário político-social. Há de se ressaltar que individualidade, subjetividade, particularidade, inerente a cada indivíduo em sua “singularidade”, não devem ser entendidas como individualismo puro, egoísmo, particularismo ou descaso com o interesse da comunidade.

ESTADO, SOCIEDADE E ESFERA PRODUTIVA

Podemos ver, até o momento, uma breve relação entre a realidade social e a constituição de uma esfera política, representada sobretudo pela existência de um “ente político-jurídico” denominado de Estado. Nessa relação, os indivíduos estão inseridos na qualidade de cidadãos, detentores de direitos e deveres, possuindo um papel ativo e dinâmico de legitimação e participação da vida social e política. Todavia, há um terceiro elemento que constitui o tecido da sociedade moderna, a saber, o “Mercado Econômico”. A Esfera Produtiva da sociedade, responsável pela divisão social do trabalho, influencia de maneira direta as relações entre os indivíduos, bem como a relação entre indivíduos e as instituições políticas.

Na Idade Média, o trabalho era desenvolvido majoritariamente em vista da subsistência, da demanda de necessidades básicas e da manutenção de um modo de produção feudal. Dedicado a um tipo de governo absolutista, baseado na figura do monarca, o modo de produção estava regido pela relação entre os que detinham a terra e aqueles que possuíam apenas a força de trabalho. Tal modelo vai se modificando conjuntamente à própria mudança do modelo hegemônico de governo surgido na Modernidade. Em outros termos, o modo de produção feudal, lastreado por um modelo de governo absolutista, monárquico, vai dando lugar a um novo modo de produção, ancorado no incipiente modelo de governo baseado no Estado.

Na medida em que se constrói o conceito de “indivíduo” na Modernidade, constrói-se também uma nova perspectiva sobre o lugar do trabalho na sociedade e suas relações de domínio dentro do palco político. Duarte (2004, p. 48), ao tratar das relações de trabalho no modelo capitalista, nos instrui da seguinte maneira:

“Mas essa forma de trabalho é uma forma historicamente situada, que surgiu juntamente com os demais aspectos essenciais que caracterizam a sociedade capitalista, que é a sociedade que sucedeu ao feudalismo e que existe até hoje”.

A esfera produtiva toma uma importância inédita na História da humanidade, aliada ao conceito de indivíduo, a noção de trabalho se prenderá a uma realização individual, não mais a uma atividade que identificava o sujeito socialmente. No modelo capitalista, todo o processo produtivo é determinado por variáveis econômicas em vista do lucro, inclusive o tempo da pessoa que trabalha. Se, no modelo feudal, ou manufatureiro, a pessoa determinava seu ritmo de trabalho, no modo de produção capitalista, o ritmo é ditado pela máquina. Assim como no modelo feudal, no modo de produção capitalista existem aqueles indivíduos que detêm os meios de produção, bem como aqueles que vendem sua força de trabalho.

Todavia, o grau de relação social entre esses indivíduos não é mais aquele existente no modelo anterior; agora, o Estado intermedeia tal relação mediante-regulação, fiscalização e garantia de direitos e deveres. A realidade do mercado econômico surge, então, como resultado do arranjo entre a esfera produtiva, a esfera social e a esfera política. Nesse mercado, as relações são lastreadas pelos dispositivos legais estipulados pelo Estado.



INDICAÇÃO DE FILME

O Preço do Amanhã.

Ano: 2011

Sinopse: Em um futuro distópico, as pessoas nascem com relógios biológicos, que determinam o tempo de vida de cada uma delas. Esse relógio só é atualizado com base no trabalho, assim, cada minuto de trabalho é um minuto a mais de vida. Entretanto, é uma sociedade injusta e desigual, poucos vivem muito e a maioria tem vidas curtas. Esse é o cenário de uma grande história de amor e luta social por um mundo mais justo.

Comentário: esse filme é muito interessante para compreender a forma como o “tempo de trabalho” é crucial para a produção de riqueza e para a base de uma sociedade totalmente dominada pelo modo de produção. As pessoas trabalham em troca de mais tempo, mais recursos e mais justiça, expressando bem o que é o domínio do tempo dentro do modo de produção capitalista.



Sobre essa relação, tem-se duas visões antagônicas: uma tida como liberal, a qual defende que o Estado deve intervir o mínimo possível nas relações estabelecidas dentro do mercado econômico; outra tida como socialista, que defende que o Estado deve gerir por completo as relações produtivas, bem como os próprios meios de produção. No incipiente Estado Moderno, a visão liberal ganhou hegemonia, tornando as relações de trabalho um dos aspectos nos quais a liberdade individual se concretiza. Tal liberdade, a partir do modelo liberal hegemonic no Estado Moderno, estaria representada nas relações diretas entre os indivíduos, cada qual, imbuído de seus interesses, agiria como lhe parecesse melhor e mais proveitoso. Como indica um dos fundadores do liberalismo econômico, Adam Smith: “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse”.

Nesse jogo de interesses, as relações de trabalho, de comércio, bem como qualquer relação financeira, se dariam sem qualquer intervenção direta do Estado, a não ser a regulação e a garantia de direitos.

Temos, então, o palco completo para a consolidação da sociedade moderna: um Estado de direito, uma esfera produtiva independente, e uma noção social de indivíduo. Entretanto, as relações sociais foram se direcionando por uma classificação cada vez mais influenciada pela dinâmica econômica, a constituição de toda uma cultura de consumo, baseada na posse de bens, na classificação do status social a partir do critério econômico, na divisão do espaço urbano a partir dessa mesma lógica de poderio financeiro.

As classes mais pobres foram “despejadas” nas periferias dos grandes centros, as melhores localidades foram ocupadas pelas classes mais abastadas, criando-se toda uma gama de discriminação a partir da raça (ancestralidade), da classe social e do poder aquisitivo. O “ter” tornou-se mais importante do que o “ser” dos indivíduos, de maneira mais acentuada, a classificação social em vista das relações econômicas, subverteu totalmente a premissa da dignidade humana.

O Estado passa a gerir as deficiências desse modelo capitalista, sendo responsável por arrefecer a desigualdade social, a partir da garantia de direitos sociais básicos, como moradia, alimentação, saúde, segurança, educação etc., Entretanto, a lógica

capitalista de produção sustenta de maneira visceral o processo de desigualdade social, uma vez que a grande parcela da população não tem condições de mudar sua situação econômica por recursos próprios.



A cidadania fica restrita ao acesso escasso de programas governamentais e políticas públicas ineficazes, na maioria das vezes, que arrefecem, de maneira paliativa, as contradições sociais oriundas do modelo econômico hegemônico. O indivíduo se torna sujeitado à lógica de estrutura econômica imposta pelo modelo capitalista, no qual ele deve se submeter às diretrizes estabelecidas e aos estereótipos aceitos como válidos. Tal quadro está mais aparente nos países tidos como subdesenvolvidos, como salienta Lacoste (1971, p. 73):



Uma característica absolutamente fundamental dos países subdesenvolvidos é a importância considerável do contraste que existe entre a riqueza de uma pequena minoria e a miséria da grande maioria da população. Essa violenta desigualdade ocorre em todos os países subdesenvolvidos.

Nesse cenário desigual e injusto, vê-se crescer as ameaças à dignidade humana, a falta de acesso aos direitos básicos, a discriminação e a sujeição dos indivíduos a um modelo civilizatório que prima tão, somente, pelo desenvolvimento econômico.

A cidadania não pode se reduzir a uma situação passiva dos indivíduos. A garantia de direitos não pode ser restringida por interesses econômicos ou discriminatórios. Tais restrições ferem a própria essência de legitimação do Estado. A igualdade política, presumida na igualdade de direitos inerentes a todos os cidadãos, deve também reverberar na igualdade econômica, na justiça social, nas oportunidades iguais para todos, bem como na possibilidade de uma cidadania ativa e digna.

Em uma sociedade na qual o “parecer” se tornou mais importante que o “ser”, é necessário retomarmos as premissas que fundamentam os conceitos de democracia, igualdade, justiça e cidadania. Inseridas em um contexto social complexo, como pessoas livres, é preciso repensarmos nossas práticas no ambiente profissional, nas relações sociais, nas relações éticas e políticas, refletindo sobre o modelo de civilização que queremos para as futuras gerações. Vamos avaliar um pouco mais essa perspectiva?

NOVOS DESAFIOS

Nosso estudo não pode ficar apenas na dimensão da teorização, faz-se necessária uma crítica reflexiva, a qual se constitui de três momentos: – partimos de nossa realidade, nossa vivência e nossos conhecimentos prévios; – apreendemos os conceitos, as teorias e os pressupostos que podem nos auxiliar a compreender a realidade; analisamos a realidade, de maneira crítica, reflexiva, valendo-nos de nossas vivências e dos conceitos apreendidos, formando uma opinião autônoma. Seguindo esse breve itinerário, convidamos-lhe a pensar sobre suas próprias vivências profissionais, sociais e políticas, seus conhecimentos sobre a realidade social ou a experiência de pessoas próximas a você.



Mesmo que não passemos por situações que nos exponham à desigualdade social, à discriminação ou à injustiça social, basta olharmos os noticiários, o cotidiano dos grandes centros urbanos e a própria História de nosso país.

A cidadania não pode ser exercida em vista apenas do bem-estar individual; pensar em cidadania é pensar no bem-estar comum, nas relações sociais constituídas na sociedade, no engajamento em lutas e disputas políticas e sociais que resguardem os direitos dos indivíduos e a dignidade humana. Como estudamos até agora, a noção de “indivíduo” é uma das bases da sociedade moderna, mas ela não precisa representar um “individualismo puro”, um descaso com a situação de todos os grupos sociais.

Retomemos o caso que descrevemos no início deste tema de aprendizagem: naquela situação, será que poderíamos detectar um descaso com a dignidade humana, a partir do momento em que a mulher é julgada por sua aparência, sua raça e seu poder aquisitivo? O direito a um trabalho digno não é um dos direitos sociais básicos em uma sociedade? As relações entre indivíduos e empresas, dentro da esfera produtiva, não devem ser resguardadas por direitos garantidos pelo Estado, por meio de suas várias instituições?

O ambiente de trabalho é um lugar social de relações entre os indivíduos, desenvolvimento pessoal e produção de riquezas. Faz parte da vida de todas as pessoas a busca pela sobrevivência, pela dignidade e pela independência financeira. Se você ainda não está no mercado de trabalho, certamente, está se preparando para isso. A realidade brasileira é bem desigual, tendo em vista exemplo no das mulheres negras, que são as que mais encontram dificuldades em relação ao mercado de trabalho.

O racismo, a desigualdade de gênero, a luta por igualdade de oportunidades entre as classes sociais são temas extremamente importantes a serem discutidos na busca por uma efetivação da cidadania, dos direitos e da dignidade humana. Se você já está inserido no mercado de trabalho e está buscando uma formação mais sólida, certamente já se deparou com situações relacionadas a esta discussão. Esperamos que o estudo, desenvolvido neste tema de aprendizagem tenha contribuído para sua formação, agregando conceitos, teorias e subsídios, para que você possa formular uma opinião crítica, reflexiva e autônoma. Cabe a você, no seu cotidiano, em seu ambiente de trabalho e em seu ambiente acadêmico, exercitar essa crítica e aprimorar seu conhecimento.

VAMOS PRATICAR

1. “O conceito de cidadania é, geralmente, entendido como o conjunto de direitos e deveres do indivíduo que pertence a uma determinada comunidade, que passa a designar-se como cidadão. Recentemente, sobretudo nas sociedades democráticas, os autores enfatizam também a participação cívica, cultural e política (na forma de voluntariado, associativismo), como dimensões inerentes ao conceito de cidadania e à necessidade de promoção de uma cultura de responsabilidade individual e social”.

Fonte: MARTINS, M. J. D.; MOGARRO, M. J. A educação para a cidadania no século XXI. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, n. 53, p. 185-202, 2010. p. 187.

A partir da opinião expressa na citação, pode-se extrair inúmeras considerações sobre a noção moderna de cidadania e sua importância para a vida pública e para a garantia de direitos na sociedade atual.

Assim, sobre a consideração feita no texto anterior, indique a alternativa que melhor apresenta a noção de cidadania nos moldes da concepção moderna:

- a) A cidadania não pode ser pensada de forma passiva, como extrema dependência do sujeito para com o Estado; antes, deve ser pensada de forma ativa a partir da participação na vida política e social.
- b) A noção de cidadania deve ser tomada como presente nos Estados Liberais Modernos, os quais enfatizam a cultura individual, principalmente na participação econômica.
- c) Na moderna sociedade, a concepção de cidadania está delimitada por uma participação coletiva, baseada no cooperativismo e na produção de “blocos de direitos” para classes determinadas.
- d) A cidadania deve ser pensada sempre em vista da construção de uma sociedade igualitária, sem divisão de bens, baseando-se principalmente no associativismo, o qual garante a isonomia de direitos.
- e) Como se nota na opinião expressa na citação, a noção de cidadania está atrelada à constituição de direitos e deveres, ou seja, se não se cumpre os deveres não se tem os direitos.

VAMOS PRATICAR

2. A noção de “eu”, enquanto indivíduo livre, autônomo e portador de uma dignidade plena, vai se construindo ao longo da História e tem seu principal momento de desenvolvimento no alvorecer da Modernidade. A marca dessa nova concepção é a “autonomia”, o desprendimento em vista do “domínio” da coletividade. Todavia, nem sempre foi assim; em outros momentos históricos, essa capacidade era entendida de maneira diversa. Partindo desse tema do “eu” na Modernidade e a compreensão do indivíduo em outros períodos históricos, marque a alternativa correta:
- a) A noção de “eu”, enquanto sujeito singular, particular, surge com autores gregos da filosofia clássica, como Aristóteles, que defendia a formação subjetiva da moral.
 - b) Em todos os momentos históricos, a discussão sobre o “indivíduo” foi bem delineada. O primeiro pensador a realmente propor uma teoria sólida sobre tal tema foi Agostinho.
 - c) Na Modernidade, a noção de “indivíduo” se diferenciará das noções presentes na Antiguidade e na Idade Média, principalmente por conta da forte submissão do sujeito ao grupo nesses períodos.
 - d) Na Modernidade, o “eu”, enquanto conceito filosófico, se diferenciará do proposto durante a Antiguidade exatamente por enaltecer o caráter produtivo, o *homo faber*, aquele que produz.
 - e) Se pensar na construção teórica sobre o “indivíduo”, poderá-se ver que a noção de dignidade humana emerge de uma noção religiosa de valorização da vida, algo herdado do Medievo.

VAMOS PRATICAR

3. O inglês John Locke está entre os autores chamados de Contratualistas, considerado um dos fundadores do liberalismo clássico. Locke tinha uma visão muito bem definida sobre a constituição do Estado, tendo, também, uma teoria sobre o porquê de os indivíduos aderirem ao contrato social que forma esse Estado. Sobre esse autor, leia a opinião de Bobbio:

“Quando Locke entra na idade madura, a Guerra Civil já estava longe – a ordem não podia mais ser separada da liberdade –, e ele se tornará o teórico do ideal mais moderno da sociedade inglesa: o do modelo mercantil, que exigirá não qualquer tipo de segurança [como a segurança sob a coroa] – a ordem pela ordem, porém uma segurança vantajosa para o desenvolvimento da livre iniciativa no domínio da economia.”

Fonte: BOBBIO, N. **Locke e o direito natural**. Brasília, DF: Editora UnB, 1997. p. 81.

Partido dessas considerações, assinale, a seguir, a afirmativa que apresenta os motivos pelos quais, segundo Locke, os indivíduos aceitam viver em uma sociedade instituída pelo Contrato Social:

- a) Por causa da facilidade de relações sociais, partidárias ideológicas e a possibilidade de adquirirem uma propriedade privada.
- b) Para Locke, os indivíduos aderem ao contrato social para fugirem do estado de guerra constante, buscando paz e conforto em uma comunidade socialista.
- c) Os indivíduos aderem ao contrato social para viver de forma pacífica, sendo guiados, protegidos e moldados pelo Estado.
- d) Segundo Locke, os indivíduos aderem ao contrato social para viver de forma confortável e segura, contando com o sustento dos bens do Estado.
- e) Aderem ao contrato social para viver de forma pacífica, segura e confortável com suas propriedades e liberdade.

REFERÊNCIAS

- ALBERONI, F. **Gênesis**: como se criam os mitos, os valores e as instituições da civilização ocidental. Tradução de Mario Fondelli. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução e nota de Antônio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. São Paulo: Vega, 1998.
- BIGNOTTO, N. O Humanismo e a linguagem política do Renascimento: o uso das *pratiche* como fonte para o estudo da formação do pensamento político moderno. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 25, n. 2, p. 119-131, 2012.
- DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 44-63, abr. 2004.
- GOMES, D. F. L. **Fundamentação em direitos humanos e cidadania**. Belo Horizonte: EFDH-MG – Escola de Formação em Direitos Humanos de Minas Gerais, 2016. (v. 1, Coleção Cadernos de Direitos Humanos).
- LACOSTE, Y. **Geografia do subdesenvolvimento**. Tradução de T. Santos. 3. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.
- LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o Governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- PEREIRA, M. H. da R. **Estudos de História da cultura clássica**: cultura romana. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (v. 1, Coleção Os Economistas).
- VÁRNAGY, T. O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo. In: BORON, A. A. **Filosofia política**: de Hobbes a Marx. Tradução de Celina Lagrutta. São Paulo: Clacso – Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, 2006.

GABARITO

- Opção A. A cidadania não pode ser pensada de forma passiva, como extrema dependência do sujeito para com o Estado; antes, deve ser pensada de forma ativa a partir da participação na vida política e social. A alternativa está correta, pois indica o caráter ativo que deve marcar a cidadania, não apenas uma sujeição passiva.

A noção de cidadania deve ser tomada como presente nos Estados Liberais Modernos, os quais enfatizam a cultura individual, principalmente na participação econômica. A alternativa está incorreta, pois a noção de cidadania não se limita ou caracteriza pela adesão exclusiva ao modo de organização liberal.

Na moderna sociedade, a concepção de cidadania está delimitada por uma participação coletiva, baseada no cooperativismo e na produção de "blocos de direitos" para classes determinadas. A alternativa está incorreta, pois limita a noção de cidadania à ideia de blocos de direitos, bem como ao cooperativismo, o que descharacteriza os fundamentos do conceito. A cidadania deve ser pensada sempre em vista da construção de uma sociedade igualitária, sem divisão de bens, baseando-se principalmente no associativismo, o qual garante a isonomia de direitos. A alternativa está incorreta, pois indica a exclusividade da cidadania em sociedades de cunho "comunitarista", o que não está presente na definição da noção. Como se nota na opinião expressa na citação, a noção de cidadania está atrelada à constituição de direitos e deveres, ou seja, se não se cumpre os deveres, não se tem os direitos. A alternativa está incorreta, pois aponta para uma necessária relação entre a execução de deveres para efetivação de direitos, o que não está presente na essência do conceito de cidadania.

- Opção C. A noção de "eu", enquanto sujeito singular, particular, surge com autores gregos da filosofia clássica, como Aristóteles, que defendia a formação subjetiva da moral. A alternativa está incorreta, pois os filósofos clássicos, principalmente Aristóteles, se voltavam para a ética enquanto construção coletiva na *polis*, não apenas individual.

Em todos os momentos históricos, a discussão sobre o "indivíduo" foi bem delineada. O primeiro pensador a realmente propor uma teoria sólida sobre tal tema foi Agostinho. A alternativa está incorreta, pois Agostinho é um autor medieval, que apesar de tratar do indivíduo enquanto problema filosófico e teológico, não avançou para uma noção moderna. Na Modernidade, a noção de "indivíduo" se diferenciará das noções presentes na Antiguidade e na Idade Média, principalmente por conta da forte submissão do sujeito ao grupo nesses períodos. A alternativa está correta, a submissão e a sujeição dos indivíduos ao grupo social eram as principais marcas das sociedades antigas.

Na Modernidade, o "eu", enquanto conceito filosófico, se diferenciará do proposto durante a Antiguidade exatamente por enaltecer o caráter produtivo, o *homo faber*, aquele que produz. A alternativa está incorreta, pois o conceito de "eu" na modernidade está ainda desprendido da questão econômica.

GABARITO

Se pensar na construção teórica sobre o “indivíduo”, se poderá ver que a noção de dignidade humana emerge de uma noção religiosa de valorização da vida, algo herdado do Medievo. A alternativa está incorreta, a noção de dignidade humana, consolidada na Modernidade, não é uma herança da influência religiosa, mas, antes, fruto da discussão empreendida no Iluminismo.

3. Opção E. Por causa da facilidade de relações sociais, partidárias ideológicas e a possibilidade de adquirirem uma propriedade privada. A alternativa está incorreta, pois indica conceitos estranhos ao pensamento de Locke, tais como relações partidárias ideológicas, o que invalida a questão.

Para Locke, os indivíduos aderem ao contrato social para fugirem do estado de guerra constante, buscando paz e conforto em uma comunidade socialista. A alternativa está incorreta, pois aponta um conceito estranho ao pensamento de Locke, o de guerra constante, sendo presente no pensamento de Hobbes. Além disso, aponta ainda a indicação de uma comunidade socialista, também estranho ao pensamento do autor.

Os indivíduos aderem ao contrato social para viverem de forma pacífica, sendo guiados, protegidos e moldados pelo Estado. A alternativa está incorreta, pois indica uma concepção estranha ao pensamento do autor, Locke defendia a autonomia dos indivíduos em relação ao Estado, não sendo moldados por ele.

Segundo Locke, os indivíduos aderem ao contrato social para viverem de forma confortável e segura, contando com o sustento dos bens do Estado. A alternativa está incorreta, pois, para Locke, os indivíduos não deveriam depender do Estado.

Aderem ao contrato social para viverem de forma pacífica, segura e confortável com suas propriedades e liberdade. A alternativa está correta, pois indica os elementos presentes no pensamento de Locke, o qual defende que os indivíduos aderem ao contrato social para terem segurança, liberdade e a posse de seus bens. Assim, o contrato social é um acordo mútuo de benefício para todos os indivíduos.

MINHAS ANOTAÇÕES



TEMA DE APRENDIZAGEM 2

CONDUTAS: DEVO, MAS NÃO POSSO; POSSO, MAS NÃO DEVO; DIZEM QUE É CERTO, MAS PARECE ERRADO, E AÍ?

MINHAS METAS

- Entender a importância do comportamento humano em sociedade.
- Explorar a questão das diversidades culturais e suas relações étnico-raciais, a História e culturas afro-brasileira e indígena e as normativas da vida em sociedade.
- Avaliar as consequências do comportamento ético e profissional.
- Valorizar as diferenças culturais entre etnias e povos diversos.
- Questionar normas sociais, políticas e códigos de conduta, e refletir sobre crenças culturais internalizadas.
- Incentivar o protagonismo ativo.
- Criar uma estrutura de avaliação que permita identificar e questionar dogmas sociais, buscando promover mudanças positivas.

INICIE SUA JORNADA

A vida em sociedade é repleta de dilemas e contradições que moldam a vida dos indivíduos. Na maioria do tempo, estamos tão focados nas tarefas, nos prazos, nas metas, que, muitas vezes, ignoramos a importância de nossas escolhas. Não obstante, por vezes, não buscamos refletir acerca do fator motivador de cada uma de nossas ações ou do valor que atribuímos àquilo que fazemos.

Qual o valor que atribuo àquilo que eu faço? Como devo me relacionar com os outros? O que será que as outras pessoas esperam de mim? Como devo me portar diante de determinadas situações? Essas perguntas podem servir como um norte e nos ajudar a refletir sobre quem somos e o que esperamos de nós e do mundo ao nosso redor.

Ao explorar as encruzilhadas das diversidades culturais e suas relações étnico-raciais e a História e cultura afro-brasileira e indígena, somos desafiados a compreender as normas da vida em sociedade, suas origens e influências em nossas decisões. Questionar o que é certo ou errado implica em analisar como as normas são estabelecidas e como podem limitar ou possibilitar nossas interações com os outros. Aprendemos que as normas não são estáticas e podem variar de acordo com as culturas, permitindo uma reflexão sobre como nos relacionamos com diferentes grupos sociais.

Não existe uma receita pronta ou caminho único. De todo modo, é preciso desenvolver uma perspectiva empática e inclusiva, que valorize as diferentes formas de relacionamento e respeitem e promovam a igualdade entre os indivíduos. É uma oportunidade para crescermos como seres humanos e construirmos um ambiente mais tolerante e harmonioso.

VAMOS RECORDAR?

Vamos recordar alguns aspectos importantes. As decisões que tomamos e as escolhas que fazemos têm um impacto significativo nas relações sociais e na busca por uma convivência mais harmoniosa. Nesse sentido, devemos atuar e conhecer mecanismos e meios propositivos de mudança, buscando desconstruir preconceitos, promover o respeito mútuo e agir de forma ética e responsável em nosso convívio com os outros. Assista ao curta metragem *Al/ke*, que possui uma mensagem muito importante sobre nossas escolhas e os efeitos de nossas ações na nossa vida e na vida de outras pessoas.



SER OU NÃO SER? EIS A QUESTÃO

Estudante, você há de convir que o comportamento humano é algo fascinante. A capacidade de comunicar, criar e organizar faz com que sejamos uma espécie com possibilidades infinitas. Cada indivíduo é, em alguma medida, aquilo que faz e pensa. Portanto, nesse contexto, nossas decisões e escolhas dizem muito sobre nossa consciência e maneira de nos relacionarmos com o mundo.

**Cada indivíduo é,
em alguma medida,
aquilo que faz e
pensa**

A literatura é um bom meio para compreendermos um pouco mais do que acontece no íntimo da mente humana. Quando menciono literatura, não me refiro apenas à literatura acadêmica, mas também à literatura de modo geral, a qual, freqüentemente, proporciona elementos muito ricos para a compreensão da realidade e do comportamento social.

Podemos tomar, como exemplo, a obra de **William Shakespeare**, *A Tragédia de Hamlet, Príncipe da Dinamarca*, um livro clássico que apresenta, de forma nítida, a natureza humana e sua relação com escolhas, paixões e, sobretudo, dilemas que permeiam nosso pensamento (KARNAL, 2018). Essa obra é tão aclamada que foi adaptada para o teatro, rádio, televisão e cinema.

Em síntese, a peça narra a história de Hamlet, um príncipe determinado a vingar a morte de seu pai, o rei também chamado Hamlet, que foi envenenado por seu próprio irmão, Cláudio. Hamlet finge estar louco para ganhar tempo e planejar sua vingança. Ele finalmente mata Cláudio, mas acaba morrendo no processo. A peça explora temas como vingança, loucura, amor, morte e destino. É uma obra complexa e multifacetada que tem sido interpretada de várias maneiras ao longo dos séculos.

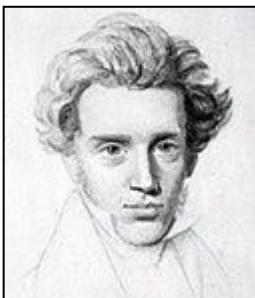
O título desta seção é inspirado em parte do monólogo presente no Ato III da peça, o qual nos conduz a uma discussão sobre nossas escolhas e liberdades, lançando luz sobre uma corrente teórica dentro da filosofia, o existencialismo.



Na obra *O Existencialismo É Um Humanismo*, o filósofo francês Jean-Paul Sartre (1973, p. 23) afirma que: “A escolha é possível, em certo sentido, porém o que não é possível é não escolher. Eu posso sempre escolher, mas devo estar ciente de que, se não escolher, ainda assim estarei escolhendo”. Como podemos perceber, assim como Hamlet, estamos condenados a ser livres e, consequentemente, compelidos a fazer escolhas sempre.

APROFUNDANDO

O existencialismo é uma corrente filosófica de destaque, conferindo relevância à experiência singular do indivíduo e a sua liberdade intrínseca. Nessa perspectiva, os existencialistas sustentam que os seres humanos ingressam no mundo sem um propósito ou significado predefinidos, sendo incumbidos da tarefa de forjar seus próprios valores e objetivos. Surgindo no século XIX como filósofo dinamarquês **Søren Kierkegaard**, o existencialismo conquistou notoriedade no século XX, graças aos eminentes pensadores franceses **Jean-Paul Sartre** e **Simone de Beauvoir**. O impacto desse movimento filosófico reverberou, de maneira significativa, nas esferas da filosofia, da literatura e das artes, e suas explorações enveredaram por territórios temáticos que englobam a liberdade, a responsabilidade, a angústia, o niilismo e a morte (BUNGE, 2012).



Søren Kierkegaard foi um filósofo dinamarquês do século XIX, pioneiro no existencialismo. Suas obras profundas exploraram a natureza da fé, da angústia e da individualidade. Ele desafiou as convenções religiosas e sociais de sua época, enfatizando a importância da escolha individual e da autenticidade na vida humana.



Jean-Paul Sartre ícone do existencialismo no século XX, um renomado filósofo, escritor e dramaturgo francês. Sua filosofia enfatizava a liberdade radical do indivíduo e a responsabilidade pela própria existência. Ele explorou temas como a angústia, o absurdo e a busca por significado na vida.



Simone de Beauvoir foi uma escritora e filósofa francesa, cuja voz foi poderosa no existencialismo e no feminismo. Sua obra *O Segundo Sexo* foi pioneira na análise das opressões enfrentadas pelas mulheres. Ela também abordou temas como liberdade, autenticidade e identidade. Uma influência inspiradora para repensar o papel das mulheres na sociedade.

A melhor escolha é sempre escolher

Nossas vidas, frequentemente, nos confrontam com escolhas difíceis, e, muitas vezes, somos surpreendidos por situações inesperadas, para as quais não estamos preparados. Embora possamos prever algumas de nossas ações e nos adaptar ao contexto, o futuro permanece imprevisível, e não podemos antecipar o próximo dilema que a vida colocará em nosso caminho.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Como, então, orientar nossas decisões? Como discernir se a escolha que fazemos é realmente a correta?

O **ineditismo das situações**, que vivenciamos em nosso cotidiano, nos obriga, constantemente, a decidir (LOPES, 2020). No entanto, nem sempre nossas decisões são as mais acertadas ou corretas. De qualquer forma, toda tomada de decisão revela uma escolha e traz consigo uma consequência.

Para responder a essa questão sobre a corretude de nossas decisões, devemos sempre nos lembrar dos valores e crenças que são fundamentais para nós. Nosso comportamento deve ser fundamentado em práticas sociais sólidas, as quais refletem nossos valores e crenças.

A **ética** é um campo de investigação da filosofia que busca compreender o comportamento humano. Ela nos guia em direção a um agir correto e nos direciona a assimilar temas e questões específicas da vida em sociedade. Nesse sentido, a política e as tomadas de decisões na vida social, certamente, podem ser consideradas elementos centrais no estudo da ética, uma vez que as opções e as escolhas, no âmbito da vida pública, visam a alcançar o bem comum.



Você define através do modular, do exemplar, define através de princípios da sociedade, sejam religiosos ou não. Define através de normatizações. Por exemplo, há 20 anos, nos auditórios, algumas pessoas fumariam, outras não. Há dez anos, haveria uma placa “é proibido fumar”. Hoje, não precisa mais. Hoje, as pessoas o fazem. Elas introjetaram aquele comportamento social (CORTELLA, 2009, p. 107).

Em linhas gerais, podemos identificar a ética como um arcabouço teórico, enquanto a moral é compreendida como a prática da ética. Um dos principais desafios da ética é que, muitas vezes, ela não se aplica com a mesma eficácia a nós mesmos como aplicamos aos outros.

Karnal (2018, p. 41, grifo nosso) propõe uma reflexão perspicaz sobre a ética em Hamlet e como ela se manifesta na realidade da nossa sociedade: “Poderiam se sentir lisonjeados ao pensar que nós somos, todos, profundamente honestos, probos, pessoas experimentadas na ética. Somos Hamlet suspeitando da corrupção alheia, **mas sentindo-se imune e não conspurcado por ela**”.

Em teoria, devemos usar o mesmo rigor e adotar as mesmas medidas para nós mesmos que adotaríamos para os outros. Isso parece ser um princípio básico, porém, na maioria das vezes, não é, devidamente, seguido por alguns indivíduos em nossa sociedade.

Ainda assim, nos escritos de Mario Sergio Cortella (2009), encontramos um conjunto de princípios que pode nos auxiliar nessa tarefa. Perguntas fundamentais, que servem como coordenadas na tomada de decisão, são descritas como centrais em nossas vidas, como: **quero? Devo? Posso?** Se você conseguir responder a essas três perguntas, de maneira sincera, certamente, será capaz de discernir entre o que é certo ou errado, de acordo com o seu entendimento.



Portanto, o que é ética? São os princípios que você e eu usamos para responder ao “Quero? Devo? Posso?” É preciso remarcar: isso não significa que você e eu não vivamos dilemas. Eles existem, e serão mais tranquilamente ultrapassados quanto mais sólidos forem os princípios que tivermos e a preservação da integridade que desejarmos (CORTELLA, 2009, p. 108).

Cortella, ainda, salienta: “[...] tem coisa que quero, mas não devo, tem coisa que devo, mas não posso, tem coisa que eu posso, mas não quero”. A felicidade, nesse caso, resulta, de quando aquilo que você quer é aquilo que você deve e pode. Do contrário, não é, necessariamente, a decisão mais precisa ou acertada. Somos livres para efetuar nossas escolhas, e é, justamente, nessas escolhas que colocamos a ética em ação.

E, estudante, as decisões e as escolhas que fazemos em nossas vidas, assim como em nossa rotina profissional, não são tão simples. No entanto, podemos sempre buscar a melhor maneira de lidar com os dilemas e dificuldades que encontramos em nossa jornada, refletindo sobre nossas escolhas e ações.

Essa ideia é tão predominante que, frequentemente, nos referimos às pessoas pelas suas ocupações; por exemplo, dizemos que fulano é professor, sicrana é dentista, beltrano é advogado. Agora, você pode se perguntar: o que ética e cultura têm a ver com minha atividade profissional? A resposta mais óbvia é simplesmente **tudo!**

Nossas escolhas, renúncias, ações, omissões, hábitos e práticas fazem toda a diferença, não apenas no âmbito pessoal, mas também na esfera profissional. No livro *Por Que Fazemos O Que Fazemos?*, Mario Sergio Cortella tenta nos apresentar uma possível resposta para esses dilemas e preocupações de nosso cotidiano.

O questionamento sobre nossas ações e escolhas, como "por que faço o que faço?", leva-nos a pensar sobre o motivo de evitarmos certas ações. Princípios éticos e a preservação da nossa integridade pessoal são fundamentais. A citação "De nada adianta um homem ganhar o mundo se perder a sua alma" reforça a importância desses valores essenciais. Embora a conotação possa ser religiosa, a "**alma**" simboliza nossa integridade pessoal. Optar por ações éticas, mesmo em cenários comuns de ações contrárias, exige abdicações, mas mantém nossa identidade intacta. Isso também se aplica ao ambiente profissional, incluindo a empresa, em que a integridade é essencial e o "escrúpulo" serve como orientação. A ideia de compliance, embora discutida, deve ser incorporada às práticas diárias para evitar inconsistências entre discurso e ação, pois a reputação da empresa é vulnerável em um mundo de informações instantâneas (CORTELLA, 2016).

**ZOOM NO CONHECIMENTO**

Você sabia que a **deontologia** é um ramo dentro do estudo da ética que se concentra nos deveres e normas morais dentro de diferentes profissões? Ela define princípios que orientam a conduta dos profissionais, visando a garantir integridade e confiança em suas atividades.

A provocação principal e o questionamento central são: devo fazer o errado mesmo sabendo que é errado?

**EU INDICO**

Uma palestra incrível do professor Leandro Karnal foi proferida, em 2016, na cidade de Blumenau. O tema da palestra é "Os animais não têm ética". Nela, o professor explora as nuances da ética em diversos aspectos da vida em sociedade.

Outra palestra magnífica de Leandro Karnal foi proferida no Café Filosófico, em 2015, com o tema "Hamlet de Shakespeare e o mundo como palco". Nessa palestra, Karnal analisa a relação psicossociológica dos personagens do universo de Hamlet e traz à luz questões intrigantes para refletirmos sobre as relações sociais na contemporaneidade.



Segundo ele, a ocasião não cria o ladrão; o ladrão já existe antes mesmo da ocasião. A ocasião, nesse caso, tem a função de revelar o ladrão. No vídeo, ele explora essa ideia, buscando uma discussão em torno da ética profissional e da moralidade individual. Não é porque os outros fazem que eu devo fazer.

Certamente, essa não é uma tarefa fácil; se fosse, não seríamos diariamente bombardeados com inúmeras matérias nos noticiários sobre comportamentos inadequados na esfera política e no âmbito profissional. Ainda assim, é importante lembrar que sempre temos a escolha!

Mesmo quando a situação está difícil e a competição parece desleal, devemos nos portar de maneira ética, buscando manter nossa integridade inabalável. Muitas vezes, o que parece uma vantagem pode se voltar contra nós; o caminho do justo quase nunca é fácil, mas é certamente mais digno.

EXPLORANDO AS DIFERENÇAS CULTURAIS

A antropologia é a ciência que se propõe a estudar o comportamento humano. Os antropólogos entendem que os seres humanos, como seres sociais, se constituem em contextos sociais específicos. Conforme conceitua Lidório (2009), a antropologia emerge da convergência de diversas origens e estudos, moldada por uma história evolutiva de ideias.

A antropologia é a ciência que se propõe a estudar o comportamento humano

Em outras palavras, ideias tanto do Oriente quanto do Ocidente, como as de Confúcio e Franz Boas, contribuíram para seus fundamentos. Boas introduziu a dualidade, enfatizando que a cultura é moldada tanto pelo ambiente quanto pelas ideias. Essa perspectiva dinâmica enriquece nossa compreensão da formação cultural. A antropologia evoluiu de uma área dentro da história e filosofia para uma disciplina abrangente, refletindo a crescente conscientização das complexidades culturais e a necessidade de explorar a identidade humana em seu contexto social (LIDÓRIO, 2009).

A complexidade do ser humano é resultado de inúmeros fatores biológicos, psicológicos, históricos, sociais e culturais que moldaram nossa espécie ao longo da História. Essa diversidade de capacidades nos torna únicos e distintos de outras espécies. Somos seres vivos dotados de cognição, linguagem elaborada e capacidade de interação social, o que nos torna **seres biopsicossocioculturais**.

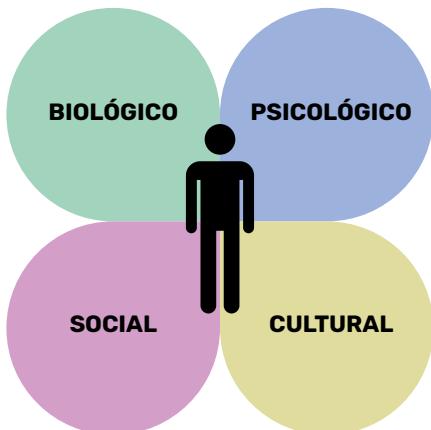


Figura 1 - O ser humano como ser biopsicossociocultural
Fonte: Lopes (2020, p. 52).

Descrição da Imagem: na figura, temos um esquema com círculos e um boneco em formato humanoide no centro deles. Na parte superior à esquerda, o círculo está preenchido na cor verde e escrito de maneira centralizada (Biológico). Na parte superior à direita, o círculo é da cor azul e escrito de maneira centralizada (Psicológico). Na parte inferior à esquerda, o círculo está preenchido na cor rosa e escrito de maneira centralizada (Social). Na parte inferior à direita, o círculo está na cor amarela e escrito de maneira centralizada (Cultural). Fim da descrição.

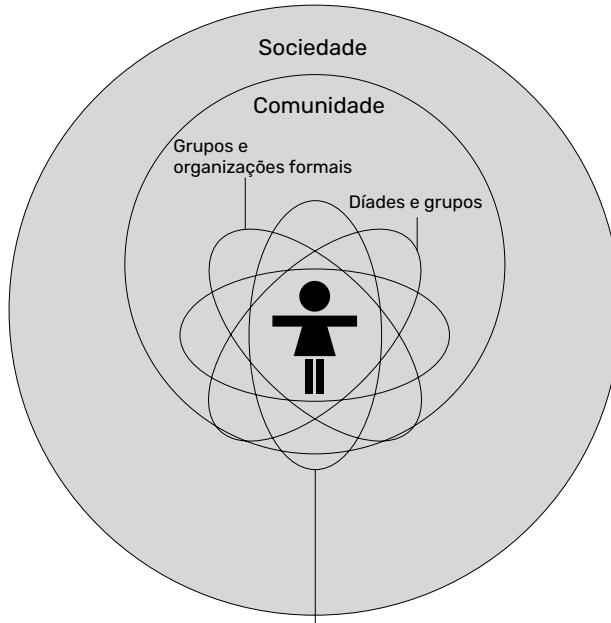


A biologia explica nossa natureza como seres vivos, a psicologia revela nossa capacidade cognitiva, enquanto nossa natureza social nos conecta e nos faz adaptar a padrões comportamentais. Além disso, somos seres culturais, criadores e transmissores de cultura, tanto material quanto imaterial. Essa interseção complexa de fatores molda nossa identidade e influencia nossa relação com o mundo (LOPES, 2020).

Existimos dentro de padrões e regras sociais preestabelecidas. Isso significa que, desde o momento em que nascemos, começamos a fazer parte de grupos sociais. O primeiro grupo ao qual nos incorporamos é a nossa família, seguida por escola, igreja e outros espaços de convívio. Os grupos sociais desempenham um papel crucial ao permitir a interação social, constituindo componentes de entidades maiores denominadas comunidades e sociedades.

De acordo com Reinaldo Dias (2010), a comunidade é uma estrutura social com vínculos sólidos entre seus membros, refletindo-se na cooperação, confiança e busca pelo bem-estar coletivo. Por outro lado, a sociedade se caracteriza pela competição, individualismo e prioriza a eficiência e impessoalidade nas interações. Seu foco é atender às necessidades de grupos específicos, muitas vezes em detrimento de outros.

Essa intrincada relação pode ser visualizada de maneira mais clara na Figura 2. Nela, os sociólogos Charon e Vigilant (2012) exploram as dimensões das relações sociais que os indivíduos estabelecem em vários níveis.



Algumas díades, grupos e organizações formais podem introduzir-nos em outras comunidades

Figura 2 - O indivíduo na organização social

Fonte: Charon e Vigilant (2012, p. 60).

Descrição da Imagem: na figura, temos um esquema com dois círculos, quatro elipses e um boneco em formato humano no centro. De fora para dentro da imagem, temos um grande círculo escrito (Sociedade), dentro desse círculo existe um círculo menor escrito (Comunidade). Aqui, encontram-se quatro elipses sobrepostas e ao centro, um ícone de forma humana (semelhante a um desenho de átomo). Nessa parte, temos as seguintes informações textuais vinculadas às elipses (Grupos e organizações formais e Díades e grupos). Fim da descrição.

Se, dentro de um mesmo grupo social, podemos identificar essas variações, imagine como isso se complexifica ao compararmos diferentes sociedades. A cultura, abrangendo aspectos regionais, históricos, religiosos e étnicos, resulta em variações significativas nas práticas sociais e comportamentos.

Nossa necessidade de interação social é tão profunda que é no convívio com os outros que construímos nossa identidade como indivíduos. Tente imaginar: tudo o que o distingue dos demais e o torna único pode ser basicamente interpretado por dois fatores. São eles: os fatores intrínsecos (que dizem respeito somente a você) e os fatores extrínsecos (que dizem respeito aos outros).

Essa necessidade de interação social possibilita, nessa relação com o outro, a construção e a diferenciação entre o eu e o outro. Essa diferenciação se manifesta de maneira física, linguística, simbólica, cultural e singulariza cada grupo ou indivíduo.

Como ressalta o antropólogo brasileiro Roque de Barros Laraia (1989, p. 46): “O homem é o resultado social do meio em que foi socializado . Nesse sentido, é importante enfatizar o papel que o processo educacional, seja ele proporcionado por instituições formais ou informais, desempenha na formação das pessoas.

“O homem é o resultado social do meio em que foi socializado”

Immanuel Kant é outro filósofo que apresenta uma ideia muito clara sobre a constituição daquilo que entendemos como sujeitos. Segundo Kant (1999, p. 14, grifo nosso), “**o homem é aquilo que a educação faz dele**”. Em outras palavras, a educação é o mecanismo pelo qual é possível conduzir o ser humano a um processo de emancipação.

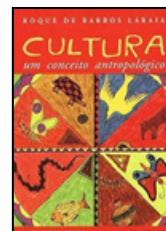


INDICAÇÃO DE LIVRO

Cultura: um conceito antropológico

Autor: Roque de Barros Laraia

Sinopse: este livro de Roque de Barros Laraia, aborda as raízes e dimensões fascinantes da cultura humana. O antropólogo explora de maneira profunda e acessível o conceito-chave da antropologia: a cultura. Se você é aficionado por desvendar os intrincados aspectos das sociedades e seus valores, esse livro é uma ferramenta indispensável em sua jornada intelectual. Desvende os segredos da cultura e enriqueça seu conhecimento com insights que irão expandir sua compreensão do mundo ao seu redor.



A cultura é variável e permeia a capacidade que possuímos de valorar as coisas, isto é, com o desenvolvimento da antropologia como ciência foi possível identificar padrões e comportamentos que se mantém, mas também que se modificam de um grupo cultural para outro.

No fim do século XVIII e início do século XIX, os termos *Kultur* e *Civilization* eram utilizados para representar aspectos espirituais e materiais de uma comunidade, respectivamente. Edward Tylor consolidou esses conceitos no termo ***Culture***, abrangendo conhecimentos, crenças, arte, moral, leis e costumes adquiridos pelo ser humano como membro de uma sociedade. Tylor enfatizou a aprendizagem cultural em contraposição à aquisição inata, refletindo a diversidade de realizações humanas. Essa definição ressoa como uma rejeição à visão etnocêntrica, na qual um grupo considera-se superior aos demais, e destaca a riqueza das complexas expressões humanas (LARAIA, 1989).

Os estudos na área da antropologia se dedicam à exploração do "outro", buscando compreender as particularidades e as subjetividades das diversidades culturais e suas relações étnico-raciais, a História e culturas afro-brasileira e indígena. Eles reconhecem que diferentes modos de pensamento e vivência do mundo existem. A **antropologia**, desse modo, é a disciplina que se concentra na apreciação e no entendimento da diversidade e singularidade cultural. Essa ciência se contrapõe ao etnocentrismo, que é uma perspectiva em que o observador considera seu próprio grupo social como superior aos demais.

O olhar antropológico sobre a cultura proporciona uma experiência distinta na relação com o outro. Essa experiência leva a um processo de estranhamento em relação à cultura. Nesse exercício, o antropólogo não busca julgar uma cultura diferente, mas, ao contrário, procura compreender o que era incomprensível ou estranho à primeira vista.

ZOOM NO CONHECIMENTO

O antropólogo polonês Bronislaw Malinowski revolucionou a antropologia ao propor um método de investigação participante. Nesse método, chamado de **etnografia**, o pesquisador mergulha na cultura que deseja observar e registra, com grande riqueza de detalhes, as práticas e as atividades do cotidiano. Essa prática se mostrou altamente eficaz e permitiu que, principalmente, as sociedades ocidentais compreendessem as especificidades das sociedades aborígenes, indígenas e comunidades.

Compreender a visão dos nativos, explorar suas conexões com a vida e sua compreensão da realidade são tarefas cruciais. Devemos investigar profundamente o ser humano, incluindo o domínio que a vida exerce sobre ele. Cada cultura possui seus próprios valores, ambições individuais e buscas por bem-estar. A exploração desses caminhos pode oferecer novos olhares sobre a mentalidade humana e iluminar nossa própria essência por meio da compreensão de perspectivas diferentes e distantes (MALINOWSKI, 1984).

O estudo acerca do universo cultural não está restrito apenas à abordagem antropológica, e seu objeto de estudo não se limita somente a comunidades tradicionais. Pessoas que buscam estudar outros grupos sociais certamente conseguem compreender de maneira mais nítida elementos específicos daquela cultura.

Tomemos, como exemplo, um estudioso no campo da arte; ele certamente notará sutilezas nas obras de arte que, muitas vezes, passam despercebidas pelo público em geral.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Você pode se perguntar: por que isso ocorre?

Ora, isso é simples: o estudioso da arte, seja ele um artista, pesquisador ou mesmo crítico, possui uma capacidade treinada para perceber detalhes. Essa habilidade não é inata; ao contrário, é resultado de muito treino e exposição a uma atividade específica, para que alguém possa dominar um determinado conhecimento.

NOVOS DESAFIOS

O universo do trabalho é uma das nossas âncoras sociais, pois o trabalho em nossa sociedade é considerado um elemento tão crucial que nossas ocupações funcionais nos constituem. Além de sermos consumidores, somos identificados pelo nosso trabalho realizado. Em outras palavras, o que fazemos contribui para definir quem somos.

Perceba como o conhecimento, que adquirimos sobre cultura, ética e escolhas, está diretamente conectado ao ambiente profissional que você, em breve, irá enfrentar. A compreensão de como a cultura influencia nossas percepções e decisões nos prepara para navegar, com confiança, por um mercado de trabalho em constante transformação.

Ao identificar a importância da ética em nossas decisões individuais e nas interações sociais, você constrói uma base sólida e cultiva relacionamentos profissionais duradouros e bem-sucedidos. Ainda, ao relacionar teoria e prática, torna-se possível aplicar o conhecimento adquirido em situações do seu cotidiano. Já a abordagem antropológica sobre a diversidade cultural, por exemplo, é muito valiosa no ambiente de trabalho globalizado em que vivemos, onde interações sensíveis com colegas de diferentes origens são fundamentais.

Além disso, ao refletirmos sobre como a cultura e a ética se entrelaçam em nossas escolhas diárias, ganhamos a capacidade de tomar decisões informadas, que mantenham nossa integridade pessoal e profissional intacta. Desse modo, no mercado de trabalho atual, marcado por concorrência e diversidade de demandas, a habilidade de compreender as diversas perspectivas culturais, as suas relações étnico-raciais, a sua história, as culturas afro-brasileira e indígena, as normativas da vida em sociedade e o que posso ou não posso fazer, o sentido das diferenças e, conexões com a própria cultura e suas conectividades e relações sociais, o agir com ética e respeito se tornam elementos fundamentais.

**O que fazemos
contribui para
definir quem somos**

VAMOS PRATICAR

1. O estudo da diversidade cultural em metrópoles levou ao desenvolvimento de conceitos como heterogeneidade cultural e subculturas. Eles são usados como ferramentas para entender tanto as áreas urbanas quanto os comportamentos empresariais. A partir dos anos 1970, o conceito de cultura e subcultura se espalhou, especialmente nos EUA, à medida que as empresas buscavam enfrentar a concorrência japonesa. Surgiu a ideia de "cultura da em presa", porém, essa noção pode simplificar demais a complexidade cultural, insinuando que uma empresa pode criar uma cultura única. Isso levanta questões sobre manipulação cultural e interpretação ideológica (CARVALHO, 1997).

Fonte: CARVALHO, M. G. de. Antropologia e as culturas organizacionais. **Revista Educação & Tecnologia**, Curitiba, n. 2, p. 107-114, 1997.

Como a noção de cultura da empresa é utilizada no ambiente corporativo? Assinale a alternativa correta:

- a) A cultura da empresa é um conceito antropológico que se refere à diversidade cultural nas metrópoles.
 - b) A cultura da empresa é uma ideia amplamente aceita de que as empresas podem criar uma cultura exclusiva.
 - c) A cultura da empresa é um instrumento conceitual que os antropólogos usam para estudar a área urbana.
 - d) A cultura da empresa é uma abordagem ideológica que sugere que as empresas podem manipular a cultura de seus funcionários.
 - e) A cultura da empresa é uma ferramenta utilizada por psicólogos para entender os aspectos comportamentais das organizações.
-
2. “O conceito de democracia é complexo, com diversas facetas e, frequentemente, dependente de um contexto histórico. Dessa forma, a democracia, segundo Joseph Schumpeter, seria um método político para atingir uma decisão política, como a decisão de escolher um representante”.

Fonte: ANDRADE, C. D. R. Melhor candidato é o debate: o debate como influenciador direto para o sucesso de democracias. In: LOPES, G. A. H. (org.). **O debate é preciso**: reflexões acerca do debate. Brusque: Editora Unifebe, 2022. p. 94.

VAMOS PRATICAR

Qual é o conceito proposto por Joseph Schumpeter sobre a democracia? Assinale a alternativa correta.

- a) A democracia é uma forma de governo baseada na concentração de poder nas mãos de um único líder.
 - b) A democracia é um sistema político em que as decisões são tomadas por um pequeno grupo de elite.
 - c) A democracia é um método político para atingir uma decisão política, como a escolha de um representante.
 - d) A democracia é um sistema em que todas as decisões políticas são tomadas diretamente pela população, sem a necessidade de representantes.
 - e) A democracia é uma abordagem filosófica que defende a supremacia do Estado sobre os direitos individuais.
3. O povo Mbyá-Guarani, liderado pelo cacique Agostinho e o professor Cleber, carrega nomes guarani, dados pelo pajé, líder espiritual da aldeia. O significado profundo desses nomes é relevante para a comunidade. O nome é concedido quando completam um ano, marcando o início da identidade individual e coletiva. Lutam para oficializar esses nomes perante a sociedade não indígena, eliminando a dualidade. Agostinho compartilha a empatia, respeito e alteridade que permeiam seu grupo. A coletividade é essencial, cada dor é compartilhada. A religiosidade é forte, desejando que o "grande espírito" os guie. A língua guarani e a conexão com a natureza refletem a rica cultura. São politeístas, valorizando a terra além do mercado (LOPES, 2018).

Fonte: LOPES, G. P. et al. Conhecer, reconhecer e respeitar: relato de experiência da visita à aldeia Mbyá-Guarani de Major Gercino (SC). In: ENPEX – ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 17., 2018, Brusque. **Anais** [...]. Brusque: Unifebe – Centro Universitário de Brusque, 2018. p. 797-810.

Com base no texto, qual das seguintes características NÃO é parte das crenças e valores do povo Mbyá-Guarani? Assinale a alternativa correta:

- a) Registrar seus nomes guarani oficialmente na sociedade não indígena.
- b) Valorizar a coletividade, empatia e compartilhamento das dores.
- c) Acreditar em uma entidade única como o "grande espírito".
- d) Valorizar o individualismo e competição.
- e) Manter a língua guarani e a conexão com a natureza.

REFERÊNCIAS

- BUNGE, M. **Dicionário de filosofia.** Tradução de Gita K. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2012. (Coleção Big Bang).
- CHARON, J. M.; VIGILANT, L. G. **Sociologia.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CORTELLA, M. S. **Por que fazemos o que fazemos?** Aflições vitais sobre trabalho, carreira e realização. São Paulo: Planeta, 2016.
- CORTELLA, M. S. **Qual é a sua obra?**: Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- DIAS, R. **Introdução à sociologia.** 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- KANT, I. **Sobre a pedagogia.** Tradução de Francisco Cock Fontanella. 2. ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1999.
- KARNAL, L. **O que aprendi com Hamlet:** porque o mundo é um teatro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.
- LARAIA, R. de B. **Cultura:** um conceito antropológico. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- LIDÓRIO, R. Conceituando a antropologia. **Antropos**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 7-15, dez. 2009.
- LOPES, G. A. H. **Instrumentalidade e processo de trabalho do educador social.** Indaiá: Uniasselvi, 2020.
- MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental:** um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- SARTRE, J. P. **O existencialismo é um humanismo.** Tradução de Vergílio Ferreira. São Paulo: Abril, 1973.

GABARITO

1. Opção **D**. A cultura da empresa é um conceito que, muitas vezes, pode ser mal interpretado e até ideologicamente manipulado. A ideia de que a empresa pode criar uma cultura própria e impor isso aos funcionários levanta questionamentos sobre sua autenticidade e sobre a manipulação dessa cultura, de acordo com as necessidades da organização.
2. Opção **C**. A democracia, conforme proposto por Joseph Schumpeter, é, de fato, um método político para atingir uma decisão política, como a escolha de um representante. Schumpeter descreveu a democracia como um sistema no qual as decisões políticas são tomadas, por meio de competições eleitorais, em que os cidadãos participam e elegem representantes, que tomarão as decisões em nome do povo.
3. Opção **D**. Valorizar o individualismo e a competição. O texto enfatiza a coletividade, a empatia, a conexão com a natureza, a religiosidade e a valorização da língua guarani, o que vai contra o individualismo e a competição mencionados na alternativa D e portanto, essa é a característica que não faz parte das crenças e dos valores do povo Mbyá-Guarani, conforme apresentado no texto.



TEMA DE APRENDIZAGEM 3

NA BIFURCAÇÃO DAS ESCOLHAS, QUAL É A MELHOR ALTERNATIVA?

MINHAS METAS

- Identificar os principais fatores que influenciam a tomada de decisões e entender seu impacto sobre os indivíduos.
- Avaliar as possíveis consequências de diferentes escolhas e analisar suas implicações a longo prazo.
- Conhecer as estruturas de tomada de decisão.
- Analisar as decisões complexas e dividi-las em componentes menores, avaliando as opções e resultados associados a cada alternativa.
- Aplicar estratégias de tomada de decisão a cenários da vida real e praticar o processo de escolhas com base nas informações disponíveis.
- Refinar continuamente as habilidades de tomada de decisão, refletindo sobre as escolhas anteriores, promovendo o crescimento e a adaptabilidade.
- Capacitar os indivíduos a confiar em suas habilidades de tomada de decisão.

INICIE SUA JORNADA

A vida é uma viagem por estradas sinuosas em que você toma decisões o tempo todo! Vinte e quatro horas por dia, você toma decisões, como de manhã cedo quando você decide se vai levantar ou ficar mais cinco minutinhos na cama. O que você vai vestir? O que vai comer?

A nossa vida é feita de decisões e, no fundo, nós somos os resultados de nossas decisões diárias. Você já se viu em uma encruzilhada de oportunidades, sem saber qual caminho escolher? Já pensou sobre decisões que alteram a vida, sentindo o peso de suas consequências sobre seus ombros? Não tema, pois você não está sozinho. A arte da tomada de decisões é uma dança intrincada e uma responsabilidade profunda que todos devemos enfrentar.

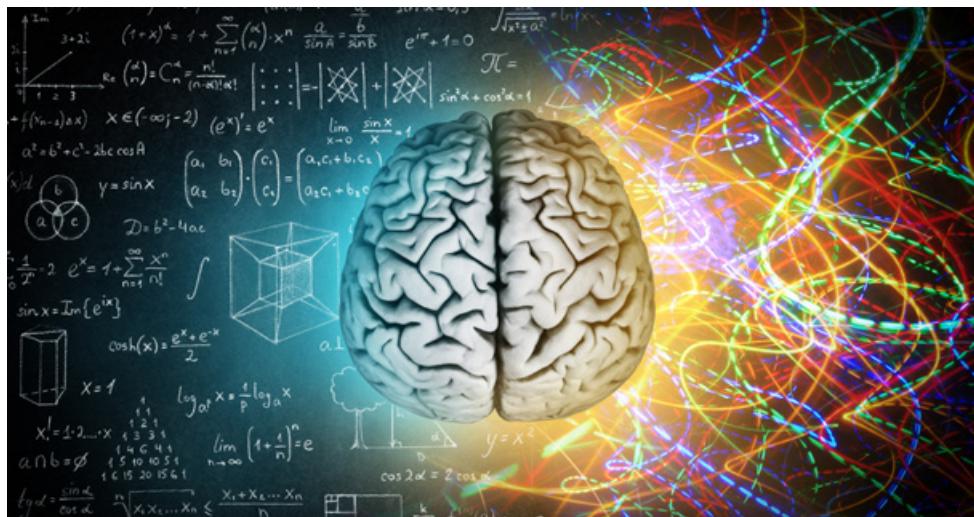
Ao longo de nossa viagem compartilhada, convido-lhe a refletir, questionar e desafiar as escolhas que você fez até agora. Cada decisão, seja grande ou pequena, moldou a pessoa que você é hoje - mas e se houvesse uma maneira de aproveitar o poder da tomada de decisão conscientemente? E se você pudesse criar um roteiro para guiá-lo em direção aos seus sonhos e aspirações? Prepare-se, pois as possibilidades são infinitas.

À medida que partimos nessa expedição transformadora, é crucial abraçar a conexão inerente entre a tomada de decisões pessoais e profissionais. Eles se entrelaçam, influenciam e moldam uns aos outros de maneiras que nem sempre percebemos. Seus valores, crenças e paixões pessoais têm um impacto significativo nas escolhas que você faz em sua vida profissional, assim como suas decisões de carreira podem afetar seu domínio pessoal.

Lembre-se de que as escolhas que você fizer hoje se tornarão os trampolins do seu futuro. Você está pronto para dar o primeiro passo?

Prepare o terreno para uma jornada envolvente e esclarecedora através do domínio do processo de tomada de decisões pessoais e profissionais.





VAMOS RECORDAR?

São muitos os fatores que influenciam o processo de decisão, que vão desde os pessoais aos profissionais e econômicos, mas nem sempre as melhores decisões são tomadas pelos decisores.

Apresentamos, a seguir, o artigo científico *"Processo decisório nos setores público e privado: estudo exploratório e comparativo sobre a dimensão decisão"*, que traz uma revisão sobre o tema do processo de decisão e, ainda, apresenta um estudo de possíveis fatores em dois âmbitos importantes: o ambiente profissional e o ambiente público. Espero que você goste e aproveite a leitura!



QUAL O CAMINHO A SEGUIR, VOCÊ TEM QUE DECIDIR

O grande diferencial do ser humano, em relação aos outros animais da natureza, está em sua capacidade de pensar, em sua inteligência e principalmente em seu poder de **tomar decisões**.

As decisões são o grande diferencial da raça humana.

As decisões são o grande diferencial da raça humana

A decisão de usar cavernas, fazer fogo, fazer ferramentas, fazer guerras, bem como a evolução tecnológica, com a inteligência artificial (IA), na atualidade, tudo partiu de alguma decisão tomada por alguém.

Um ponto importante do processo de tomada de decisão por uma pessoa está centrado em um ponto fundamental, que é o seu conhecimento.

A decisão é formada pelo conhecimento que uma pessoa possui sobre determinado assunto em que vai tomar a decisão, ou que pode influenciar em seu resultado.

Assim, podemos afirmar que todas as inteligências que uma pessoa possui vão influenciar no processo de decisão.

A inteligência humana e as decisões

A questão das inteligências humanas ganhou reforço quando as contribuições de Daniel Goleman, psicólogo, escritor e PhD pela Harvard University, nos Estados Unidos, ganharam reconhecimento, por popularizar o conceito de inteligência emocional globalmente com seu livro *Inteligência Emocional*, publicado em 1986. Esse livro teve um sucesso incrível, vendendo mais de 5 milhões de cópias.

Assim, aprofundou-se o tema e identificou-se as múltiplas inteligências do ser humano, e conforme os tipos predominantes na pessoa, como elas influenciam no processo de tomada de decisão.

As inteligências múltiplas desempenham um papel significativo no processo de tomada de decisão, oferecendo diversas perspectivas e insights. A teoria das inteligências múltiplas de Howard Gardner sugere que os indivíduos possuem vários tipos de inteligência, incluindo inteligência linguística, lógico-matemática, espacial, musical, corporal-cinestésica, interpessoal, intrapessoal e naturalista. Essas diferentes inteligências contribuem para a tomada de decisões, fornecendo uma gama de habilidades, pontos fortes e formas de entender o mundo.

Aqui, destaco a questão de como a pessoa entende o mundo e o foco a ser tomado no processo de tomada de decisão.

Quando confrontados com decisões complexas, indivíduos com inteligência linguística se destacam em articular e analisar opções, comunicando efetivamente seus pensamentos e ideias. A inteligência lógico-matemática permite o raciocínio lógico, a resolução de problemas e a avaliação de resultados potenciais. A inteligência espacial auxilia na visualização de cenários, no reconhecimento de padrões e na consideração de relações espaciais, permitindo que os indivíduos visualizem as consequências de suas escolhas de maneira tangível.



Além disso, a inteligência interpessoal melhora a tomada de decisões, facilitando a colaboração eficaz e a compreensão das perspectivas dos outros. A inteligência intrapessoal, por outro lado, permite que os indivíduos reflitam sobre seus próprios valores, objetivos e emoções, promovendo a autoconsciência e a autorregulação no processo de tomada de decisão. Por fim, a inteligência naturalista ajuda os indivíduos a reconhecer e apreciar as conexões entre suas decisões e o mundo natural, considerando fatores ecológicos e ambientais em suas escolhas.

**A inteligência
interpessoal
melhora a tomada
de decisões**



INDICAÇÃO DE LIVRO

Inteligências Múltiplas: a teoria na prática

Autor: Howard Gardner

Comentário: Alguns livros são clássicos e compõe a expertise sobre determinado assunto. Conhecer, mais a fundo, os diversos tipos de inteligências humanas, apresentadas por Howard Gardner neste livro clássico, nos permite viajar e identificar como as pessoas tomam decisões pelo seu padrão de inteligência. Trata-se de uma leitura muito interessante!



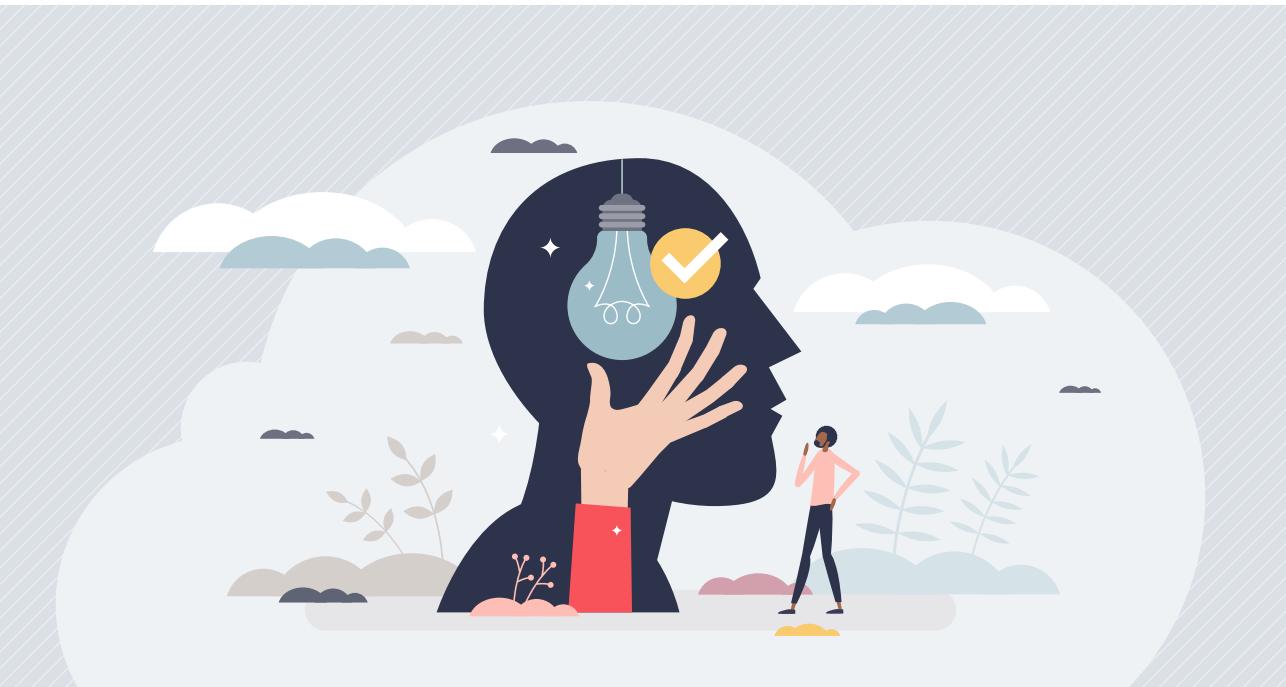
Em conclusão, a influência das inteligências múltiplas no processo de tomada de decisão não pode ser exagerada. Cada tipo de inteligência traz suas forças e perspectivas únicas, permitindo que os indivíduos abordem as decisões de vários ângulos e considerem diversos fatores. Reconhecer e alavancar essas diferentes inteligências pode levar a decisões mais abrangentes e bem informadas que levam em consideração uma ampla gama de considerações, contribuindo para melhores resultados e maior sucesso em vários domínios da vida.

APROFUNDANDO

As nove inteligências múltiplas, propostas por Howard Gardner (1995), são as:

1. Inteligência linguística: habilidade relacionada à linguagem, compreensão e expressão verbal.
2. Inteligência lógico-matemática: habilidade em lógica, raciocínio dedutivo, solução de problemas matemáticos e pensamento analítico.
3. Inteligência espacial: capacidade de visualização espacial, percepção de formas e objetos, orientação espacial e habilidade artística.
4. Inteligência musical: habilidade de apreciar, compreender e criar música, bem como de discernir ritmos e padrões musicais.
5. Inteligência corporal-cinestésica: habilidade física e coordenação motora, como esportes, dança e expressão corporal.
6. Inteligência interpessoal: capacidade de compreender e interagir efetivamente com outras pessoas, demonstrando empatia e habilidades sociais.
7. Inteligência intrapessoal: conhecimento e compreensão de si mesmo, incluindo autoconsciência, autorreflexão e autocontrole emocional.
8. Inteligência naturalista: habilidade de reconhecer e classificar padrões e informações relacionadas à natureza, como plantas, animais e fenômenos naturais.
9. Inteligência existencial: capacidade de refletir sobre questões fundamentais da existência humana, como o propósito da vida e a busca por significado.

Essas nove inteligências representam diferentes formas de habilidades e talentos que os indivíduos podem possuir, e a teoria de Gardner sugere que cada pessoa pode ter uma combinação única dessas inteligências.



VOCÊ SABE RESPONDER?

Qual é a predominância de inteligência que você tem? Analise as nove inteligências definidas por Howard Gardner e verifique qual delas você mais assimila em seu dia a dia.

Eu, Você e Nós, em uma sociedade e seu protagonismo

Um dos pontos importantes a refletir sobre decisões é o grau de influência que essa decisão pode ter no protagonismo social, que vai desde a influência pessoal do **eu** na esfera da **família** e, por último, no âmbito **social**.

Como exemplo, podemos ter:

ESFERA PESSOAL

Acordo agora ou fico mais dez minutos na cama?
Tomo café com leite ou um achocolatado? Ou não tomo café?
Faço faculdade de sociologia, filosofia ou de letras? Ou que faculdade fazer?
Vou para a balada ou fico estudando?
(Essas são algumas decisões pessoais que tomamos no dia a dia. Observe que, lá no início do texto, colocamos que o nosso dia é tomado por decisões.)

ESFERA FAMILIAR

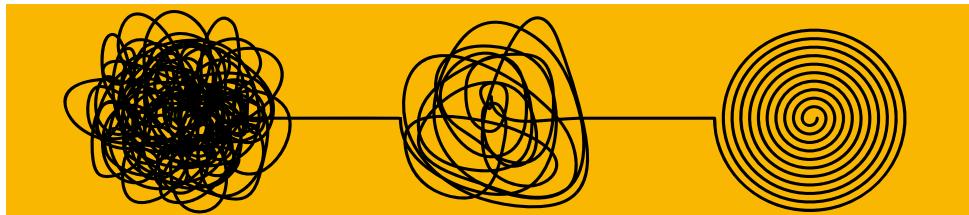
Vamos viajar de férias para o Rio de Janeiro, Bahia ou São Paulo?
Vamos visitar os parentes ou não?
Vou fazer faculdade ou não pelo futuro da família?
Vamos ter um filho ou mais?
(Quando envolve mais de uma pessoa, a sua família, existem muitos pontos a mais a serem ponderados.)

NO ÂMBITO SOCIAL

São diversos os níveis como:
Vou contratar mais funcionários para a empresa ou não? (Decisão empresarial.)
Vamos fazer uma rua nova ou não no bairro? (Decisão pública.)
Vou ao jantar no clube ou vou ao baile? (Decisão social e pessoal.)

Assim, o tempo todo estamos tomando decisões conectadas aos preceitos de que não vivemos sós, mas fazemos parte da sociedade. Por isso, agora, você faz parte da criação do EU, de você e de Nós.

Tomar decisões melhores ajudarão nesse conjunto de formação da sociedade em todos os âmbitos. As decisões tomadas por diversas pessoas no decorrer da História da humanidade nos trouxeram até onde estamos hoje. São as alternativas postas pelo coletivo social e sua evolução que nos trouxeram até aqui, nos levarão ao futuro e influenciam em suas decisões.



VOCÊ SABE RESPONDER?

Atualmente, uma das grandes discussões é a questão da influência das IAs na sociedade e as suas consequências sociais. Analise essa questão das IAs e identifique quais decisões tomar para melhor definir o seu futuro. Essa é uma decisão importante para você.

Muitas coisas poderão mudar, e tudo depende de uma decisão que você tomar. Quem sabe agora, amanhã, só você sabe. A única coisa que sei é que o progresso não vai parar. Vamos conhecer um pouco mais sobre as questões teóricas relacionadas ao processo de tomada de decisão.

A construção do conhecimento sobre processos de decisões

Um dos pontos a ressaltar é a importância do processo de tomada de decisão em seu dia a dia, o qual vem se acentuando, devido às constantes mudanças vivenciadas, por nós, em todas as esferas, desde a pessoal, familiar, no trabalho e nas organizações e na comunidade como um todo.

Hoje, com o advento da informática, internet e, principalmente, do celular, conseguimos ter qualquer informação a um toque da tela, o que nos permite o acesso a mais informações e mais opções para decidirmos.

Uma das grandes dificuldades que encontramos é escolher a melhor opção na hora de decidir, pois, hoje, temos acesso a muitas informações antes de decidirmos.

Um ponto importante para entendermos o processo de decisão e a influência do sistema de informação (seu conhecimento e informações do mundo) é apresentado na Figura 1, a qual adaptamos, aqui, de Oliveira (2001, p. 41), para uma visão mais pessoal de decisão.

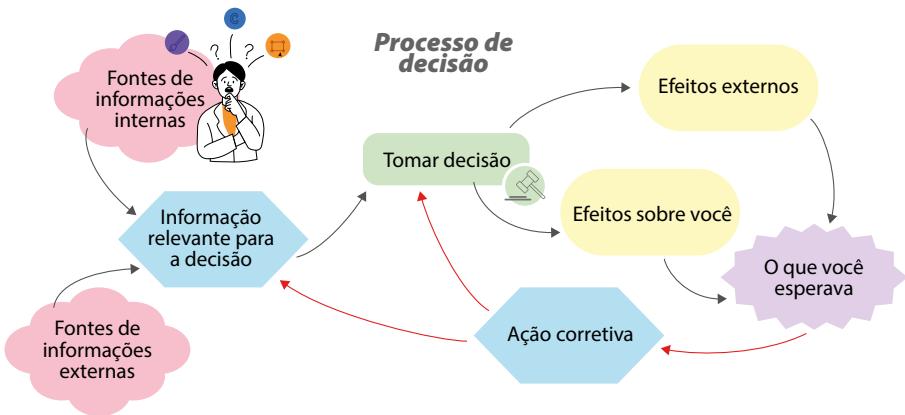


Figura 1 - Interação da informação com o processo decisório

Fonte: adaptada de Oliveira (2001, p. 41).

Descrição da Imagem: a figura trata da interação da informação com o processo decisório. Nela, descreve-se que o processo de tomada de decisão pode ajudado através de fontes informações internas, ou seja, de informações que você mesmo tem ou de fontes de informações externas àquelas que você obtém de situações externas, que podem ser relatórios, livros, entre outros. Essas informações relevantes lhe auxiliam no processo de tomada de decisão. Fim da descrição.

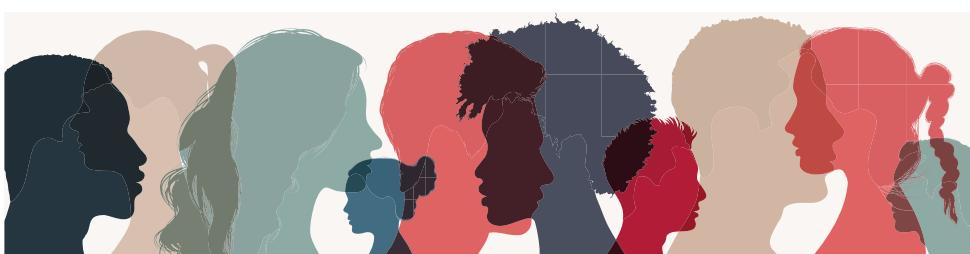
Com as informações que adquiriu e as informações internas, você toma a melhor decisão.

A decisão pode ter efeitos externos e efeitos sobre você mesmo.

Você precisa analisar se os resultados esperados com a decisão são o que realmente esperava, se a decisão foi adequada, se tudo está realmente correto.

Agora, se a decisão tomada não foi a melhor, você poderá tomar uma ação corretiva e, assim, analisar melhor o problema em questão e tomar uma nova decisão ou abastecer o seu sistema de informações relevantes para o processo de decisão. E aí, sim, analisar, novamente, o processo e reiniciar o processo tomada de decisão.

A decisão pode ter efeitos externos e efeitos sobre você mesmo



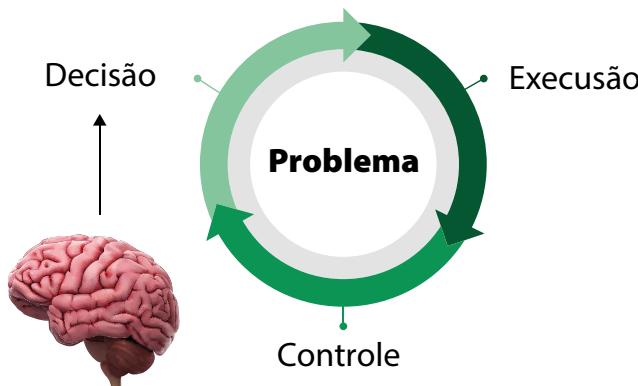


Figura 2 - Processo de decisão

Fonte: adaptada de Cassaró (2001, p. 41).

Descrição da Imagem: a figura mostra o processo de decisão. Você tem um problema, logo, você decide sobre o problema e toma uma decisão, executa o processo que decidiu seguir na decisão tomada e, na sequência, controla e analisa se seus resultados são adequados ao que você esperava. Se são, ótimo! Se não são, você volta e reanalisa a decisão tomada inicialmente, toma novas decisões e volta a refazer o ciclo. Fim da descrição.

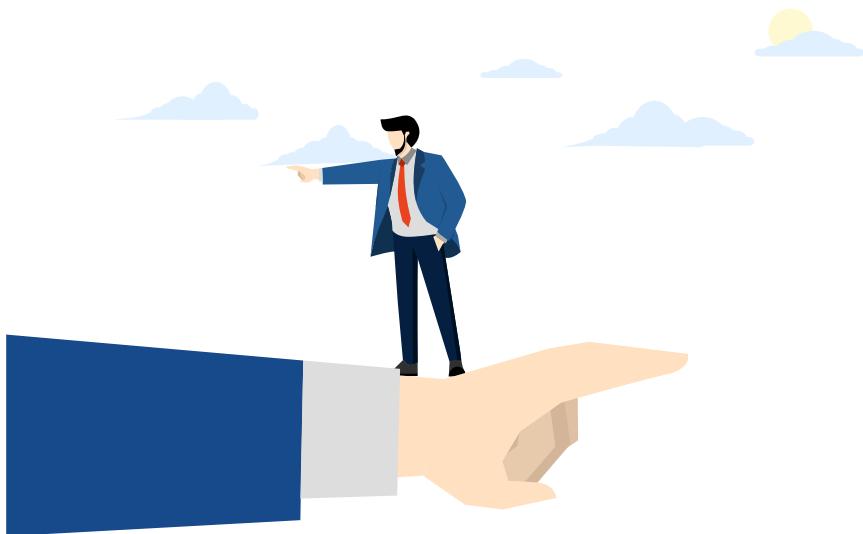
Se você parar um pouco e analisar melhor a figura, você verá que a maioria dos processos de decisão está, também, relacionada à aprendizagem.

Por esse motivo, ouvimos tantos falarem que quem não erra, não aprende. Isso está claro na Figura 2. Você decidiu algo, não gostou dos resultados; amanhã, você decide diferente, pois aprendeu que a decisão tomada anteriormente não foi satisfatória.

No entanto, mesmo assim, ainda temos grandes dificuldades em definir qual a melhor opção na hora tomar uma decisão.



Uma **decisão eficaz** não termina quando é tomada. Requer o acompanhamento e implementação pelas pessoas envolvidas. Na verdade, muitas decisões boas podem ser prejudicadas por uma implementação ineficaz, mas o administrador será, muitas vezes, considerado responsável (MEGGINSON; MOSLEY; PIETRI JUNIOR, 1998, p. 204, grifo nosso).



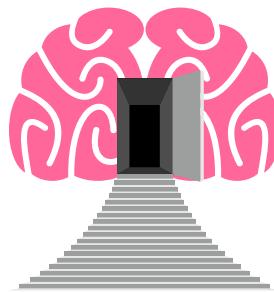
Temos, ainda, um complicador a mais para colocar nesse processo de decidir, que é o processo de decidir pelo coletivo, pela sociedade.

Quando envolvemos mais pessoas no processo de decisão, verificamos um crescimento exponencial da dificuldade de se decidir.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Observe a dificuldade de se fazer um trabalho de sala de aula com os colegas, as discussões que ocorrem sobre o tema, a forma de apresentar, quem vai escrever, que materiais utilizar. Analise essa situação e avalie o que se poderia ser feito para melhorar esse processo de decisão em grupo.

Em tudo que envolve coletividade, a sociedade, é mais difícil de se tomar decisão, pois sempre existirão pessoas insatisfeitas, pessoas em cima do muro e pessoas que aprovaram a decisão.



O principal ponto que você precisa saber é um dito popular, que é muito verdadeiro: **cada cabeça, uma sentença**. Ou seja, o que é bom para você, pode ser que não seja para mim, ou vice-versa.

De certa forma, temos, então, que decidir nada mais é do que uma escolha entre alternativas apresentadas, buscando obedecer a critérios estabelecidos previamente por você ou pela sociedade.

Decidir é algo intrínseco das pessoas, portanto, precisamos aprender a tomar melhores decisões.

📘 EU INDICO

Para aprofundar o conhecimento sobre o processo de decisão, gostaria de indicar um material muito rico sobre o processo de tomada de decisão coletiva e conceituações pertinentes ao tema, que estão presentes no texto *"Processo de tomada de decisão"*, da Professora Dra. Vera Lúcia H. Pieritz.

Não sei se você percebeu, mas a teoria, aqui, em processos de tomada de decisão é igual à prática, ou seja, quanto mais você sabe e aprende, melhor está preparado para tomar as melhores decisões.

A mudança que você quer está na decisão que você toma.

Quando alguém toma uma decisão, ela pode mudar completamente o sentido das coisas e o resultado esperado. Por isso, não tenha medo de decidir, pois só assim nós evoluímos.

A mudança que você quer está na decisão que você toma

Decisões melhores são baseadas em técnicas, e não em “achismos”

Atualmente, se você fizer uma pesquisa, verá que existem muitos métodos que podem ser adaptados ao processo de decisão, mas todos têm a ver com dois pontos principais:

O primeiro ponto é sobre o que é o problema. O foco do problema pode indicar um melhor método para achar a solução. **Por exemplo:** você saiu para adotar um cachorro, ou um gato. Sua escolha estará mais relacionada ao seu gosto pessoal do que a uma lógica complexa de cálculos. Por outro lado, se você tiver um projeto de um prédio, sua parte estrutural, suas decisões serão pautadas em lógica matemática.

O segundo ponto é relativo ao seu grau de conhecimento sobre o problema e as ferramentas de solução de seu conhecimento. **Por exemplo:** até recentemente, os investidores profissionais tinham como principal instrumento de análise para investimentos ferramentas de análises gráficas do investimento que estavam fazendo. Mais recentemente, entretanto, tem surgido investidores, afirmado que análises de investimentos feitos por IA têm gerado resultados em suas bolsas de investimento maiores do que as análises feitas por pessoas. Só para confrontar essa informação, recentemente, tive uma conversa com um médico, o qual apresentou que as IAs estão analisando radiografias de pessoas muito mais apuradas do que as análises feitas pelos médicos.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Se você quiser verificar essa informação passada, faça uma pesquisa aí em seu computador ou celular com o tema: “a (IA) inteligência artificial e a radiologia”. Você verá quantos resultados sobre essa pesquisa aparecerão aí para você! Agora, você sabe responder qual a influência da IA em sua área profissional?

Cada pessoa decide com a sua realidade, mas existem duas grandes modalidades de processos de tomada de decisão: a intuitiva e a lógica, que foram sintetizadas por Pieritz (2016, p.59), conforme apresentado pela Figura 3.

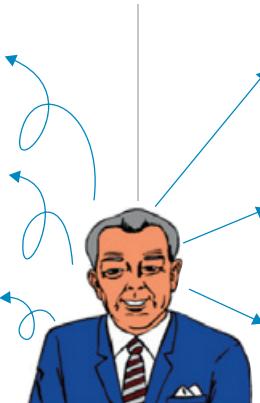
INTUIÇÃO & LÓGICA

Pensamento Intuitivo

Chegada às conclusões por intuição

Influência da emoção e da sensibilidade

Uso da imaginação para a criação de novas ideias



Pensamento Racional

Uso do conhecimento, habilidade e experiência

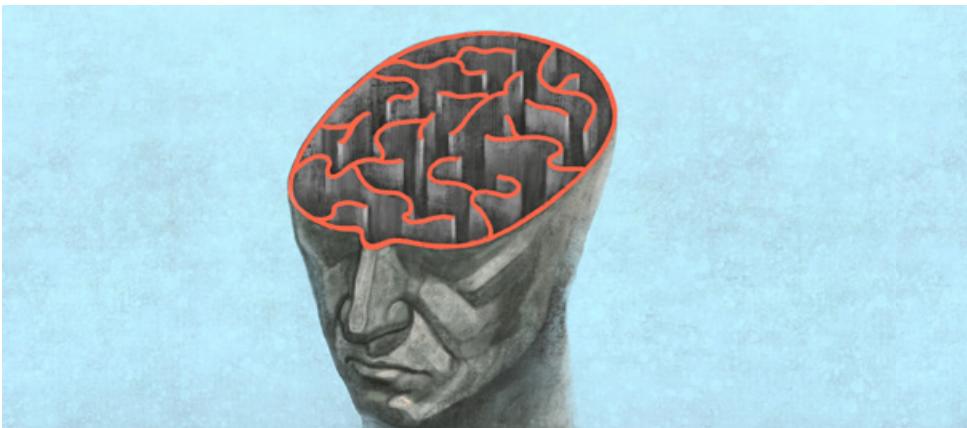
Uso da lógica para chegar às conclusões

Análise das questões para entender o cenário geral

Figura 3 - Processo de decisão por intuição e por lógica
Fonte: Heller (1999, p. 9 *apud* PIERITZ, 2016, p. 59).

Descrição da Imagem: a figura traz o processo de decisão por intuição e por lógica. No processo de decisão por intuição, pensamento intuitivo, a pessoa chega às conclusões por intuição, a influência da emoção e da sensibilidade na decisão. Age com o uso da imaginação para a criação de novas ideias. Esse é o processo de achar solução para um processo de tomada de decisão, utilizando-se da intuição. No processo de decisão por lógica, pensamento racional, usa-se do conhecimento, da habilidade e da experiência, utilizando a lógica para chegar às conclusões. Analisa-se as questões logicamente para entender o cenário geral. Esta é a grande diferença: utilizar a intuição pessoal para a tomada de decisão ou utilizar a lógica, o pensamento racional. Fim da descrição.

Assim, são as nossas decisões. Não importa que tipo de decisão, todo processo de tomada de decisão envolve estes cinco passos:



PROCESSO DE DECISÃO

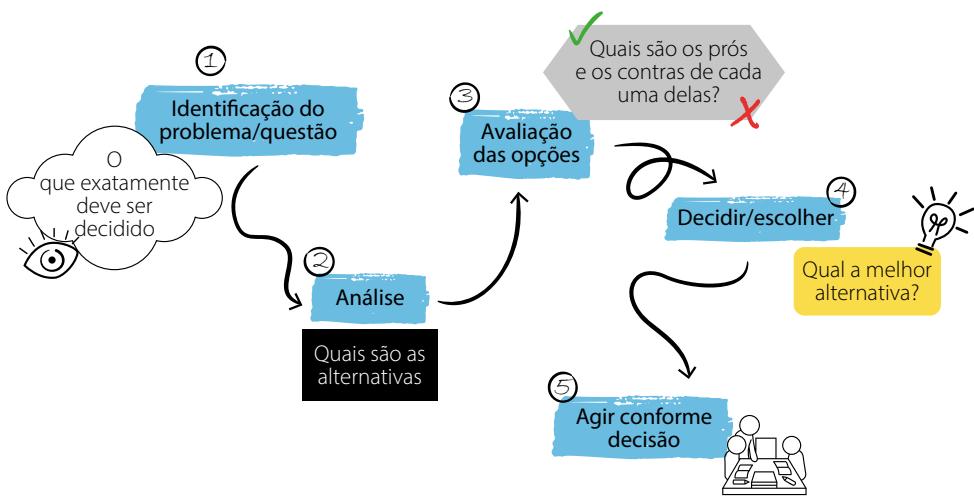


Figura 4 - Processo de tomada de decisão

Fonte: adaptada de Heller (1999).

Descrição da Imagem: a figura detalha o processo de decisão como definido por Heller (1999), em que temos cinco passos: 1 - Identificar qual é o problema para o qual queremos tomar uma decisão (o que realmente deve ser decidido). Assim que definir o problema, vou ao passo seguinte. 2 - Analisar. Se eu sei qual é o problema, preciso analisar quais são as alternativas que estão à minha disposição. Mapeei as alternativas, vou ao passo seguinte. 3 - Avaliar as opções, ou seja, identificar qual das opções/alternativas é a mais viável, mais favorável ou, em última opção, qual é a menos ruim. 4 - Decidir, ou seja, após avaliar as alternativas, faço a minha decisão, escolho qual alternativa seguir, a melhor opção disponível no momento. 5 - Agir, colocando em prática a minha decisão, completando, assim, o ciclo do processo de decisão apresentado por Heller (1999). Fim da descrição.

Nosso cérebro sempre age conforme esses cinco passos, apresentado na Figura 4, em todo processo de decisão, mesmo naquelas em que você acha que tenha tomado uma decisão na flor da emoção. Ele analisa as emoções que você já sentiu no passado com decisões que você tomou e, assim, decide pelo que é melhor para você.



PENSANDO JUNTOS

Cuidar para não cair na armadilha de decidir o que é mais confortável e gostoso para você, pois, às vezes, o cérebro prefere o prazer a sua real necessidade. Por exemplo: o seu cérebro sempre vai preferir e lhe mostrar opções mais agradáveis como assistir à televisão a ir estudar para a prova. Você tem que analisar, às vezes, mais pela lógica do que pela emoção/prazer. Reflita!

Assim, cada um tomará as suas decisões conforme o seu conhecimento, sua realidade, ambiente em que vive e as suas necessidades no momento da decisão, sejam elas reais ou não.

Para terminarmos este ponto relacionado à decisão, gostaria de deixar alguns elementos que geralmente são usados nos processos de avaliação de alternativas em um processo de decisão lógica. São eles:

Favorável	Contra
Pontos positivos	Pontos negativos
Verdadeiro	Falso
Lógico	Ilógico
Grande resultado	Pequeno resultado
Crescimento	Decréscimo
Aumento	Queda/prejuízo
Lucro	Prejuízo

Quadro 1 - Processos de avaliação de alternativas

Fonte: o autor.

Embora, você conheça um pouco mais sobre o processo de tomada de decisão, esse assunto é muito extenso, apesar de todos nós o praticarmos todos os nossos dias.

EU INDICO

Sugiro a leitura das páginas 88 a 136, nas quais trago a descrição de 21 ferramentas, que podem ser utilizadas em processos de tomada de decisão. Elas estão apresentadas para auxiliar o processo de desenvolvimento de produtos novos, mas podem ser adaptadas e utilizadas para qualquer tipo de decisão.



Quer saber como posso adaptar e utilizar um dos processos indicados anteriormente? A seguir, farei uma pequena suposição, mas pensando em algo que possa ser aplicado, também, na realidade.

Vamos a um exemplo: imagine que Heloísa foi convidada por duas pessoas para sair, com interesse de namorar, e ela não sabe quem deveria escolher. Ela terá que decidir.

Assim, ela pode adaptar a ferramenta de análise de concorrência para analisar e tomar a decisão. É claro que ela não irá, de repente, colocar essa análise no papel, mas, com certeza, o seu cérebro fará uma análise parecida para decidir.

Há, ainda, a ferramenta PFOA (acrônimo para Potencialidades, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), que nada mais é que listar todos os pontos fortes e fracos de cada pessoa interessada (no exemplo) e as possíveis oportunidades e ameaças que cada uma delas apresenta.

Eu sei que pode parecer, é uma brincadeira, na realidade, o seu cérebro faz igual. Você só não se percebeu isso até agora.

Com esse exemplo, gostaria que você entendesse que tomar uma decisão é um processo. Quanto mais você estuda, mais você aprende e consegue colocar em prática e tomar decisões melhores.

Vamos, agora, estudar um pouco mais sobre como praticar com eficiência, para, assim, tomarmos decisões mais acertadas.



INDICAÇÃO DE FILME

Onze Homens e Um Segredo

Comentário: Um excelente filme sobre o processo de tomada de decisão, e que traz uma ação atrás da outra. Você verá que são muitas decisões lógicas tomadas por todos os membros do golpe. Vamos pegar a pipoca, assistir a esse filme de ação e, principalmente, aprender sobre a importância das decisões!



A construção de um processo decisório é um ato contínuo. Por isso, precisamos praticar e adquirir experiências pessoais. Além disso, conhecer a teoria, como apresentado aqui, nos ajuda em nosso crescimento pessoal e, ainda, a tomar decisões melhores.

NOVOS DESAFIOS

A tomada de decisão é um processo complexo, que envolve a avaliação de informações, a identificação de opções e a escolha da melhor alternativa. É uma habilidade essencial para o sucesso em qualquer área da vida, mas especialmente importante no ambiente profissional.

No mercado de trabalho, os profissionais são, constantemente, chamados a tomar decisões difíceis. Eles precisam ser capazes de avaliar rapidamente as informações disponíveis, identificar as opções mais viáveis e escolher a melhor alternativa para a situação. As decisões tomadas pelos profissionais podem ter um impacto significativo nos resultados da empresa. Por isso, é importante que elas sejam tomadas com cuidado e planejamento.

O melhor tipo de tomada de decisão para uma situação depende de uma série de fatores, incluindo a natureza da decisão, o tempo disponível e o nível de risco envolvido. Em alguns casos, a melhor abordagem é uma combinação de tomada de decisão intuitiva e lógica.

Os profissionais capazes de tomar decisões eficazes são mais bem-sucedidos em suas carreiras. Eles são capazes de resolver problemas rapidamente, tomar riscos calculados e atingir seus objetivos. A tomada de decisão é uma habilidade que pode ser aprendida e aprimorada com a prática.

Os profissionais que estão dispostos a investir tempo e esforço em melhorar suas habilidades de tomada de decisão estão dando um passo importante para o sucesso.



VAMOS PRATICAR

1. O ser humano formatou o seu modo de viver atual em cima de decisões tomadas por pessoas, no passado, que moldaram todo o modus operandi atual. Tudo que você puder ver ao seu redor, um dia foi uma ideia, um sonho de uma pessoa ou grupo de pessoas que decidiram fazer algo. Tomaram uma decisão e fizeram. Analisando uma pessoa e o processo de tomada de decisão que ela faz em um dia normal, analise as opções apresentadas, a seguir, e assinale a alternativa mais correta em relação ao tema do processo de tomada de decisões pessoais:
 - a) Todas as pessoas tomam decisões continuamente em seus dias.
 - b) Poucas pessoas tomam decisões diariamente.
 - c) 50% das pessoas tomam decisões diariamente e as outras 50% não tomam decisões diariamente.
 - d) 70% das pessoas tomam decisões diariamente e as outras 30% não tomam decisões diariamente.
 - e) Nenhuma pessoa toma decisões continuamente em seus dias.
2. Tomar uma decisão é um processo complexo e que envolve diversas etapas. Uma das principais etapas é a de se ter propriedade, conhecimento sobre o tema a ser decidido, e isso é válido tanto para uma decisão pessoal quanto para uma grande decisão empresarial. Então, considerando a etapa de aquisição de conhecimento ou, como tratado no texto, das inteligências sobre o tema a ser decidido, analise as afirmações apresentadas e assinale a alternativa correta sobre o conhecimento no processo de decisão:
 - a) Ter um conhecimento aprofundado e informações detalhadas sobre determinado problema a se tomar decisão ajuda no processo para se decidir pela melhor opção.
 - b) Ter conhecimento aprofundado e informações detalhadas sobre determinado problema a se tomar decisão não ajudará no processo para se decidir pela melhor opção.
 - c) O importante é decidir, e não procurar conhecimento e informações sobre o problema a decidir.
 - d) Nunca busco conhecimento em um assunto para ajudar a tomar a decisão, vou lá, decido e pronto.
 - e) Em algumas decisões, é importante ter conhecimento, mas, na maioria das decisões que tomamos, não é necessário ter conhecimento sobre o assunto.

VAMOS PRATICAR

3. Cada tipo de inteligência traz suas forças e perspectivas únicas, permitindo que os indivíduos abordem as decisões de vários ângulos e considerem diversos fatores. Reconhecer e alavancar essas diferentes inteligências pode levar a decisões mais abrangentes e bem informadas, que levam em conta uma ampla gama de considerações, contribuindo para melhores resultados e maior sucesso em vários domínios da vida. Identifique a opção correta em relação às tipologias das inteligências múltiplas propostas por Howard Gardner:
- a) Inteligência linguística: habilidade relacionada à linguagem, compreensão e expressão verbal.
 - b) Inteligência lógico-matemática: habilidade física e coordenação motora, como esportes, dança e expressão corporal.
 - c) Inteligência interpessoal: habilidade em lógica, raciocínio dedutivo, solução de problemas matemáticos e pensamento analítico.
 - d) Inteligência existencial: habilidade de apreciar, compreender e criar música, bem como discernir ritmos e padrões musicais.
 - e) Inteligência naturalista: capacidade de refletir sobre questões fundamentais da existência humana, como o propósito da vida e a busca de significado.

REFERÊNCIAS

- CASSARRO, A. C. **Sistemas de informações para tomada de decisão**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.
- GARDNER, H. **Inteligências múltiplas**: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GOLEMAN, D. **Inteligência emocional**: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- HELLER, R. **Como tomar decisões**. São Paulo: Publifolha, 1999. (Série Sucesso Profissional: seu guia de estratégia pessoal).
- MEGGINSON, L. C.; MOSLEY, D. C.; PIETRI JUNIOR, P. H. **Administração**: conceitos e aplicações. Tradução de Maria Isabel Hopp. 4. ed. São Paulo: Harbra, 1998.
- OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Sistemas de informações gerenciais**: estratégias, táticas operacionais. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- PIERITZ, V. L. H. **Planejamento e administração em serviço social**. Indaiatuba: Uniasselvi, 2016.

GABARITO

1. Opção **A**. O processo de decidir é um ato contínuo do ser humano. Desde o momento de acordar, o ser humano toma decisões. Isso ocorre por todo o seu dia até decidir ir dormir. Tudo o que você faz ou não faz é uma decisão. As decisões podem ser em nível pessoal, familiar ou para a comunidade/negócio. Todos nós estamos decidindo o tempo todo. Logo, as demais alternativas estão incorretas.

2. Opção **A**. Toda e qualquer decisão tomada pelas pessoas são embasadas pelo seu conhecimento e pelas informações que possuem sobre o tema a ser decidido. Quanto mais complexa for a decisão, mais importância tem o conhecimento sobre o assunto.

Assim a alternativa E não está correta, pois, mesmo para as decisões corriqueiras do seu dia a dia, o conhecimento é importante e vou exemplificar. Imaginemos uma decisão simples, como a de se levantar da cama. Essa decisão tem muito a ver com seu conhecimento para fazer esse ato. Vamos lá, primeiro ponto: você trabalha, se vê obrigado a se levantar para não faltar no emprego, mas, se está em uma época de verão em suas férias, pode ser que você não queira se levantar tão cedo ou, ainda, se é domingo, no inverno, e está frio, seu cérebro diz que está frio e que você pode dormir mais um pouquinho. Todas essas decisões são pautadas em conhecimentos que você tem ou que adquiriu com o tempo, e estão aí para você usar no momento de decidir acordar. Assim ocorre com todas as decisões que você toma em seu dia a dia.

3. Opção **A**. A única opção correta é a alternativa que apresenta a inteligência linguística, conforme apresentada por Gardner, sendo que as demais estão com terminologia e conceitos trocados. Vide caderno de estudo.

MINHAS ANOTAÇÕES





TEMA DE APRENDIZAGEM 4

UNIVERSO: A PARTE É MAIOR QUE O TODO, OU O TODO É MAIOR QUE A PARTE?

MINHAS METAS

- Analisar o sujeito-cidadão, a partir de suas definições e sua dinamicidade.
- Estudar a amplitude e a dimensão da cidadania.
- Precisar o impacto da cultura no processo de construção do todo.
- Compreender a importância da individualização como processo de humanização.
- Relacionar a democracia ao processo de cidadania, a partir da alteridade.
- Analisar a importância da singularização dos grupos e a sua necessidade de acolhimento pelo Estado, a partir dos discursos da vulnerabilidade e igualdade.
- Compreender a necessidade de equilíbrio entre a coercitividade estatal e a autonomia.

INICIE SUA JORNADA

Durante um debate que participei, deparei-me com a hipótese de um idoso, com idade superior a 90 anos, que tinha um diagnóstico de doença terminal, cuja expectativa de vida era remota, mas que precisava de um medicamento oneroso, não fornecido voluntariamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para experimentar alguma sobrevida. A partir desse caso, determinado agente público defendeu que seria um absurdo a concessão do medicamento pelo Estado, na medida em que a expectativa de vida é baixa e os recursos públicos são limitados. Por isso, com os valores gastos com esse paciente, o Estado poderia investir em outras tantas esferas.

Em razão dessa angústia, existe limite de idade para a defesa do direito à vida e à saúde? Devemos tratar uma vida através de um discurso tão numérico? O que vale mais: uma vida, ainda que idosa, ou os recursos da coletividade? Como harmonizar os interesses entre o todo e as partes?

O fato é que a defesa da vida, compreendida como direito fundamental, é a razão existencial da sociedade.

Além disso, pergunto-lhe: quem nunca se sentiu isolado, apesar de viver em uma sociedade? Quem jamais se sentiu oprimido pelas pressões de um grupo micro ou macro?

Quando falamos da tomada de decisões, entendemos que a própria Lei é um conjunto de decisões do seu criador. Por exemplo, quando o legislador defendeu a monogamia, isso significa que o autor da Lei está repudiando a bigamia. Essa decisão do todo impacta diretamente a vida das pessoas, pois, por mais que alguém queira viver uma relação poliamorista, por conta de suas convicções pessoais, ninguém poderá manter dois casamentos ao mesmo tempo.

A cidadania, casada com a democracia, significa participar, ter as suas deficiências protegidas, desde que a sua decisão não comprometa terceiros ou a sociedade como um todo.

Por tudo isso, vamos juntos pensar na harmonização do todo e das partes, isto é, precisamos tentar equilibrar os interesses da sociedade, conhecendo diversos grupos.

Pense bem: qual é o ambiente em que devemos estudar esse assunto? De início, deve ser construída a ideia de que a cidadania significa pertencimento e participação em um contexto de sociedade. Assim, de que maneira você exerce a cidadania?

A cidadania exige unidade e relacionamentos humanos mais sólidos, além da tomada de decisões constantes. Em outras palavras, a liquidez dos relacionamentos humanos pode ser um entrave para a unidade em sociedade e, reflexamente, pode impactar no exercício da cidadania, que em seu “coração” conceitual valoriza a necessidade de esforços para a manutenção da coletividade e unidade.

A compreensão da cidadania é decisiva para a conjugalidade entre o todo e as partes.

VAMOS RECORDAR?

É importante relembrar que a cidadania é um processo que está em constante releitura. O ponto de partida desse estímulo passa pela formação cultural sólida, através da democracia, cuja marca é a genuína participação nas esferas macro, através da iniciativa popular ou através de condutas que prestigiem a coletividade; assim, o que precisamos é de solidez. Sobre esse discurso de solidez micro ou macro, sugiro a leitura de: *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*, de Zygmunt Bauman.

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

ENTENDENDO O TODO E AS PARTES: UM RELACIONAMENTO DELICADO



Sempre que você pensar no relacionamento entre o todo e as partes, pense na cidadania e na democracia; precisamos identificar que cidadania é um direito, a partir de um olhar normativista, de participação popular, com larga convergência aos parâmetros da democracia. Além disso, é um sentimento de pertencimento, com inevitáveis renúncias, não comprometedoras da individualidade, tendo em vista a salubridade do todo.

A FORÇA DA DEMOCRACIA PARA A MANUTENÇÃO DO TODO

Na realidade constitucionalista brasileira, são características importantes para entender a cidadania e a participação dos cidadãos perante o todo: **consenso e participação**, que nos remetem ao regime democrático, a partir do voto secreto, periódico e universal, previsto no Art. 60, parágrafos 4º e 14 da atual Constituição da República Federativa do Brasil.

O senso de bem comum, coletividade dentro das suas relações privadas

A ideia de função social passa pelo exercício do direito ao voto, coletivamente e empresarialmente. Nesse exercício, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei das Sociedades Anônimas, prevê que, no exercício do direito ao voto, que é uma cidadania empresarial, se acontecer a colisão entre os direitos individuais do acionista e os interesses coletivos, estes devem preferir aqueles. No mesmo sentido, o eleitor, ao exercer a sua cidadania, deverá primar pelos interesses coletivos sobre os particulares. Entretanto, não é assim que, comumente, acontece.

Ideia de participação do povo em órgãos e esferas da sociedade



A composição do Conselho Nacional de Justiça, conforme o Art. 103-B da atual Constituição da República Federativa do Brasil, conta com a presença de dois cidadãos, entre os 15 conselheiros.

Independentemente de seu prévio conhecimento científico ou biológico sobre a Lei de Biossegurança, Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, chama a atenção que esse julgamento é de grande sensibilidade e envolve o direito à vida. Por isso, o Supremo Tribunal Federal convocou audiência pública, o que autorizou o pronunciamento de autoridades da Medicina, sobre o início do direito à vida, assim como autoridades eclesiásticas, as quais foram também convocadas.

Iniciativa popular e seus perigos quantitativos

Chama a atenção a iniciativa de lei popular, inclusive prevista no Art. 61 do texto constitucional, que permitirá ao povo propor determinadas leis para que o Congresso Nacional aprove. Nesse tom, chama a atenção o rigorismo para a submissão da proposta de lei de iniciativa popular, isto é, criar extremada dificuldade para concretizar o direito, é como afastar o direito. Pensamos, assim, por conta do fato de que os requisitos são:

- a) Ao menos 1 (um) % do eleitorado nacional; b) representados em 5 (cinco) Estados, no mínimo; c) em cada um dos Estados, ao menos 0,3% de seu eleitorado; a nossa compreensão de cidadania passa por dimensionar o exato nível da participação, o que, quanto à Lei de Iniciativa Popular, parece ser um exercício distante.

De quantos plebiscitos você participou? De quantos referendos?

A nossa cidadania e democracia, embora provida de instrumentos abstratamente interessantes, muitos deles são pouco utilizados, implicando uma cidadania, em certa medida, manca. Portanto, uma interatividade branda entre o todo e as partes, o que significa que a cidadania é muito mais impositiva do que dialética. Em outros termos, as leis, compostas pelo método coercitivo, são criadas pelos representantes políticos, sem diagnosticar os exatos desígnios do povo, a partir de uma percepção superficial das aspirações populares.

Em contrapartida, a função do Direito, como essência, epistemologia e método, não significa a curvatura à sociedade, por mais viciada que seja. Por exemplo:

Imaginemos que a sociedade, em sua maioria, pretenda aprovar a suposta lei de casamento entre crianças. Por conta dessa hipotética atmosfera social, o Congresso Nacional necessariamente deverá aprovar, significando um Poder Legislativo de mera chancela das paixões sociais? Cremos que não é esse o caminho, na medida em que a racionalidade exige compreender a complexidade do casamento como comunhão plena de vida, patrimonial, física e emocional.

Em termos técnicos, cidadania, como pertencimento ao povo, segundo Gamba (2022), pode estar ligada, por exemplo, ao fato de ter cadastramento eleitoral ou ter a nacionalidade brasileira. A partir disso, encontramos um critério formal de cidadania.

Os valores necessários para a proteção do todo

A cidadania exige ponderar os parâmetros da boa-fé, eticidade e função social, tendo em vista a necessidade de lealdade, coerência e senso coletivo, em busca do bem comum. Aliás, comumente nos deparamos com uma colisão entre os nossos interesses individuais e os coletivos.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Quais são os critérios que você se ampara para a escolha dos candidatos? O que melhor representa a sua classe e o que torce para a mesma equipe futebolística que a sua? Ou o candidato que melhor contribuirá para o bem da coletividade?

A partir disso, começamos a perceber que o sentimento de pertencimento ao todo nos exige pensar de modo coletivo, o que é delicado, tendo em vista o estado de natureza.

A FORÇA COERCITIVA DO TODO E AS LIMITAÇÕES E FINITUDES EXISTENCIAIS DAS PARTES

Devemos pensar em uma cidadania forçosa ou voluntária? Igualmente complexa a questão, o que nos exige também pensar na cultura normativista e imperativa da ciência do Direito e dos aparatos estatais.

Diante dessa finitude, limitação e nocividade, como trabalhar o senso altruísta e coletivo? É delicado. No entanto, as reflexões giram em torno das ideologias, crenças, formação cultural e ética. Nesse discurso, viver de modo funcionalizado, solidarista e humanista, é compreender sensivelmente que todos se submetem ao irrefreável processo de envelhecimento:



O envelhecimento – esse processo biológico e vital, inerente ao ser humano (conforme ocorre na Natureza) – é considerado, nos termos legais, um direito personalíssimo, afeto aos direitos da personalidade, isto é, que se revestem da qualidade de intransmissibilidade (GARCIA; LEITE; SERAPHIM, 2016, p. 26).

Também, nas palavras de Kübler-Ross (1981, p. 19 *apud* SÁ; LIMA, 2022, p. 69):



Morrer se torna um ato solitário e impessoal porque o paciente não raro é removido de seu ambiente familiar e levado às pressas para uma sala de emergência. Qualquer um que tenha estado muito doente e necessitado de repouso e conforto se lembrará de ter sido posto numa maca sob o som estridente da sirene, e da corrida desenfreada até se abrirem os portões do hospital

CONHECENDO EM ESPECÍFICO AS PARTES

O propósito existencial de um ordenamento jurídico é a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, nos termos do Art. 3º da Constituição Federal. Essa análise nos permite retomar a discussão sobre a tomada de decisões no ambiente político e a democracia indireta.

O povo, compreendido como o todo, e suas especificidades

A expressão povo, por si só, é abrangente e acolhe toda a coletividade, em níveis de pertencimento. Por isso, não tem como fugir dos debates organicistas e naturalistas. O certo é que ser povo é ser agente de relacionamentos, horizontalmente, com os seus pares e, verticalmente, com o Estado.

Na teoria organicista, conforme Gamba (2022), admite-se uma analogia com o corpo humano, na medida em que tanto a sociedade quanto o corpo humano têm uma série de órgãos. No mesmo sentido, a sociedade é um organismo, que se desdobra em diversos órgãos, sendo certo que os cidadãos são os órgãos, isto é, os órgãos terão o propósito de proteger e salvaguardar o organismo.

Por outro lado, na teoria mecanicista, o protagonista é o indivíduo, inclusive numa percepção de felicidade individual. Nessa visão, instaura-se, inclusive, mais liberdade para os indivíduos, quando comparados com a teoria organicista. O entendimento de unidade auxilia a compreensão do todo, que é composto pelas partes, refletidas no todo. Sendo certo que a parte só é “enquanto postas pelo todo” (HEGEL, 1989, p. 25). Assim, a ideia de alteridade revela a impossibilidade de exteriormente se ignorar o outro, numa universalidade.

Como defendido por Bretas (2022):



Cada membro do universal deve ser levado em conta, sob pena de não ser universal. Assim, na eticidade do singular não há nenhum ser que possa ser excluído, em razão da individualidade, universalidade e absolutismo. Nesse horizonte de particularidades, é possível identificar carências, necessidades etc. (BRETAS, 2022, p. 133).

Dessa forma, comprehende-se a humanidade, a completude, a coletividade e a cidadania.

Esse pertencimento atrai o princípio da igualdade, que só faz sentido se for mediante o reconhecimento das diferenças, em especial com base no estudo sensível da vulnerabilidade, que significa a necessidade de tratamento vulnerável; assim, a vulnerabilidade, composta por várias espécies, segundo Bretas (2020),

significa a percepção de diversas fragilidades, como as de ordem física, emocional, processual, jurídica, econômica, técnica, informacional, entre outras. Nesse discurso, cabe a análise de Tavares (2013), ao pensar sobre a não discriminação e o reconhecimento das diferenças:



Os elementos, ou situações, constitucionalmente arrolados (sexo, cor etc.), na realidade, relacionam-se a ocorrências discriminatórias atentatórias de direitos fundamentais, muito comuns em determinadas épocas históricas, utilizadas indiscriminadamente e gratuitamente como forma de distinção e, o mais das vezes, punição. Foram situações de injustiça, que marcaram profundamente o espírito dos Homens, e que, por isso, o constituinte brasileiro pretendeu pôr a salvo os indivíduos para o futuro. Assim, a título exemplificativo, foi o caso da escravidão dos negros (distinção em função da raça), da submissão das mulheres (por força do sexo) e outros tantos casos (TAVARES, 2013, p. 291).



ZOOM NO CONHECIMENTO

A partir da sensibilidade do reconhecimento da vulnerabilidade, a percepção da equidade se torna mais palpável, além de gerar acolhimento e representatividade, o que nos faz migrar de uma ideia de igualdade abstrata para a isonomia, como acolhimento real e reconhecimento ativo das vulnerabilidades, tornando o todo mais equilibrado, mais equânime, por conta da redução dos abismos. De maneira que, se as partes, isto é, os grupos forem mais sólidos, os membros, de antemão, o todo será mais solidamente estruturado. A princípio, entre o todo e as partes há uma relação de complementariedade, interdependência, além do caráter estruturante, pelo fato de que a solidez do todo se reflete nas partes e reciprocamente também.

Trata-se de um universo intrigante, pois estamos inseridos num todo, por conta da paridade da finitude e das limitações existenciais, o que uniformiza os seres humanos. Além disso, pertencemos ao todo, dentro de fragmentos, em determinados grupos de pertencimentos patrimoniais e existenciais.

O fortalecimento da paz, harmonia e restauração

A cidadania e a manutenção do todo depende de preservar a sociedade. Por isso, dos métodos, é o fortalecimento do discurso constitucional da paz, além do caráter restaurativo das relações adoecidas, a solução pacífica dos conflitos e o espírito mediador.



A escuta ativa engloba uma série de ações comunicacionais verbais e não verbais, tais como: perguntas com final aberto, rotulagem emocional (tom de voz passivo, gestos de abertura, olhar direcionado à pessoa, leve inclinação do corpo para frente), ato de parafrasear o oponente, adoção de atitudes pequenas de encorajamento (aceno com a cabeça, utilização de sons indicativos de concordância e compreensão “mmm” ou “uh-huh”) e emprego do silêncio (expressões faciais agradáveis que permitem ao oponente continuar falando de forma confortável) (FARIAS, 2022, p. 813).

A cidadania, como participação, também decorre da liberdade de expressão, por mais que seja limitada e que possa significar a tensão entre grupos. Entretanto, o amadurecimento do discurso, passa pelo reconhecimento de outras variáveis e da própria confrontação.

Você conhece a vulnerabilidade, de modo específico?

Por exemplo, o melhor interesse da criança é defensor do reconhecimento da vulnerabilidade emocional, física e biológica do menor. Por isso, as políticas públicas, as decisões normativas e jurisprudenciais devem primar pelo tratamento diferenciado e protetivo dos vulneráveis. Assim:



[...] o princípio do interesse superior (também denominado princípio do melhor interesse) não se encontra expresso nessa formulação, nem no ECA nem na CF. Porém, pode-se afirmar que decorre da interpretação harmônica de todo o sistema jurídico referente aos direitos de crianças e adolescentes (ZAPATER, 2023, p. 29).

Segundo Bretas (2020), qual seria a vulnerabilidade aplicável diretamente ao idoso? A física, sobre a qual importa a percepção de limitações orgânicas: “Há uma alteração do sistema nervoso, à medida que se envelhece, há perda de células, diminuindo o volume do cérebro. Desse modo, “o corrente do idoso fica mais lento, todavia, permanece ativo” (VERAS, 1999, p. 76).

Dentro desse discurso, temos o choque geracional, dentro de uma visão tecnológica. Já pensou nisso? Somos uma sociedade de diversidades, isto é, o todo traz imposições e exclusões, de maneira que as imposições tecnológicas sociais, como a necessidade premente de interação nas redes sociais, exercem violenta força de repulsão em face daqueles que não se adaptam. Apesar de a sociedade ser tecnológica, como estabelecer a saudável convivência entre gerações mais novas, estritamente tecnológicas, *versus* os idosos, os quais, comumente, não sabem lidar com a tecnologia, implicando, até mesmo, a tecnofobia? Assim, o todo exerce poder sobre as partes, mas as partes merecem tutela, tendo em vista o humanismo.

O letramento digital é primordial, a partir do reconhecimento dos benefícios que a internet é capaz de promover e que o acesso a diversos aparatos estatais dependem de recursos tecnológicos.



INDICAÇÃO DE FILME

Amor.com

Ano: 2017

Sinopse: A cidadania não pode ser artificial e tampouco ser exercida no universo paralelo; sobre esse paralelismo perigoso de universos e a premência da educação digital responsável, sugiro o filme Amor.com, estrelado por Isis Valverde, que representa a influencer digital Katrina, engajada em dicas de moda, em seu canal no YouTube, responsável pela ostensiva divulgação de vídeos. Nesse engajamento, Katrina passa a viver um confronto entre a sua dignidade no mundo real e a sua imagem artificial, construída conforme o que os seus seguidores pretendiam.



A vulnerabilidade do idoso e seus desafios de cidadania

O idoso, quando desprovido de conhecimentos tecnológicos, é hipervulnerável, em razão de sua condição de vulnerável físico, associado ao fato de ser consumidor e idoso. Por esse motivo, nos termos do Art 229 da Constituição Federal de 1988, deve haver amparo ao idoso.



É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1988).

O todo se constrói a partir do conhecimento das partes, conforme as suas individualidades. Por isso, a coletividade, além das vulnerabilidades de grupos etários, encontra outros incontáveis grupos de vulneráveis, como o Código de Proteção ao Consumidor.

No mesmo âmbito físico, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em busca do acolhimento aos portadores de deficiência física ou psíquica. Essa previsão é primordial, pois, independentemente da deficiência, é necessário acolher e reconhecer. Apartir desse olhar, um dos impactos desse Estatuto é solidificar a premissa de que o portador da síndrome de Down, por exemplo, pode se casar. Afinal, afastar desse grupo de modo absoluto o instituto central do casamento, é espancar a cidadania.



EU INDICO

Sobre essa temática, sugiro a entrevista de Hugo Rios Bretas, concedida à PUC TV Minas, em 2017.



A HISTORICIDADE E A QUESTÃO RACIAL

Outra discussão importante, no universo das vulnerabilidades e do fortalecimento da igualdade e cidadania, diz respeito ao estatuto da igualdade racial, que preceitua a característica da historicidade dos direitos fundamentais, isto é, os direitos fundamentais significam conquistas obtidas ao longo da História, as quais devem ser protegidas, sob pena de retrocesso. A questão é muito complexa, porque a cidadania e o altruísmo são alcançados através do reconhecimento das singularidades e através de fatores históricos, ou seja, há uma base forte de equidade. Convido-lhe a pensar sobre esta reflexão:



O caminho adequado é evitar generalizações (a culpa é da colonização) e analisar o caso concreto, identificando as dimensões do problema. Provas de concurso escritas e anonimizadas dão menos espaço para discriminações do que uma entrevista livre na qual a cor da pele, o sexo ou a deficiência física aumentam a probabilidade de decisões preconceituosas. Além disso, deve ser examinada a queixa concreta. Nada impede que a queixa relate a cor da pele com a situação econômica, sendo essa combinação o alegado motivo da discriminação. Pode ser também que mulheres brancas e negras que se encontram na mesma situação de pobreza tenham experiências diferentes, pois o tratamento das mulheres negras pobres pode incluir agressões adicionais em razão da raça. Bastaria discutir e provar isso, sem se preocupar em desvendar a exata relação e dosagem de causas e efeitos (DIMOULIS, 2021, p. 112).

A inteligência emocional, o mínimo existencial e as relações de consumo

As relações de consumo são irrefreáveis e dizem respeito a todos, inevitavelmente. O todo se baseia em relacionamentos, comumente marcados por interesses econômicos ou existenciais e por isso, o fator consumo é fundamental para compreender a relação entre o organismo e seus fragmentos.

É nebuloso pensar em cidadania, se não houver acessibilidade ao mínimo existencial. Enfim, a acessibilidade, como núcleo da cidadania, gravita em torno da acessibilidade informacional, comunicativa, locomotiva, social, entre outras.

VOCÊ SABE RESPONDER?

O que é mínimo existencial? Quais são os bens e os valores a serem acessados, sob pena de ofensa à dignidade humana? .

Para início: o direito à vida, à saúde, à alimentação, à moradia, à informação, entre outros. Conforme Bretas (2022), a teoria do patrimônio mínimo defende que a propriedade e a posse não são os seus principais componentes, e sim a dignidade. Esse discurso depende, para fins de universalização, da compreensão solidarista:



A exacerbação do individualismo acentuou na propriedade o caráter de inviolabilidade e de absolutismo. Hoje, já se imprime à propriedade privada um conjunto de limitações formais, sendo composto de restrições e induzimentos que formam o conteúdo da função social da propriedade que não se confunde como função social da posse. O absolutismo no exercício da propriedade sofreu a intervenção de ideias que progressivamente construíram a doutrina da denominada função social da propriedade (FACHIN, 1988, p. 17).

As relações de consumo são estruturadas na visão de que a defesa deste grupo é um direito fundamentalmente constitucional. Nessa perspectiva, o Direito do Consumidor, a partir das lições de Rizzato Nunes (2019), que nos norteará, possui, como principal objetivo, a proteção do consumidor. Para a compreensão do todo e de suas partes, acredita-se na contribuição da função social, que coloca os interesses sociais *versus* individuais.

Por exemplo, por mais que o proprietário não queira pagar tributos sobre o imóvel no qual reside, em nome da universalidade e coletividade, é necessário que o tributo seja pago, caso haja o fato gerador, de forma a viabilizar economicamente a continuidade estatal. Portanto, existem limites estatais que atingem o exercício do uso e fruição da propriedade: “A reformulação operada com base nos princípios da socialidade, eticidade e operabilidade deu nova feição aos princípios fundamentais dos contratos” (GONÇALVES, 2020, p. 58).

O Estado e os cidadãos

Na confrontação, aqui, trabalhada, é básico, na Administração Pública, a valorização do princípio da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses privados, o que tem caráter imperativo, como acontece no âmbito das desapropriações. A título de exemplo: por mais que você tenha adquirido um imóvel, que serve de morada para a sua família, se o Estado entender que o seu imóvel é necessário para a utilidade pública, para a construção de uma escola, que beneficiará a educação no âmbito daquele município, certamente, haverá prevalência dos interesses coletivos.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Isso é justo? O é inevitável dentro da relação entre o todo e as partes?

Apatia jurídica diante dos problemas emocionais

Dentro de uma sociedade tão complexa, marcada pelo colapso das relações humanas, efêmeras e agravadas pela pandemia, o perfil, dentro de uma sociedade, além de tecnológico, exige o domínio de habilidades emocionais e do exercício da empatia: “perceber as necessidades e sentimentos dos outros, ouvir o que os liderados têm a dizer (e o que não dizem) e compreender suas reações” (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010, p. 361).

Conforme desenvolvido no Grupo de Pesquisas GEPAM: “A gestão de pessoas e o assédio moral: contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho e do Direito para um ambiente empresarial saudável”, a inteligência emocional precisa ser desenvolvida, como forma de pertencimento ao todo, de maneira que os traumas psíquicos constituem um vivido que ultrapassa a competência psíquica de apropriação e de recalcamento. Ainda que deixe marcas indeléveis na memória, a experiência traumática é aquela que não se representa. Ao psiquismo é sobreposto a capacidade de elaboração (MALDONADO; CARDOSO, 2009).

A cidadania, como acolhimento, revela que o Direito nem sempre consegue contribuir eficazmente, por exemplo, a saúde mental da pessoa humana é um dos núcleos da ciência do Direito. Assim, o desenvolvimento do sólido diálogo entre o Direito e outras ciências transcendentais, é emergente. Ora, o ordenamento pátrio privatista não responde, adequadamente, às hipóteses de violação à personalidade, pois, quando alguém sofre danos morais, a resposta de acolhimento e cidadania não pode ser apenas a indenização, como o texto jurídico prevê.

O ponto basilar é que a cidadania, o altruísmo, e o acolhimento estão sempre em construção. Trata-se de um constante estado de cidadania incipiente, que, por exemplo, a ciência do Direito não conseguirá resolver, ou seja, as angústias humanas.

NOVOS DESAFIOS

Desenvolvemos as fortes tensões entre o todo e as partes, a coletividade e os interesses individuais; o certo é que a relação entre eles é de interdependência e complementariedade. Entretanto, não é possível que a sociedade acolha todas as aspirações humanas, pois a coletividade depende de uma filtragem dos interesses individuais, a valorização da dignidade, e do senso de pertencimento, expressado pelo fortalecimento da cidadania e da percepção das fragilidades humanas.

Infelizmente, na sociedade de hoje, percebe-se que o todo está adoecido, pois os fragmentos não estão devidamente acolhidos, tendo em vista as angústias e a complexidade humana, dando vazão a uma existência possível, jamais ideal. Afinal, o plano racional humano, dotado de nocividades, não admite que os fragmentos sejam plenamente saudáveis.

Se as relações humanas estão em colapso, como as aquecer novamente, dentro de uma sociedade virtual, que nos convida cotidianamente para fugirmos do mundo real e vivermos no mundo paralelo?

Projetando o futuro: você é agente de transformação da realidade e tem o dever de participar do humanismo e da solidez das relações humanas.

VAMOS PRATICAR

1. A cidadania não se contenta com discursos meramente poéticos, simbólicos, abstratos, vazios ou frios, na medida em que ela precisa ser concretizada todos os dias, inclusive através de batalhas sociais. Por isso, viver em sociedade exige o sentimento de pertencimento, de unidade e de coletividade, o que nos aproxima da importantíssima função social. De início, deve ser construída a ideia de que a cidadania significa pertencimento e participação em um contexto de sociedade.

A cidadania consiste num direito, a partir de um olhar normativista, de participação popular, com larga convergência aos parâmetros da democracia. Além disso, é um sentimento de pertencimento, com inevitáveis renúncias, não comprometedoras da individualidade, tendo em vista a salubridade do todo. A cidadania é tema de todas as esferas do saber, em especial da ciência política, sociologia, antropologia e Direito, que se dedica fortemente a compreender os limites da participação popular (GAMBA, 2022).

Fonte: GAMBA, J. R. G. **Teoria geral do Estado e ciência política**. 2. ed. Barueri: Atlas, 2022.

Em atenção a esse discurso, quais os itens abaixo significam o exercício da “democracia direta”:

- I - Plebiscito.
- II - Aprovação de lei complementar.
- III - Projeto de lei apresentado por determinado deputado federal.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

VAMOS PRATICAR

2. Na teoria organicista, segundo as lições de Gamba (2022), admite-se uma analogia com o corpo humano, na medida em que tanto a sociedade quanto o corpo humano têm uma série de órgãos. No mesmo sentido, a sociedade é um organismo, que se desdobra em diversos órgãos, sendo certo que os cidadãos são os órgãos. Isto é, os órgãos terão o propósito de proteger e salvaguardar o organismo. Segundo Gamba: “[...] na teoria, [...] a sociedade é fim, isto é, é para a manutenção dela (e não de seus membros) que o todo social existe. A sociedade é um fim em si mesma e, portanto, os membros desse corpo social tendem a dar a sua vida para que o todo permaneça vivo”.

Fonte: GAMBA, J. R. G. **Teoria geral do Estado e ciência política**. 2. ed. Barueri: Atlas, 2022. p. 22.

Essa visão se refere, em caráter extremo, à seguinte teoria:

- a) Mecanicista.
- b) Organicista.
- c) Naturalista.
- d) Força.
- e) Axiológica.

3. Na teoria mecanicista, o protagonista é o indivíduo, inclusive numa percepção de felicidade individual, num caráter eudemonista. Nessa visão, instaura-se inclusive mais liberdade para os indivíduos, quando comparamos com a teoria organicista.

Segundo Fábio Konder Comparato: “É a partir do período axial que o ser humano passa a ser considerado, pela primeira vez na História, em sua igualdade essencial, como ser dotado de liberdade e razão, não obstante as múltiplas diferenças [...]. Lançavam-se, assim, os fundamentos intelectuais para a compreensão da pessoa humana e para a afirmação da existência de direitos universais, porque a ela inerentes”.

Fonte: COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 11.

Isso posto, o presente texto é defensor da seguinte vertente:

- a) Mecanicista.
- b) Organicista.
- c) Naturalista.
- d) Força.
- e) Contratualista.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucacao/constituicao.htm. Acesso em: 28 ago. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF: Presidência da República, 1976. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 28 ago. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999**. Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de constitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9868.htm. Acesso em: 28 ago. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 28 ago. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005**. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11105.htm. Acesso em: 28 ago. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 ago. 2023.
- BRETAS, H. R. **A releitura do discurso de tutela da propriedade privada no âmbito da política urbana a partir da função social da propriedade**. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.
- BRETAS, H. R. **O idoso no sistema jurídico**. São Paulo: Dialética, 2020. v. 1.
- DIMOULIS, D. **Direito de igualdade**: antidiscriminação, minorias sociais, remédios constitucionais. São Paulo: Almedina, 2021.
- FACHIN, L. E. **A função social da posse e a propriedade contemporânea**: uma perspectiva da usucapião imobiliária rural. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1988.

REFERÊNCIAS

- FARIAS, B. O. de. Negociação eletrônica e comunicação não verbal como instrumentos relevantes de promoção da cultura de paz em tempos de pandemia. In: SILVA, M. C.; LAFATA, C. T. P. C; MELO, S. T. L. P.; OLIVEIRA, V. E. C. (org.). **Impactos do coronavírus no direito:** diálogos, reflexões e perspectivas contemporâneas. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2022. v. I. p. 805-815.
- GAMBA, J. R. G. **Teoria geral do Estado e ciência política.** 2. ed. Barueri: Atlas, 2022.
- GARCIA, M.; LEITE, F. P. A.; SERAPHIM, C. M. B. **Comentários ao Estatuto do Idoso.** São Paulo: Saraiva, 2016.
- GONÇALVES, C. R. **Contratos e atos unilaterais.** 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
- HEGEL, G. W. F. **Propedêutica filosófica.** Lisboa: Edições 70, 1989.
- MALDONADO, G.; CARDOSO, M. R. O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias. **Psicologia Clínica,** Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 45-57. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652009000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 28 ago. 2023.
- NUNES, R. **Curso de Direito do Consumidor.** 13. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.
- ROBBINS, S.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. **Comportamento organizacional.** Tradução Rita de Cássia Gomes. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- SÁ, M. de F. F. de.; LIMA, T. M. M. de. O direito de dizer adeus: faticidade e juridicidade. In: SILVA, M. C.; LAFATA, C. T. P. C; MELO, S. T. L. P.; OLIVEIRA, V. E. C. (org.). **Impactos do coronavírus no direito:** diálogos, reflexões e perspectivas contemporâneas. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2022. v. II. p. 67-79.
- TAVARES, A. R. **Curso de direito constitucional.** 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.
- VERAS, R. P. (org.). **Terceira Idade:** alternativas para uma sociedade em transição. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UnATI-UERJ – Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1999.
- ZAPATER, M. C. **Direito da criança e do adolescente.** 2. ed. São Paulo: Saraiva-Jur, 2023.

GABARITO

1. Opção **A**. O plebiscito é instrumento de democracia direta, tendo em vista a ausência de intermediadores, isto é, sem a presença de mandatários políticos. Em sentido oposto, os outros itens significam o exercício da democracia indireta, por conta da presença dos intermediadores.
2. Opção **B**. A teoria organicista é relevante para a compreensão da relação todo *versus* partes, por conta de se basear justamente no fato de que as partes pertencem ao todo e precisam se posicionar de tal modo que o todo seja protegido. Por outro lado, todas as demais não são capazes de reproduzir a relação sacrificial dos cidadãos.
3. Opção **A**. A teoria mecanicista é a que reproduz melhor o sentido do texto, na medida em que essa visão valoriza, sobretudo, o protagonismo das pessoas humanas, dentro de um contexto de sociedade. As demais não têm explicitamente a mesma visão.

MINHAS ANOTAÇÕES



TEMA DE APRENDIZAGEM 5

ÉTICA: TODA MORAL É ÉTICA? EU VEJO O OUTRO COM OS OLHOS DO OUTRO OU COM MEUS OLHOS?

MINHAS METAS

- Refletir sobre ética e moral do indivíduo na sociedade.
- Entender o papel do outro na nossa formação do indivíduo.
- Compreender a importância de cada indivíduo na sociedade.
- Discutir a relevância do meio na nossa formação dos indivíduos.
- Refletir sobre diversidade, inclusão e ESG.
- Conhecer o conceito sobre ética.
- Conhecer o conceito sobre moral.

INICIE SUA JORNADA

Você se considera um sujeito-cidadão? Você já parou para pensar qual a sua importância para a sociedade na qual você está inserido? Em, como as suas decisões impactam os outros?

Todos nós temos um papel de grande importância, seja para o nosso bairro, cidade, Estado ou país em que escolhemos viver. Atualmente, não há mais espaço para acreditarmos que seremos apenas mais um no meio de tantos outros indivíduos, que as nossas escolhas não têm importância entre tantas outras.

Acredite, nossas opções impactam positiva e negativamente uma estrutura muito maior. Fazemos parte de um coletivo, de um conglomerado interligado e conectado. Saber disso nos ajuda a entender como esse processo vai além de uma simples escolha individual e que faz parte de um coletivo que precisa e conta com a nossa participação.

Moral e ética: como você percebe essas duas palavras em seu dia a dia? Falamos nesses termos sempre, mas você sabe explicar, de forma simples, o seu significado e como as suas decisões podem ser éticas e morais?

Somos seres sociais e estamos suscetíveis às convenções coletivas e princípios éticos de uma determinada sociedade, época, cultura, região, entre outros fatores. Essas variáveis fazem parte do meio em que estamos inseridos e isso colabora para a definição de quem somos.

O meio determina as limitações de qualquer ser vivo e é no ambiente em que se desenvolvem as existências individuais e as relações humanas que a nossa cultura e sociedade se formam. Para nos ajudar a entender o conceito de meio, podemos fazer uma classificação de meio físico, biológico, social e o meio digital, este último está alinhado às novas tecnologias do mundo on-line.

Você já parou para pensar que nos formamos, nos relacionamos, criamos vínculos, ou até mesmo namoramos no meio digital? Esse espaço, atualmente, também é responsável por formar os indivíduos, criar regras, limites e nos moldar como sujeito. Isso tudo é possível, hoje, no mundo analógico e no virtual.

A revolução tecnológica digital tem proporcionado mudanças estruturais na forma como nos relacionamos e comunicamos. A cultura digital nos faz emergir em novas formas de relações, além de revelar diferentes maneiras de interação que interferem diretamente na comunicação, na apropriação e no compartilhamento do conhecimento.

VAMOS RECORDAR?

É importante reforçarmos que somos seres sociais, temos, como instinto, viver em grupo e, dessa forma, formamos as sociedades, suas culturas e costumes. Vivemos em um determinado momento da História em que nos é cobrado mais atenção às nossas relações. É preciso estar atento às nossas diferenças como forma de criar condições de acolhida das pessoas que possuem as mais diferentes qualidades e características. Quando se trata do cuidado com o planeta, é importante lembrar da preocupação que precisamos ter com a sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e econômica, além de práticas corporativas transparentes.

Passar por esse exercício de se colocar no lugar do outro também faz toda a diferença para nos ajudar a lidar com a nossa própria realidade.



COMO SOMOS AFETADOS PELO OUTRO NAS NOSSAS AÇÕES

Como dissemos, o meio em que estamos inseridos, nossa sociedade, a cultura que representamos nos molda como indivíduos que somos, mas também somos afetados pelo outro, por pessoas, indivíduos que, ao longo da nossa história, nos proporcionam múltiplas experiências e diferentes tonalidades emocionais e físicas. Elas nos permitem adquirir um conhecimento que colabora diretamente no que somos.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Como as outras pessoas nos impactam? E como as nossas escolhas, como elas impactam o outro?

É uma via de mão dupla. Impactamos e somos impactados, e por isso, precisamos entender esse processo, pois, como dissemos, somos seres sociais que precisam dessa troca, e toda relação exige que se faça uma reflexão sobre a responsabilidade e a consciência desse movimento.

Você já pensou no sentido da palavra afeto? Com uma resposta rápida, logo relacionamos o afeto a algo ligado ao “bem querer”, ao cuidar e ser cuidado, a algo que reflete carinho e ternura. Entretanto, gosto de usar o conceito de afetividade de Henri Wallon (1968), que afirma que: “afetividade é a capacidade do ser humano de ser afetado pelo mundo externo e interno por sensações ligadas a tonalidades agradáveis ou desagradáveis” (MAHONEY; ALMEIDA, 2014, p. 17).

Dessa forma, quando falamos de afetividade a partir do olhar de Wallon, não falamos apenas de ser “bonzinho” ou “querido” com alguém, mas do entendimento de que nossas ações afetam os outros indivíduos e de como isso é algo que precisamos estar atentos. Afetividade é relação, é vínculo, é comunicação, é ser afetado e afetar por diferentes modos e experiências, de forma positiva ou negativa.

Ao estabelecer essa relação com a afetividade, temos, como premissa, a ideia de que ela faz parte do processo de socialização e que facilita ou dificulta o estabelecimento de diálogo. Isso permite ou não a construção de relações sociais.

A afetividade é propulsora e/ou inibidora de ações. Em um ambiente em que prevaleçam experiências positivas, a afetividade colabora para que sejam estabelecidos espaços de trocas e socialização. Contudo, existem experiências negativas que marcam a vida de uma pessoa, em muitos casos, são determinantes para as escolhas pessoais e profissionais. São aspectos que devem ser avaliados e compreendidos, para que possamos colaborar e entender nosso processo de formação.

Existe um termo alemão que pode nos ajudar a entender a importância de quem somos na sociedade e como as nossas escolhas devem acompanhar a evolução e as normas de um grupo.

A afetividade é propulsora e/ou inibidora de ações.

O termo **zeitgeist** significa **espírito da época**, do tempo ou sinal dos tempos. Pode ser definido como conjunto intelectual e cultural do mundo, em uma determinada época, ou mesmo como sendo características genéricas de um determinado período.

Isso nos faz pensar que cada recorte histórico precisa ser avaliado a partir do *zeitgeist* de um período, para que possamos entender os valores e significados que representam a ética e moral de um determinado povo e tempo.

Atualmente, podemos registrar alguns valores que marcam nossa época, como a importância da diversidade, da inclusão e da equidade entre os indivíduos, a luta contra o racismo, os direitos às pessoas LGBTQI+, as práticas ESG (sigla em inglês para *Environmental, Social and Governance*) , as quais se referem à sustentabilidade ambiental, à governança corporativa e aos projetos sociais. Nesse contexto, podemos destacar o papel da tecnologia em um avanço que mudou nossas rotinas e costumes, além da nossa forma de ver o mundo, que contrasta, diretamente, por exemplo, com aquela de uma pessoa adulta há 30 anos.



OS PADRÕES ESG AMPLIAM A COMPETITIVIDADE DO SETOR EMPRESARIAL

Como vimos anteriormente, ESG é uma sigla, em inglês, que significa *Environmental, Social and Governance*, relacionada às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização.

As empresas, que estão alinhadas às diretrizes ESG apresentam forte indício de solidez, custos mais baixos, melhor reputação e resiliência em meio às incertezas e vulnerabilidades.

As empresas possuem responsabilidades nessas atitudes e em ações que resultam em desastres naturais, infelizmente, cada vez mais comuns nos noticiários. Aqui, no Brasil, recentemente, com dois episódios trágicos, que foram os rompimentos das barragens minerais de Mariana, em 2015, e de Brumadinho, em 2019.

Vivemos em um mundo único, não existe outro planeta. Diante dessa realidade, precisamos adotar hábitos conscientes.

Uma única pessoa, ao adotar ações com melhor impacto ao longo da sua vida, colabora diretamente para a preservação dos recursos naturais que são findáveis. Ao assumir essa postura, é possível gerar menos resíduos e servir de exemplo positivo para outras pessoas. Juntos, podemos fazer a diferença na preservação dos ecossistemas, pelo combate ao aquecimento global, para que as pessoas possam viver com dignidade e bem-estar, por um futuro possível e sustentável.

**vivemos em um
mundo único, não
existe outro planeta**

EU INDICO

Vamos entender como a falta de visão de futuro irá nos impactar mais rápido do que pensamos. Acesse estes conteúdos para entender como a irresponsabilidade e negacionismo afetará o mundo como conhecemos hoje.

"A ciranda das mudanças do clima".

"O que a pandemia de 2020 tem a ver com o aquecimento global?".

"Aquecimento global poderá espalhar epidemias, diz OMS".



Acompanhar essas tendências é uma forma de entender o mundo em que vivemos. Podemos e devemos colaborar diretamente ao pensar e agir de forma responsável e tendo em mente como queremos esse mundo que conhecemos para as próximas gerações.

Essa preocupação com as próximas gerações é algo que reflete o *zeitgeist* dessa época. O termo sustentabilidade é usado com recorrência em diferentes ambientes e reflete a preocupação em assegurar para as próximas gerações qualidade ambiental, econômica, alimentar, social entre outras, a partir de práticas responsáveis e justas.



INDICAÇÃO DE FILME

Desserviço ao consumidor

Comentário: Esta série documental mostra que a propaganda enganosa e a negligência na produção de produtos populares podem ter consequências gravíssimas. *Desserviço ao consumidor* faz com que reflitamos sobre as nossas escolhas e como elas interferem diretamente na preservação do planeta. O consumo sem questionamento, sem real necessidade e sem atenção às boas práticas ESG é um assunto que teremos que enfrentar para que consigamos alguma mudança na sociedade.



Diversidade e Inclusão

Ao pensar no outro, precisamos ter a disponibilidade para entender escolhas que, muitas vezes, não estão alinhadas com as nossas; quando falamos do outro, é justamente este o exercício: saber lidar, respeitar e disseminar a equidade entre os indivíduos da melhor forma possível.

Diante desse desafio, é crescente a reflexão sobre diversidade e inclusão, a importância de ambientes que possam unir pessoas de diferentes origens, raças, gerações, vivências e criações, de forma que seja possível a troca de informações, a partir de diferentes perspectivas que são capazes de gerar novas oportunidades e integrações.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), vivemos em um país em que mais da metade da população é negra, composta na sua maioria por mulheres e 25% de pessoas que possuem alguma deficiência. É fundamental que os ambientes sociais, escolares e de trabalho tragam essa representatividade e ofereçam um espaço acolhedor, em que se possa construir uma

**É crescente a
reflexão sobre
diversidade e
inclusão**

cultura que privilegia o sentimento de pertencimento. Lembre-se: para pertencer a algo, precisamos nos ver e sentir representados.

Como caminho, para entender esse processo de diversidade, é importante destacar que nossa cultura e sociedade, há muito tempo, cristalizou algumas ideias e comportamentos errôneos e preconceituosos que estão gravados no nosso inconsciente. Estar atento, procurar cada vez mais conhecimento e se abrir para uma “nova” forma de se relacionar e agir é um caminho a ser seguido.

Esses “erros” são os chamados vieses inconscientes. Superar nossos vieses é a chave para a mudança de comportamento.

Eles são um conjunto de estereótipos que aprendemos e mantemos sobre diferentes grupos de pessoas a partir de ocorrências e experiências que vivenciamos ao longo das nossas vidas. Para entendermos nossos vieses, temos que avaliar e analisar memórias de infância, trocas familiares, cultura local, conversas com amigos e, até mesmo, notícias que acompanhamos na mídia. São pequenas peças de um grande quebra-cabeça que internalizamos e criamos verdades que não representam a realidade e não refletem determinados grupos minorizados e pessoas marginalizadas.



Preparar-se, conhecer e investir em diversidade é entender que podemos seguir caminhos diferentes daqueles que a maioria ou determinado grupo segue, pois uma pequena atitude, aqui, pode impactar realidades muito distantes. Assim, colaboramos para que posturas diferentes sejam reconhecidas e a transformação pode começar a acontecer.

A sociedade vive em um processo constante de atualização, transformação para acompanhar o *zeitgeist* de uma determinada época. Podemos afirmar que uma das características dessa geração é a inclusão das pessoas em todos os ambientes, seja na esfera pessoal ou profissional. É um exercício que todos teremos que fazer para derrubar nossos vieses inconscientes, preconceitos e velhos hábitos. Assim, passamos a respeitar e a nos sentir acolhidos e livres para aproveitar nossas vidas da melhor forma possível, com leveza e alegria.

Diversidade não é apenas uma preocupação estética: trata-se de representatividade, da preocupação de criar um espaço mais criativo, arejado, colorido, formado a partir de diferentes olhares, opiniões, histórias e vivências.

Saímos de um lugar comum, com pessoas parecidas esteticamente, de uma mesma classe social em que se busca interesses e direitos para os mesmos indivíduos, e vamos para um ambiente heterogêneo, plural e, até mesmo, mais eficiente e eficaz, já que permite a participação e o olhar de mais e diferentes pessoas.



Você deve ter notado que não usamos o termo minoria, mas, sim, minorizados, porque grupos como mulheres, negros e pobres não são minorias na sociedade brasileira. Nesse caso, podemos dizer que são uma maioria de minorizados, pois o que esse grupo não possui é representatividade e poder diante dos outros grupos. O termo minoritário retrata sua situação de subordinação, falta de influência; trata-se de pessoas que são alvos de discriminação e exclusão.

Para entender essa questão, com base em números, segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) de 2021, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. A população brasileira é composta por 48,9% de homens e 51,1% de mulheres. A PNAD 2021 também retrata que 43,0% dos brasileiros se declararam como brancos, 47,0% como pardos e 9,1% como pretos (IBGE, 2021).

Todas essas ponderações nos ajudam a entender quem somos, nossas características como cor, gênero, orientação sexual e classe social, por exemplo. A partir daqui, podemos falar de outro termo muito usado ultimamente que é o conceito de “**Lugar de fala**”. Essa expressão ganhou força no cenário nacional a partir do livro da escritora Djamila Ribeiro (2020), que afirma que o lugar de fala se refere ao local de fala do enunciador a partir da sua realidade social, financeira e pessoal ao se expressar sobre determinado assunto.

Esse conceito é um esforço para entender e imaginar qual a realidade social do locutor. Para compreender melhor esse conceito, podemos citar o caso de uma mulher branca que nasceu em uma família de classe média alta, que vive em um lugar central com poucas dificuldades financeiras. Quando ela decide falar sobre pobreza e dificuldades sociais, qual o lugar da sua fala? Essa mulher não pode se apropriar de um discurso igual ao de uma mulher negra, periférica, chefe de família e sem renda, porque essa não é sua realidade. Ela pode dizer que sua realidade é outra, porém sabe e admite seus privilégios e, portanto, assume que outras mulheres vivem em condições que não se comparam a sua. Ela reconhece e é empática com essa outra realidade.



INDICAÇÃO DE LIVRO

Lugar de Fala

Autor: Djamila Ribeiro

Sinopse: Djamila Ribeiro é precisa em suas argumentações e traz luz à necessidade de entendermos nosso lugar de fala para respeitarmos e apoiamos o lugar de fala do outro. Leitura necessária para o letramento de diversidade e inclusão.



Outro assunto que vale a pena ser discutido é o **racismo estrutural**. Para falar sobre esse tema, usaremos como referência o livro de Silvio Almeida, advogado e atual Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, *Racismo Estrutural* (2020).

Almeida (2020) afirma que, frente a uma maioria da população brasileira negra e parda, o racismo e a descriminação são dominantes e, por isso, definem os lugares sociais. Os séculos de escravidão, que mancham nossa História, geraram uma eficiente estrutura social de exclusão. Esse sistema está enraizado em nossa sociedade de uma forma muito orgânica e eficaz de modo que, para quebrar essa estrutura, é necessário cada vez mais entender e reconhecer o racismo para que possamos legitimar abordagens que quebrem essa força do racismo brasileiro.



INDICAÇÃO DE LIVRO

Racismo Estrutural

Autor: Silvio de Almeida

Sinopse: Silvio de Almeida, de uma forma muito didática e clara, faz uma reflexão muito precisa sobre como o racismo se estrutura na sociedade brasileira e como precisamos entender esse processo para que possamos quebrar esse círculo vicioso e danoso.



Esses são assuntos que precisamos enfrentar de frente com muita responsabilidade e estudo. São temas que precisamos aprofundar, pois são muito complexos e possuem muitas camadas. Eles, em geral, nos afetam e mexem conosco. Está tudo bem sentir tudo isso, faz parte do processo de reconhecer toda essa complexidade, fragilidade e dores. Entretanto, somente após esse reconhecimento, a partir de conhecimento e disponibilidade individual, é que poderemos avançar como sociedade e como núcleo coletivo.

A diversidade nos mostra que esse é o melhor caminho a ser seguido, uma vez que nós estamos cansados de ver pessoas sofrendo violências, discriminação, preconceito e intolerância por serem quem elas são.

O Brasil é um país muito diverso, com pequenos e grandes grupos que formam a nossa sociedade. Conseguir comunicar com todos eles é um desafio, mas não é impossível. Explorar a brasiliade, a nossa cultura tão diversa, é um grande passo para conseguir atingir outros públicos e expandir o potencial da nossa sociedade. O brasileiro vive seus sentimentos e sua comunicação de forma intensa. Estamos, cada vez, mais conectados com aquilo que nos representa, com o que conversa conosco, e estamos abertos para chamar todos para o debate. O desafio, aqui, é diversificar, entender que as pessoas são diferentes, mas que, no fim, estão em busca dos mesmos objetivos.

Acreditamos que muito já foi aprendido e que avançamos em muitos pontos. Estamos mais atentos às mudanças e ao que precisa ser feito para melhorar. No entanto, ainda estamos no caminho do aprendizado. O importante é que já entendemos que esse é um tema crucial para nós, brasileiros. Somos pura diversidade, fomos criados e formados em culturas tão diferentes, mas, assim mesmo, somos um só povo.

Como indivíduos, sabemos que é preciso seguir as regras de convivência da sociedade e da cultura em que estamos inseridos. **Somos moldados por essa sociedade** e, nela, as diretrizes nos são apresentadas desde a infância por nossa família, pela escola e outros grupos aos quais pertencemos e escolhemos.

A escola tem um papel fundamental no entendimento desses códigos. É, no ambiente escolar, que materializamos inúmeras regras do que é ou não é aceito em sociedade e esse aprendizado acompanha a vida toda do indivíduo.

Somos impactados por esses valores sociais que são ensinados ao ser humano para que este tenha uma vida leve e feliz dentro do que se é esperado em um grupo. Essas regras e valores estão relacionadas diretamente ao termo “moral”, que definimos como um conjunto de regras, princípios e valores que orientam o comportamento dos indivíduos nas diferentes sociedades e culturas. Todas essas regras, valores e códigos são diferentes e mudam conforme a sociedade e o grupo em que estão inseridos. Portanto, há a necessidade de se refletir sobre essa moral.

A esta reflexão, análise e crítica, damos o nome de ética.

A escola tem um papel fundamental no entendimento desses códigos



APROFUNDANDO

Afinal, o que é ética e moral?

Os conceitos de ética e moral, há muito tempo, ocupam os temas de grandes pensadores da humanidade.

Aristóteles, há mais de 25 séculos, buscou entender, no comportamento humano, o que é considerado certo ou errado. Na obra *Ética a Nicômaco* (384 a.C.–322 a.C.), ele escreveu: “o erro acontece de vários modos, enquanto ser correto é possível apenas de um modo” (ARISTÓTELES, 1991, p. 38).

Para Yves de La Taille (2006), moral é o conjunto de deveres que tem como objetivo respeitar as pessoas, seus direitos e a sua dignidade. A moral pertence à dimensão da obrigatoriedade, da restrição de liberdade e a pergunta que a resume é: como devo agir?

Ética é a reflexão sobre a felicidade e sua busca, a procura de viver uma vida significativa, uma “boa vida”. Assim definida, podemos resumir na seguinte pergunta: que vida quero viver? É importante se atentar para o fato de essa pergunta implicar outra: quem eu quero ser?

Essas definições se completam e trazem diferentes olhares para um mesmo assunto e nos permitem compreender que ética e moral são uma busca constante e ininterrupta pela procura de caminhos para sermos pessoas felizes dentro de uma estrutura social e complexa. Toda sociedade tem suas regras e exige de cada indivíduo responsabilidade para um bem maior. Elas se resumem em atitudes individuais que impactam a vida de todos e por isso, é importante lembrar dessas questões ao tomarmos nossas decisões e atitudes.

NOVOS DESAFIOS

Após entrar em contato com esses conceitos e boas práticas, acredito que será possível a reflexão sobre muitos aspectos e o entendimento de como é factível colaborar diretamente para a sociedade como um cidadão e profissional que está atento ao que o *zeitgeist* dessa quadratura da história pede de cada um de nós. Para nos ajudar a refletir sobre ética e moral, vamos pensar juntos em um exemplo simples que pode acontecer com qualquer pessoa. Um motorista está diante de um semáforo com sinal vermelho durante a madrugada, em um local que não existe a possibilidade de ser multado ou ter alguma testemunha do seu ato. O único envolvido é o indivíduo e apenas a ele cabe essa decisão e a responsabilidade de esperar o sinal verde ou avançar o sinal vermelho.

Segundo o **Código de Trânsito Brasileiro**, avançar o sinal vermelho do semáforo ou de parada obrigatória é infração gravíssima, sendo passível de multa.

É consenso afirmar que ultrapassar o sinal vermelho é errado, pois contraria algo formalizado pela lei. Ao decidir obedecer ao semáforo vermelho, o motorista aceita as regras da sociedade e a lei vigente.

Ao aceitar essa regra, o motorista está sendo moralmente correto e cumpre o que a sociedade espera de um sujeito responsável, pois essa regra colabora, diretamente, para evitar acidentes e preservar vidas.

Ao usar o bom senso para avaliar que essa é a melhor atitude a se ter, independentemente das penalidades previstas (lembrando que, nesse exemplo, não existe a possibilidade de ser penalizado), e respeitar as regras de trânsito vigentes, o motorista está sendo ético, pois entende que o seu papel, como cidadão, requer avaliação de suas escolhas para poder fazer o que é correto.

Lembre-se: de que o bom senso e a reflexão passam pela ética de cada indivíduo e a moral é a aceitação do que está determinado pelo coletivo.

Esse é um exemplo que pode acontecer no nosso dia a dia, mas podemos levar isso para o ambiente de trabalho, quando construímos nossas carreiras a partir de práticas morais, éticas, transparentes e alinhadas às boas práticas de governança corporativa.



Além de sermos pessoas que possuem condutas reconhecidamente éticas e morais, podemos ser pessoas empáticas e preocupadas com o bem-estar de quem está perto de nós e das pessoas que não conhecemos. Como podemos fazer isso? Tendo disponibilidade para aprender e se aprofundar nas práticas ESG e lembrando que o meio ambiente e a natureza precisam de atitudes diárias e responsáveis. É preciso entender que a diversidade e inclusão não são uma opção, mas um direcionamento real para que todos possam se sentir representados e assistidos pela sociedade, governo, empresas e pessoas.

Faça a diferença todos os dias, seja com pequenas ações ou com uma ação bem grande, mas faça a sua parte!

VAMOS PRATICAR

1. Vamos a leitura e entendimento do texto a seguir:

"O que é ética? Ética é um ramo da Filosofia que trata dos princípios que orientam o comportamento humano adequado, sobretudo na vida em sociedade. Podem ser princípios universais, abstratos, ou a compilação deles em um código de leis ou regulamentos.

'A grosso modo, a ética trata do agir, de como agir, da procura do bem e de como é e se dá esse bem. Isso tudo no sentido de apreender o sentido da ação, suas características e sua interação com os meios social, político e histórico, seja ele individual ou coletivo. A Ética faz par com a Estética, assim, se a Estética é a procura pelo belo, a Ética é a procura pelo bem', aponta Milton José Zamboni, antropólogo da Universidade Federal do Triângulo Mineiro'.

MACHADO, S. O que é ética? Veja os diferentes tipos e como aplicar diariamente. **UOL Educação**, [s. l.], 14 mar. 2022. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/faq/o-que-e-etica-veja-os-diferentes-tipos-e-como-aplicar-no-dia-a-dia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 29 ago. 2023.

A partir do conteúdo apresentado, escolha a alternativa que está alinhada ao conceito do termo ética:

- a) Ética são as regras impostas pela sociedade para seus indivíduos. Essas regras são formuladas para que se possa ter controle e poder nas atitudes e escolhas feitas por cada cidadão.
- b) Aquela empresa costuma não cumprir com seus compromissos na data acordada, apenas se resolve algo quando acionamos os órgãos competentes.
- c) São escolhas éticas aquelas que submetemos ao crivo dos nossos princípios mais elevados, mesmo quando essas escolhas não são cobradas pelas leis do tempo, sociedade e cultura em que vivemos.
- d) Eu sigo todas as leis, cumpro com o que está formalmente estabelecido pela justiça e pelo Estado; caso algo não esteja estabelecido, eu sempre irei pensar no meu bem-estar e nas pessoas próximas.
- e) Minhas decisões são tomadas a partir do que observo ser normal para a maioria das pessoas; existem atitudes que são normalizadas e não são tão relevantes, por exemplo, estacionar em lugar proibido durante a madrugada, isso é algo que todos fazem e não tenho problemas em aceitar e fazer o mesmo.

2. "O conceito ESG, diretamente ligado ao universo dos investimentos, é o equilíbrio dos aspectos ambiental, social e de governança na gestão dos negócios. Desse modo, os aspectos econômico, de transparência e ética se articulam, buscando assegurar a competitividade e a perenidade de uma empresa.

VAMOS PRATICAR

A sigla ESG vem do inglês e significa *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança). Esse conceito tem usos diferentes, podendo ser aplicado internamente, na gestão da empresa, ou externamente, para analisá-la.

Portanto, o ESG é uma via de mão dupla. Sendo assim, há objetivos interdependentes: para quem participa de uma empresa e para quem analisa a empresa de fora.

Resumindo, a melhor forma de descobrir se determinada companhia é sustentável é avaliar seu desempenho pelos critérios ESG. Do mesmo modo, a melhor forma de sua empresa ser sustentável é colocando em prática os critérios ESG na estratégia de negócios”.

Fonte: DESCOMPLICANDO o significado de ESG: entenda esse conceito. **Raízen**, Piracicaba, 28 ago. 2021.
Disponível em: <https://www.raizen.com.br/blog/esg-significado>. Acesso em: 29 ago. 2023.

A partir do conceito ESG, podemos afirmar que:

- a) Esse é um tipo de movimento que não irá durar muito, se trata de mais um termo da “moda” e logo será substituído por outro que o mercado irá inventar.
- b) ESG é um processo que não pode ser aplicado em qualquer tipo de organização. Apenas as grandes empresas poderão se beneficiar e aplicar seus conceitos e processos.
- c) Consumidores e clientes finais são de extrema importância para cobrar e exigir que as empresas atendam às exigências feitas pela sociedade quando nos referimos às práticas que envolvem o ESG de uma companhia.
- d) As boas práticas que são incentivadas pelo ESG são apenas relacionadas a assuntos de meio ambiente e ecologia.
- e) As empresas possuem toda a responsabilidade de aplicar os conceitos de ESG na sociedade, os cidadãos e o Estado devem apenas fiscalizar e monitorar esses processos.

3. Sobre *zeitgeist*, o texto abaixo nos ajuda a entender esse termo:

“A filosofia alemã dos séculos XVIII e XIX nos legou o conceito de *zeitgeist*, que significa “espírito do tempo”. Originalmente, ele se referia a agentes ou forças invisíveis que dominavam determinada época. Atualmente, seja na psicologia ou na economia, *zeitgeist* diz respeito ao conjunto de características intelectuais e culturais que marcam determinado período, valendo tanto para uma visão geral da humanidade quanto para analisar a realidade de uma região ou de uma pequena comunidade.

VAMOS PRATICAR

Embora seja difícil compreender o espírito de um período ainda em curso, pois falta distanciamento para enxergar o todo, é possível refletir sobre o tema e chegar a algumas conclusões. Estamos vivendo uma época de transformações muito rápidas, de uma disponibilidade inédita de grandes volumes de informação e de ciclos de vida extremamente curtos para tecnologias, bens e até mesmo produtos culturais. Nada parece se firmar para ser um “clássico” para a geração atual e para as próximas”.

Fonte: O ESPÍRITO do nosso tempo. **O Tempo**, Contagem, 30 abr. 2021. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/doorgal-andrade/o-espirito-do-nosso-tempo-1.2478773>. Acesso em: 29 ago. 2023.

Vivenciamos um mundo com forte apelo tecnológico e mercadológico com muitas oportunidades e desafios, tanto no mundo on-line quanto no off-line. Com relação ao espírito do nosso tempo, é correto afirmar que:

- I - Diversidade, equidade e inclusão são temas que, cada vez mais, estão ganhando espaço dentro das boas práticas na sociedade e nas empresas. Esse tipo de reflexão é necessária quando queremos que pessoas de diferentes cores, gêneros, escolhas possam ter representatividade e poder.
- II - Saímos da era industrial para a era da sustentabilidade, a sigla ESG é o termo que representa as boas práticas de responsabilidade social, ambiental e econômica para empresas e indivíduos.
- III - A comunicação é definitivamente digital. A internet ocupa um espaço nas nossas vidas a ponto de acordarmos com o celular na mão e não dormirmos antes de acessar a rede on-line. O mundo não possui barreiras e as redes sociais ganham espaço para relacionamentos e negócios.
- IV - O mundo é único, repensar a forma que utilizamos os recursos naturais é algo urgente. Como indivíduos, temos a obrigação de refletir sobre nossos hábitos de consumo, como cuidamos do meio ambiente, como contribuímos para que pessoas tenham acesso à educação, alimentação, saúde e outras necessidades básicas. Isso, também, é nossa responsabilidade e precisamos nos posicionar e atuar nesse sentido.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) I, II, III e IV.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Nova Cultura, 1991.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021**: características gerais dos moradores 2020-2021. Brasília, DF: IBGE, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/07/populacao-ibge-2021-22jul2022.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2023.

LA TAILLE, Y de. **Moral e ética**: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

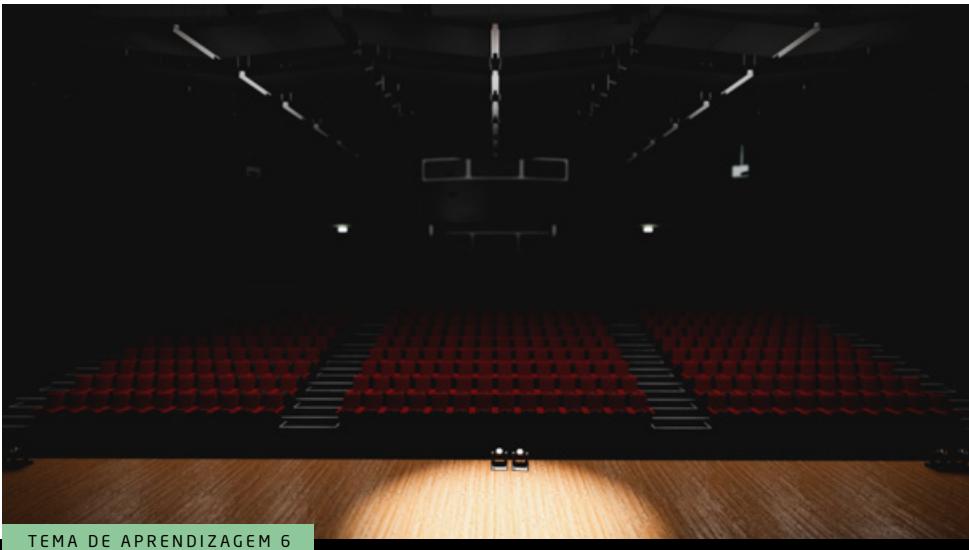
MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L. R. A dimensão afetiva e o processo ensino-aprendizagem. In: ALMEIDA, L. R. de; ALVARENGA, A. (org.). **Afetividade e aprendizagem**: contribuições de Henri Wallon. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 15-24.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Jandaíra, 2020. (Coleção Feminismos Plurais).

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 1968.

GABARITO

1. Opção **C**. Ter uma atitude ética é quando escolhemos ações a partir da reflexão, análise e crítica dos nossos valores e crenças, quando decidimos ir por um caminho que realmente acreditamos ser a melhor opção, independentemente de leis e códigos preestabelecidos pela sociedade.
2. Opção **C**. A sociedade, empresas, indivíduos e todos os atores envolvidos em uma sociedade são responsáveis por monitorar e cobrar que os conceitos ESG sejam aplicados e, até mesmo, ampliados. Precisamos incentivar que, cada vez mais, o meio ambiente, ações sociais, a governança e a transparência sejam atividades que permeiam todas as nossas ações e atividades; portanto, não se trata de uma moda e independe do tamanho e do número de pessoas envolvidas.
3. Opção **E**. Todas as alternativas estão corretas, pois, no mundo atual, precisamos estar atentos à diversidade, à equidade, à inclusão, à sustentabilidade, ao meio ambiente e à tecnologia. Esses pontos são determinantes para entendermos a realidade e as necessidades do momento em que vivemos.



TEMA DE APRENDIZAGEM 6

PROTAGONISMO: EU, CIDADÃO DO MUNDO, CIDADÃO DO BAIRRO E DA FAMÍLIA OU PROTAGONISTA DA MINHA VIDA?

MINHAS METAS

- Entender o protagonismo do ser humano em suas interações sociais, políticas, econômicas e profissionais.
- Verificar os papéis desempenhados nesses espaços.
- Compreender a importância das relações interpessoais e os papéis desempenhados por cada indivíduo.
- Ampliar a percepção do protagonismo humano na vida cotidiana.
- Associar as concepções tipológicas da participação cidadã com o seu protagonismo efetivo para a transformação social.
- Apresentar soluções estratégicas para o desenvolvimento de uma atitude protagonista nos variados âmbitos e momentos da vida.
- Refletir analiticamente sobre sermos agentes de mudanças da nossa própria vida.

INICIE SUA JORNADA

Imagine que você está no meio de um palco em uma peça de teatro. Todas as luzes estão viradas para você, mas quando olha ao redor, não vê ninguém. Não tem diretor, não existem outros atores, nenhum técnico de som e ninguém na plateia.

Visualize outra situação: você está andando pela rua em uma segunda-feira agitada, com a cabeça cheia de questões a serem resolvidas e está atrasado para o trabalho. Você entra no transporte público, tem só um banco vazio e, por estar muito cansado, você ocupa aquele lugar. No próximo ponto, entra um senhor idoso, olha para todos os assentos e todos estão ocupados.

Pense em outro cenário: domingo à noite, você está sentado no sofá da sala com sua família, descansando os últimos minutos para se preparar para a semana que logo inicia. Gritos de socorro começam a vir da casa ao lado, pedidos de ajuda incessantes. Você corre até a janela e vê a sua vizinha sofrendo violência doméstica perpetrada pelo companheiro.

Por fim, imagine que trabalhou a vida toda na mesma empresa e do dia para a noite, você e todos os seus colegas de trabalho são demitidos sem mais explicações.

Agora, lembre-se do dia em que você decidiu realizar sua matrícula neste curso. Os momentos de questionamentos, incertezas e receios que rondavam sua cabeça antes de decidir tomar essa atitude.

Você conseguiu perceber algo em comum em todas as situações descritas acima? Pode ser, inclusive, que alguma delas já tenha acontecido realmente na sua vida. Veja a repetição do vocábulo “você” aqui, não é em vão. Em todas essas situações, o agente de mudança era apenas uma pessoa: “você”. Perceba que, caso decidesse não fazer nada em cada um desses casos, os resultados seriam completamente diversos do que seriam se sua atitude fosse ativa.

Ao aprofundarmos a comparação com uma peça teatral, é o mesmo que dizer que você pode ser o protagonista – aquele que é o personagem principal, o antagonista – aquele que traz ou representa uma ameaça que impede o protagonista de alcançar seu objetivo, o coadjuvante – que não é figura central, é apenas auxiliar na história de alguém, o figurante – que só ilustra o ambiente e até mesmo um falso protagonista da sua própria vida.

Acredito que deu para você entender bem qual o nosso objetivo aqui, correto? Vamos falar sobre protagonismo, não qualquer protagonismo, mas aquele que faz diferença na vida de todos!

VAMOS RECORDAR?

Para recordar um pouco, assista ao vídeo Cruzei o Atlântico sozinha, e não tive coragem, uma sua palestra, para o canal TEDx São Paulo, em que Tamara Klink conta sobre sua travessia solitária da Noruega até o Brasil. Ela fala sobre o que aprendeu sobre medo e coragem nessa empreitada. Navegadora, palestrante, escritora, Klink é arquiteta pela (USP) Universidade de São Paulo e mestra em Arquitetura pela École Supérieur d'Architecture de Nantes, além de ser a autora dos livros *Crescer e Partir, Um Mundo em Poucas Linhas, Mil Milhas e Férias na Antártica*. Aos 24 anos, tornou-se a mais jovem navegadora brasileira a atravessar o Oceano Atlântico sozinha, vencendo os mais diversos obstáculos e preconceitos, e inspirando mulheres brasileiras a superar desafios para realizar seus sonhos.

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

DA PRÁTICA PARA A TEORIA

Talvez, você possa se perguntar o motivo de estar se deparando com essa temática ou quem sabe você já entendeu porque estamos falando sobre isso. Os problemas sociais e a crescente desigualdade, causada pelas ações do mercado, tais como o aumento da fome em diversos países e a acumulação vertiginosa dos mais ricos, fazem com que políticas governamentais não consigam resolver todas essas questões.

Nosso foco, aqui, não são necessariamente as soluções, mas sim os atores que estão envolvidos nesse processo. Se pensarmos em países com uma renda *per capita* alta e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) também alto, parece mais fácil entender que as pessoas e organizações sociais estejam disponíveis e tenham condições de projetar soluções para resolver questões sociais problemáticas. Contudo, é importante salientar que o protagonismo social se faz presente com força em locais que possuem condições financeiras desfavoráveis.

Ao abordar questões coletivas, como a luta por direitos para as mulheres, por exemplo, estamos falando de protagonismo social a partir de um olhar ampliado. Nesse sentido, é importante dizer que uma luta coletiva não inviabiliza ganhos para todos os indivíduos que nela se envolvem, pelo contrário, quando pensamos e agimos com valores e intenções maiores que nossa realidade individual, atingimos resultados que não conseguiríamos sequer imaginar.



INDICAÇÃO DE FILME

À Procura da Felicidade

Ano: 2006

Sinopse: Neste filme, o protagonista, Chris Gardner, tem uma vida bem difícil. Pai solteiro e sem ter onde morar, Chris consegue um estágio não remunerado em uma empresa muito famosa. Sem dinheiro, os dois são obrigados a viver em abrigos, mas o pai está determinado a criar uma vida melhor para ele e seu filho.

À Procura da Felicidade nos ensina sobre força e amor ao abordar a importância de ser protagonista de sua própria história.



Podemos falar, também, no protagonismo da nossa própria vida, ou seja, quando tomamos as rédeas de uma situação problemática e buscamos a melhor solução. Perceba que o objetivo não é valorizar o sofrimento, mas, sim, celebrar nossa capacidade de ação frente às adversidades. Tanto na nossa vida pessoal quanto no trabalho, por exemplo, precisamos entender que muitas coisas não estão ao nosso alcance, o que não é motivo para desistirmos dos nossos objetivos.

É importante ter em mente que vivemos em comunidade e a ajuda mútua é um excelente ponto de partida para que seja possível mudar as realidades existentes. Importa saber também que agir coletivamente não quer dizer que você irá validar suas ações em função do reconhecimento das outras pessoas, ou seja, você não precisa ser considerado merecedor de alguma conquista porque outra pessoa ou grupo afirma que você é.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Suas conquistas envolvem seus sonhos, suas metas e quem melhor para representá-los na vida do que você mesmo?



**EU INDICO**

A música é uma poderosa ferramenta para reflexões e por isso, trazemos esta sugestão: *Levanta e Anda*, de Emicida e Rael.

"Quem costuma vir de onde eu sou
 Às vezes, não tem motivos pra
 Seguir
 Então levanta e anda, vai
 Levanta e anda, vai
 Levanta e anda
 Mas eu sei que vai, que o sonho te traz
 Coisas que te faz
 Prosseguir
 Vai, levanta e anda, vai..."



Irmão, você não percebeu que você
 É o único representante do seu sonho na face da Terra?
 Se isso não fizer você correr, chapa
 Eu não sei o que vai."

**PENSANDO JUNTOS**

"Se qualquer mulher sentir que precisa de qualquer coisa além de si para legitimar e validar sua existência, ela já estará abrindo mão de seu poder de se autodefinir, de seu protagonismo" (HOOKS, 2018, p. 104). Vamos pensar juntos e aprofundar a interpretação sobre essa frase da autora Bell Hooks? Essa reflexão pode ser considerada para todas as pessoas ou apenas para as mulheres? O que aprendemos quando entendemos nosso papel no mundo?

Até aqui, apresentamos muitos exemplos e reflexões sobre ser protagonista da própria vida e, também, na sociedade, mas, para que possamos avançar para a próxima etapa, em que trabalharemos questões mais teóricas acerca do tema, é necessário que você consiga traduzir, para sua realidade, tudo o que foi visto até então.

Para que isso seja possível, nossa proposta é que você descreva cinco exemplos de pessoas que foram protagonistas, tanto de suas próprias vidas quanto na história do mundo ou da própria comunidade.

Essa tarefa serve para que você exercente sua capacidade de análise sobre o tema. Muitas vezes, vemos pessoas que admiramos e não pensamos que elas tiveram um momento em que precisaram tomar a frente das coisas, achar soluções e pensar em novos caminhos.



A palavra “protagonismo”, por trazer um significado pedagógico e político (FERRETTI; ZIBAS; TARTUCE, 2004) possui uma gama de utilizações e interpretações. Se, por um lado, essa popularização é positiva; por outro, precisamos estar atentos ao que ela realmente significa. Primeiramente, vamos compreender alguns desses sentidos e depois, entre suas várias utilizações e significados, vamos nos atentar ao que contribui para a temática que estamos trabalhando: o protagonismo social.

Iniciamos com esta análise feita por Perrotti (2017):

“ [...] o termo “protagonismo” indica, originalmente, um lugar em uma ordem. Nesse sentido, remete a um *topos*, um lugar, algo visível, exposto, explicitado, uma posição determinada na luta, ocupada pelos diferentes sujeitos que participam dos embates. A luta implica, portanto, além dos lutadores, também os espectadores. Em outras palavras, não se dá em âmbito oculto, íntimo, privado. Inscreve-se em *locus* aberto ao olhar geral. É lugar da aparição, de visibilidade, inclusivo, que diz respeito a todos. Em face disso, o protagonismo referenda-se no espaço público, em território relacional, implicando interesses que, ao serem de todos, não são de ninguém em especial (PERROTTI, 2017, p. 14).

Perrotti (2017) segue sua contribuição ao fazer o contraponto entre os significados de protagonista e antagonista. Contrariamente ao protagonismo, o antagonismo refere-se a algo que age em sentido oposto, que é contra alguém ou algo. “Em decorrência, na luta entre protagonistas e antagonistas, temos mais que uma luta entre forças distintas, sujeitos distintos: temos uma luta entre *topos*, posições, lugares – entre o público e o privado” (PERROTTI, 2017, p. 15).

EU INDICO

Para enriquecer sua aprendizagem, sugerimos que realize uma resenha sobre o texto *Antígona* de Sófocles. Essa obra é uma peça teatral que foi criada em Atenas, onde o teatro era a expressão da democracia ateniense.

A importância de *Antígona* se dá, pois, no meio de uma sucessão de tragédias, ela decide enfrentar o poder do Estado para garantir dignidade ao seu irmão.



Ao analisarmos a etimologia dessas palavras, podemos observar que elas carregam, também, um sentido de tempo e não apenas de lugar. Se o termo “protagonista” encerra uma dimensão topológica, espacial, encerra também uma dimensão temporal. O vocábulo “agonia”, nele contido, significa “[...] estado no qual o doente luta contra a morte. [Todavia] a agonia só ocorre nas doenças,

quando a vida se apaga aos poucos” (AGONIE, [20--], tradução nossa). Como se vê, no estado de agonia, está implicada uma dimensão temporal explícita, traduzida na referência à vida que “se apaga aos poucos”. Em palavras corriqueiras, é o célebre “tarda, mas não falha”. Ora, tanto o prefixo “proto” (de protagonista) como “anti” (de antagonista) referem-se, além da dimensão espacial (o que está em primeiro, em segundo), a uma dimensão temporal (antes/depois). “Proto” é, também, o que vem antes, da mesma forma que “anti”. Ao fazer resistência ao protagonista, o antagonista tenta, portanto, eliminar, dissipar a luta pelo “tempo que resta”, colocando-se a favor, portanto, da morte. O tempo do protagonista é, assim, o tempo da construção da *polis* que sobrevive à morte. O do antagonista é o tempo efêmero de uma vida incapaz de transcendência (PEROTTI, 2017).



INDICAÇÃO DE LIVRO

Memórias do Cárcere

Autor: Graciliano Ramos

Sinopse: *Memórias do Cárcere* é um livro clássico que exemplifica, de maneira substancial, o protagonismo do autor durante o seu tempo de prisão. Graciliano Ramos foi preso durante o Estado Novo por suas convicções políticas. Por meio da escrita, ele garantiu que a prisão não sufocasse seus valores.



Nesse sentido, pode-se afirmar que ser protagonista está diretamente ligado ao enfrentamento dos reveses, à tomada de decisão. A partir daí, tem-se que o protagonista, além de tomar, para si, a responsabilidade da construção, percebe a luta, por tais valores, como um modo de ser e estar no mundo, a fim de construir uma sociedade mais justa.

A atuação do protagonista está relacionada à ação, que se dá de maneira organizada e não se orienta apenas pelos resultados, mas, sim, pelo desenvolvimento da ação, pois, além de saber fazer, o protagonista deve saber agir baseado em princípios morais, como “viver junto”.



Ser protagonista, nessa acepção, é mais que saber fazer. É saber “agir em relação”, “agir com”; é vinculação. O protagonista nunca está “só”. O outro está física ou simbolicamente presente, sempre considerado em seus atos. Mesmo no isolamento mais profundo, o protagonista encontra na memória elementos de conexão, de diálogo com a alteridade (PEROTTI, 2017, p. 16).



INDICAÇÃO DE FILME

Que Bom Te Ver Viva

Ano: 1989

Sinopse: A cineasta Lucia Murat conta a história de mulheres que resistiram à ditadura militar brasileira, lutando pela liberdade. O filme, realizado poucos anos após o fim do regime, mostra também como elas lidam com a transição à democracia, com a memória das violências que sofreram e com os resquícios da ditadura ainda presentes. Podemos ver como essas mulheres abriram mão de muitas coisas para lutar pela democracia para um país todo.



O relatório *O Futuro do Trabalho*, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, afirma que a Covid-19 e seus desdobramentos criaram uma aceleração da chegada do futuro do trabalho. Para além do óbvio crescimento pelo interesse na área tecnológica, com desenvolvimento da computação em nuvem, *big data* e *e-commerce* surgiram interesses voltados para a criptografia, robôs não humanoides e a já famosa inteligência artificial (WEF, 2020).



EU INDICO

Para que você compreenda melhor o que significa “o futuro do trabalho”, indicamos este vídeo.

Nele, o professor e pesquisador Ronaldo Lemos investiga como a forma de trabalharmos mudou através da internet. Ele fala, também, sobre o fenômeno do trabalho não remunerado nas indústrias criativas.



Esse mesmo relatório traça o perfil dos trabalhadores do futuro. Eles deverão ter pensamento crítico e facilidade de análise, bem como na resolução de problemas, devem apresentar habilidade em autogestão, como aprendizagem ativa, por exemplo, resiliência, flexibilidade e tolerância ao estresse (WEF, 2020).

Outro dado importante é que as empresas estimam que cerca de 40% dos trabalhadores terão que realizar uma requalificação de até seis meses e 94% dos chefes esperam que seus funcionários adquiram novas habilidades para o trabalho, uma alta de 65% em relação ao relatório anterior, datado de 2018 (WEF, 2020).

A edição de 2023 de *O Futuro do Trabalho* traz diversas informações relevantes, uma vez que já estamos falando de uma projeção pós-pandêmica. O pensamento analítico e o pensamento criativo continuam sendo as habilidades mais importantes para os trabalhadores (WEF, 2023), ou seja, o diferencial é o protagonismo. Quem consegue identificar as dificuldades e se colocar como um criador de soluções, de caminhos e pontes.



INDICAÇÃO DE FILME

Tudo que Aprendemos Juntos

Sinopse: Laerte (Lázaro Ramos) é um violinista que, após não passar em um teste para a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, vai dar aulas em uma favela na periferia de São Paulo. Lá, descobre um garoto com talento excepcional e, por meio da música, faz com que ele abandone o tráfico de drogas e dê um novo sentido para sua vida.



Compreende-se daí que o protagonista é, em suas ações, um cidadão, ou seja, alguém que através das suas vivências emprega sentidos para si e para o mundo. A sua principal característica é o pensamento ampliado, que visualiza o todo. Para ele, protagonizar é realizar, é junção do ato de agir com a produção de significado.

NOVOS DESAFIOS

- O que é ser protagonista?
- É possível ser protagonista sem uma percepção coletiva?
- Quais os valores que um protagonista considera nas suas ações?

A partir das respostas que você deu a essas indagações, podemos esclarecer a ligação entre a importância do protagonismo e o mercado de trabalho. Sabe-se que o mercado está cada vez mais competitivo e colaborando com isso, novas ferramentas, como as inteligências artificiais (IA), estão modificando a forma como entendemos o trabalho.

Além disso, o *home office*, o teletrabalho e o regime híbrido mudaram nossa relação com as empresas e com os colegas de profissão. Se, por um lado, todas essas inovações facilitam algumas questões do dia a dia; por outro, criam uma falsa ilusão de que trabalhamos de forma individual.

E, aí, vem outro questionamento: você já parou para pensar como será o futuro do trabalho? Esse é um ponto essencial para nos ajudar a colocarmos nosso protagonismo em prática. Parece mais fácil imaginar que robôs tomarão o trabalho das pessoas (o que é verdade, em alguns casos) do que imaginar novas perspectivas para o trabalho. É nesse momento que o protagonismo é um diferencial.

Finalmente, é necessário compreender que, para ser protagonista, é preciso desenvolver o autoconhecimento, afinal, uma pessoa só sabe o que ela quer e precisa quando conhece suas reais necessidades. Além disso, ter visão ampliada e pensamento crítico colabora para que as soluções encontradas sejam efetivas para si e para todos os envolvidos. Para que tudo isso funcione, é necessário que um propósito seja traçado, não necessariamente algo específico, mas que um caminho seja trilhado com um objetivo maior.

VAMOS PRATICAR

1. "Como se pode depreender de tais distinções, o termo 'protagonismo' indica, originalmente, um lugar em uma ordem. Nesse sentido, remete a um *topos*, um lugar, algo visível, exposto, explicitado, uma posição determinada na luta, ocupada pelos diferentes sujeitos que participam dos embates. A luta implica, portanto, além dos lutadores, também os espectadores. Em outras palavras, não se dá em âmbito oculto, íntimo, privado. Inscreve-se em *locus* aberto ao olhar geral. É lugar da aparição, de visibilidade, inclusivo, que diz respeito a todos. Em face disso, o protagonismo referenda-se no espaço público, em território relacional, implicando interesses que, ao serem de todos, não são de ninguém em especial."

Fonte: PERROTTI, E. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: Edufba, 2017. p. 14.

Com base no que você estudou, o protagonista possui uma característica principal. Sendo assim, assinale a alternativa correta:

- a) A principal característica do protagonista é seu olhar ampliado para o mundo, que pensa em um "bem comum".
 - b) A principal característica do protagonista é sua capacidade de análise.
 - c) A principal característica do protagonista é a importância que dá ao seu interesse particular.
 - d) A principal característica do protagonista é exclusivamente sua força de vontade.
 - e) A principal característica do protagonista depende do contexto em que ele estará inserido.
2. Vivemos em um mundo em que as demandas sociais crescem cada vez mais, e a partir da detecção dessas necessidades, constroem-se relações entre indivíduos e/ou grupos que, juntos, buscam soluções para tais problemas. A partir da temática abordada, analise as afirmativas a seguir:
 - I - O protagonismo social se faz presente com força em locais que possuem condições financeiras desfavoráveis.
 - II - Quando pensamos e agimos com valores e intenções maiores que nossa realidade individual, atingimos resultados que não conseguiríamos sequer imaginar.
 - III - A luta coletiva inviabiliza ganhos para todos os indivíduos que nela se envolvem.

É correto o que se afirma em:

VAMOS PRATICAR

- a) I, apenas.
 - b) III, apenas.
 - c) I e II, apenas.
 - d) II e III, apenas.
 - e) I, II e III.
3. "Compreendido de tal forma, protagonismo implica uma dimensão existencial inextricável. Significa resistência, combate, enfrentamento de antagonismos produzidos pelo mundo físico e/ou social e que afetam a todos. Significa tomada de posição dianteira face a obstáculos que ameaçam a espécie (causados por pessoas, animais, circunstâncias, sentimentos, ideias, preconceitos etc.). Daí que protagonistas assumem a luta pela construção, pela criação, como atitude face ao mundo. Lutar, mais que enfrentamento 'contra', é modo de ser e de estar, de produzir e cuidar de um mundo comum, habitável e convivial".

Fonte: PERROTTI, E. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: Edufba, 2017. p. 15.

Com base no texto apresentado, pode-se afirmar que:

- a) A luta envolve apenas os agentes principais, ou seja, os lutadores.
- b) Protagonizar algo se dá em um local privado e possui um caráter individual.
- c) É necessário a aprovação dos pares para que alguém possa ser considerado protagonista.
- d) O protagonismo relaciona-se diretamente com a ideia de cidadania, pois remete ao espaço público.
- e) Ainda que possa ocorrer em espaço público, o protagonismo é sempre privado.

REFERÊNCIAS

AGONIE. *In:* DICTIONNAIRE de la langue française. Paris, L. Hachette, 1873-1874. Electro-nic version: François Gannaz. [20--]. Disponível em: <http://www.littre.org/definition/agonie>. Acesso em: 11 set. 2023.

FERRETTI, C. J.; ZIBAS, D. L.; TARTUCE, G. B. P. L. O protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 122, p. 411-423, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/CfWXW5h9BRT5t-wmQQhJpRnM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2023.

HOOKS, B. **O feminismo é para todos:** políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

PERROTTI, E. Sobre informação e protagonismo cultural. *In:* GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: Edufba, 2017. p. 11-26.

WEF – WORLD ECONOMIC FORUM. **Future of Jobs Report 2020:** insight report. Genebra: WEF, 2020.

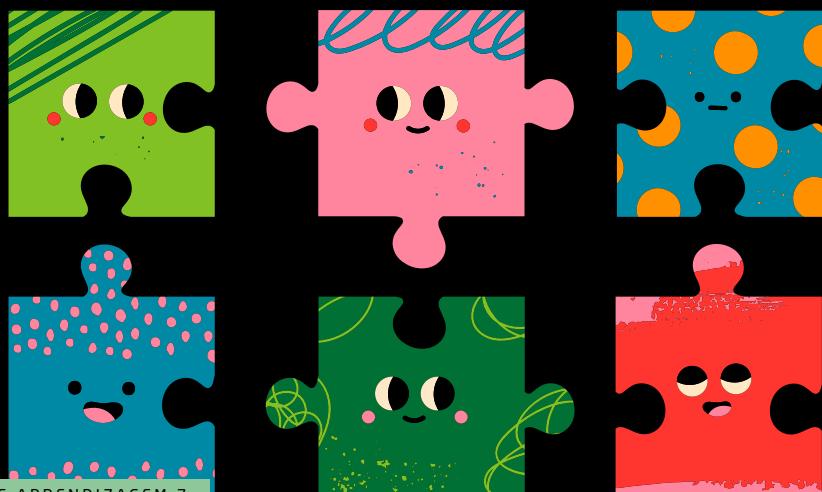
WEF – WORLD ECONOMIC FORUM. **Future of Jobs Report 2023:** insight report. Genebra: WEF, 2023.

GABARITO

1. O protagonista tem, como principal característica, o seu olhar ampliado para o mundo, no qual une pensamento e ação. Não basta saber analisar o problema, é necessário buscar a solução. Um protagonista entende que seus interesses não podem ser vistos de forma isolada do mundo.
2. O protagonismo, além de ampliar os ganhos coletivos, colabora para o crescimento e o ganho individual.
3. Ao identificar a importância do protagonismo, é necessário compreender de que forma ele não deve ser entendido. Não é possível falar sobre lutas individuais, é necessário um olhar ampliado.



unidade



TEMA DE APRENDIZAGEM 7

PERTENCIMENTO À SOCIEDADE, A VIDA FAMILIAR E COMUNITÁRIA: MEUS SENTIMENTOS E LAÇOS, PER TENCER OU NÃO PERTENCER?

MINHAS METAS

- Entender o que significa pertencimento.
- Discutir a temática da família nos diversos períodos históricos.
- Refletir sobre a concepção de sociedade.
- Compreender a importância do processo de pertencimento à família, comunidade e sociedade.
- Desafiar o aprimoramento de processos de pertencimento de cada um nos coletivos família, comunidade e sociedade.
- Refletir sobre o não pertencimento e a desigualdade social.
- Provocar descobertas e reflexões sobre a participação e o protagonismo na família, na comunidade, no trabalho e na sociedade.

INICIE SUA JORNADA

O que é pertencimento? Você se sente pertencente à família? E à comunidade onde mora? Sente-se pertencente à sociedade? Que sociedade é essa? Você sabe qual a origem da sociedade brasileira?

Qual sua contribuição na construção e garantia de pertencimento?

O pertencimento é um profundo sentimento de conexão e vínculo que nos une a nossa família. É a sensação de fazer parte de um grupo de pessoas unidas por laços, seja de sangue, afeto e história compartilhada ou laços de solidariedade. Esse sentimento de pertença à família proporciona um senso de identidade e segurança, permitindo que os indivíduos compartilhem momentos duradouros, valores e tradições ao longo de suas vidas. É um elo fundamental que nos ajuda a moldar quem somos e como nos relacionamos com o mundo ao nosso redor.

Considerando que o sentimento e a vivência de pertença na família contribui para o sentir-se pertencente à sociedade e entendendo que é preciso cultivar um profundo senso de ligação e participação ativa, em um conjunto maior de indivíduos que defendem espaços, valores e objetivos em comum, é importante compreender que esse sentimento de pertencimento é construído quando nos engajamos, de maneira significativa, com nossa comunidade, confiantes do bem-estar coletivo e promovendo relações de respeito e empatia.

Ao participar ativamente em questões sociais, culturais e cívicas, seja por meio do voluntariado, da participação em grupos locais ou da defesa de causas importantes, nutrimos uma conexão profunda com a sociedade e trabalhamos para criar um ambiente mais inclusivo e coeso para todos.

VAMOS RECORDAR?

Vamos relembrar que pertencimento é uma situação ou um sentimento que exige o reconhecimento do outro, é preciso sentir-se fazendo parte. Veremos, agora, sobre isso com a filósofa Lúcia Helena, que nos convida a pensar sobre o pertencimento a partir do outro.



DESENVOLVA SEU POTENCIAL

O SER HUMANO É UM SER SOCIAL POR NATUREZA

Seria o ser humano essencialmente um ser sociável? E, se for, está relacionado com o sentimento de pertencimento? Como? Por quê?

Alguns pensadores nos ajudam a responder/refletir sobre essa questão. Conforme Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), o ser humano é um ser essencialmente sociável. É indivíduo e, também, coletividade. O pensador afirma que o ser humano vive em grupo e, assim, se constitui como ser humano. É um ser de relações, de trocas, de convívio. É um ser político, pois:



[...] não menos estranho seria fazer do homem feliz um solitário, pois ninguém escolheria a posse do mundo inteiro sob a condição de viver só, já que **o homem é um ser político e está em sua natureza o viver em sociedade**. Por isso, mesmo o homem bom viverá em companhia de outros, visto possuir ele as coisas que são boas por natureza (ARISTÓTELES, 1973b, IX, 9, 1169b, 18-20).

É importante destacar que, Aristóteles, ao se referir à felicidade, fez menção ao bem viver, não se tratando da felicidade relacionada a ter dinheiro ou ter status, mas “simplesmente, o bem viver”. Destaca-se, aqui, que o político, referido por Aristóteles, diz respeito ao ser e suas relações, ao ser humano que, segundo ele, é um ser que se faz ser humano a partir da convivência, das trocas, sendo o homem um ser gregário, um ser que “alcança a felicidade” quando vive em sociedade.

Aristóteles destaca que a linguagem garante a capacidade discursiva do homem, diferentemente de outros animais.



A razão pela qual o homem é um animal político em grau mais elevado do que as abelhas ou qualquer outro animal é clara: a natureza, como dissemos, não faz nada, **o homem é o único animal que tem palavra** (*logos*); – a voz (*fone*) expressa a dor e o prazer, e os animais também possuem, já que sua natureza vai até aí – a possibilidade de sentir dor e o prazer e expressá-los entre si. A palavra, porém, está

destinada a manifestar o útil e o nocivo e, em consequência, o justo e o injusto. E esta é a característica do homem diante dos demais animais: possuir, só ele, o sentido do bem e do mal, do justo e do injusto etc. É a comunidade dessas coisas que faz a família e a cidade (ARISTÓTELES, 1973a, I, 2, 1253a, 7-12).

Depreende-se que Aristóteles afirma que o ser humano é um animal político, pela capacidade e pela necessidade de viver em comunidade, viver em sociedade, de forma a produzir o material e o imaterial do e no cotidiano, ou seja, no processo de busca do bem viver (trabalho, convivência e lazer).

Para Marx (2004), o ser humano é um ser real dotado de necessidades e potencialidades, e uma de suas potencialidades é fabricar a si mesmo, pois, por meio do trabalho, o indivíduo se humaniza. Marx (2004) entende que o ser humano é indivíduo e um ser social, conforme mostra a Figura 1.

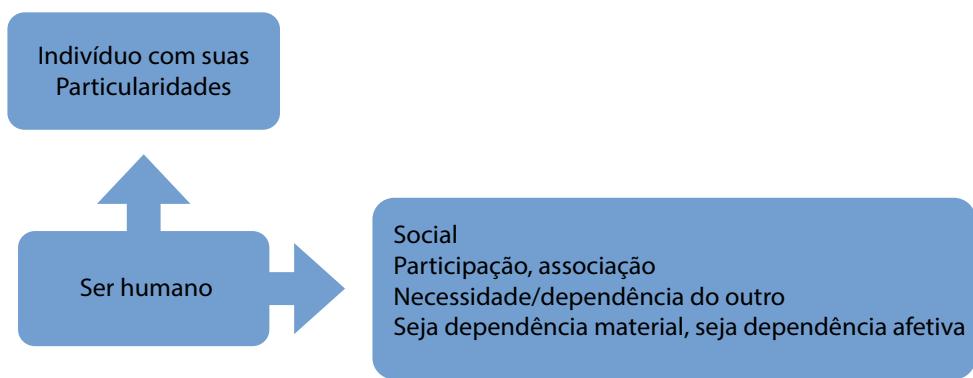


Figura 1 – Ser humano: indivíduo e social

Fonte: a autora.

Descrição da Imagem: esquema gráfico que demonstra o ser humano enquanto indivíduo com suas particularidades e o ser humano enquanto suas relações, enquanto ser social com participação na sociedade, ser que precisa reconhecer o outro e que depende do outro. Fim da descrição

O indivíduo depende do outro, depende da convivência em sociedade para se reproduzir, para garantir sua sobrevivência material e subjetiva, para saciar suas necessidades básicas, culturais e afetivas. Vale contextualizar o processo histórico do século XIX, no Brasil, em que aconteceu o agravamento da desigualdade social, em que a exploração pelo trabalho (na década de 1930) não tinha idade nem

gênero: crianças, mulheres e homens (que tinham acesso ao trabalho) trabalhavam muito sem definição de carga horária, com pouca ou nenhuma valorização financeira, sem direitos básicos garantidos.



PENSANDO JUNTOS

É importante refletir sobre a afirmação de Marx, enquanto o foco for individual, a pessoa fica como a única responsável por “seus fracassos”, por sua exclusão, sem considerar a influência da sociedade, sem questionar por que poucos têm tanto e muitos têm tão pouco. Estes últimos sem o acesso às condições de vida digna.

Quando o ser humano se reconhece – **como ser social**, – ser que precisa do coletivo, vislumbra a possibilidade, a potência de ser protagonista de processos coletivos que lhe tragam satisfação das necessidades diárias, se não pelo acesso aos bens de consumo, pelo percurso que constitui enquanto sujeito de direitos buscando acesso à dignidade.

SER SOCIAL X PERTENCIMENTO: DO QUE SE TRATA?

Sendo o ser humano um ser que vive e precisa do coletivo, como o seu coletivo de **referência familiar**, a sociedade, a comunidade, então, nesse universo das relações, nas diversas escalas, o ser humano precisa sentir-se pertencente.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Mas o que quer dizer pertencente?

Aqui, refere-se a *fazer parte*, sentimento e vivência de fazer parte, ter um lugar, ter atribuições, conviver, relacionar-se com e nesses coletivos.

[...] a vida em sociedade coloca todo ser humano desde o nascimento numa relação de interdependência com os outros e que a solidariedade constitui a todos os estados de socialização a base do que se poderia denominar homo sociologicus, o homem ligado aos outros e à sociedade, não somente para assegurar sua proteção face aos males da vida, mas também para satisfazer suas necessidades vitais de reconhecimento, fonte de sua identidade e de sua existência enquanto homem (PAUGAM, 2008, p. 4 *apud* BRASIL, 2017, p. 31).

O indivíduo se configura um ser social a partir de suas relações em suas diversas camadas/esferas, iniciando pelo coletivo família, seguindo pela convivência em comunidade e na sociedade. Quando vivenciado o **fazer parte** de algum grupo, de pertencer a algum lugar, exercita-se o **fazer parte** de algo ou de alguma coisa: de um grupo, de um território, de uma associação, de uma comunidade, de uma nação. Esse processo de pertencimento carrega em si a constituição de cultura, de identidade, de constituição do ser humano enquanto um indivíduo e suas particularidades e, ao mesmo tempo, enquanto um ser social, sendo que o primeiro local de exercício de pertencimento é a família.

SER HUMANO E PERTENCIMENTO À FAMÍLIA

Para refletir sobre o pertencimento à família, é preciso entender o percurso sócio-histórico da instituição família. No contexto brasileiro até 1500, a vivência de família, existente neste país, era a família dos povos originários com sua identidade e cultura. No entanto, com a invasão das suas terras, invadiram também o seu modo de viver.

Segundo Fiorotti e Guimarães (2017), após a destruição dos povos missionários, no Rio Grande do Sul, aconteceu, para um grande número de famílias indígenas um processo de morte cultural e não morte biológica, devido ao fato de terem sido transformados em portugueses, através do registro de seus nomes enquanto portugueses, proibidos de falar em guarani, forçados a falar em português. Proibidos de praticar suas crenças indígenas e batizados católicos, foi-lhes aplicada a morte de uma cultura comunitária para assumirem uma cultura individualista aos moldes europeus portugueses. Mudança do **modus operandi**

de ser, de viver, seja no nível do núcleo familiar, comunitário ou social. Basta ver como os jesuítas percebiam a forma de viver e se organizar dos indígenas:



O chamado casamento indígena, que tanto escandalizava os pais, era uma espécie de protetorado mútuo, cuja duração dependia da dinâmica dos elementos da aldeia. Todos se auxiliavam e todos tinham como atender suas necessidades naturais. Não havia necessidade de propriedade, tudo era de todos, inclusive a natureza. Os brancos eram tão acostumados a dar e receber ordens, que não podiam entender a grande desorganização dos indígenas, onde teoricamente ninguém mandava, mas as aldeias existiam e funcionavam (FIOROTTI; GUIMARÃES, 2017, p. 35).

Os indígenas tiveram suas famílias desfiguradas, separadas, seus filhos e filhas “institucionalizados” em escolas de meninos e escolas de meninas, com o objetivo de alterar a cultura vivida por essa população. Todos os membros das famílias (separados e cada um com um “dono”) foram escravizados, alugados para a lida na roça, nas lidas domésticas, bem como as mulheres para os serviços de amamentação e até sexuais.



O fato de separá-las de seus pais, representa a separação de sua própria cultura. Separados, ficaria mais fácil desfazer-lhes os hábitos, costumes e traços próprios da cultura guarani, bem como a assimilação dos traços portugueses. Era necessário que fossem formadas com boa educação, a fim de receberem cultura e fossem civilizadas [...]. As meninas, também educadas na fé cristã e obrigadas a falar o português, bem como esquecer o guarani, passaram a aprender as artes da cozinha e do vestuário. Assim prendadas, seriam aptas tanto para o casamento como para servirem de empregadas às famílias interessadas (FIOROTTI; GUIMARÃES, 2017, p. 96).



Essa forma de “descoberta” do território brasileiro deixa marcas, na atualidade, junto às famílias? Junto à sociedade? Quais? Você que está acessando este Tema de Aprendizagem, sabe suas origens? Consegue pesquisar sua árvore genealógica até seus tataravôs?

Uma das marcas é a dificuldade de descendentes indígenas se reconhecerem como tal, muito provavelmente, por dois equívocos históricos:

- a) A história indígena não é contada a partir do vencido e sim do vencedor.
- b) Tem-se o entendimento de que indígena é somente a pessoa que está na tribo.

Muitos cidadãos brasileiros são indígenas e estão nas vilas, bairros, nas ruas e não se reconhecem e nem são reconhecidos como tal. Nesse percurso histórico, o Brasil colonizado continua com a percepção de que a população branca e europeia é superior e que os outros são uma subpopulação, e assim elege novos escravos, agora importados da África. Os métodos não mudam, as famílias dos escravos são dizimadas, cada integrante com suas atribuições na fazenda. Mulheres negras são amas de leite de crianças brancas:



Com a chegada dos escravos africanos, entre 1539 e 1542, para o trabalho nos canaviais, muitas mulheres negras e escravas passaram a ser **amas de leite** dos filhos dos senhores brancos. [...] As amas de leite alimentavam apenas os filhos dos senhores brancos, enquanto os seus eram mantidos longe de seu convívio e desmamados de forma bruta e violenta (BITENCOURT, 2018, p. 13 , grifo nosso).

Novamente, os colonizadores negam a possibilidade de a população escravizada ser e estar em família conforme sua cultura e identidade. A população negra, assim como a indígena, foi impedida de ser família, de ser cuidada e de cuidar

dos seus, ao contrário disso, foi obrigada a estar a serviço das famílias brancas e donas das terras, antes território dos povos originários.

Sem a pretensão de esgotar a temática, este brevíssimo resgate histórico objetivou uma aproximação junto a história não contada, que tem significativa presença/repercussão nas famílias, nos dias de hoje.



PENSANDO JUNTOS

Com relação às famílias indígenas e às famílias negras pertencentes à comunidade, à sociedade, a partir das ações dos colonizadores: por quê? Como? Quais características do jeito de ser família dessas populações? Em que medida as famílias brasileiras se reconhecem pertencentes à cultura indígena e/ou cultura afro?

Família

O termo família vem do latim: *familius*, que significa “escravo doméstico”. O termo foi utilizado, na Roma Antiga, para definir um novo organismo social, que consistia em uma organização composta por um chefe, que mantinha sob seu poder as mulheres e os filhos e um certo número de escravos, tendo ele plenos poderes sobre essas pessoas que trabalhavam na agricultura e na escravidão legalizada.

Esse termo carrega as marcas, as características de cada período histórico. Nos primeiros séculos da colonização, o modelo prevalente de organização foi a família tradicional patriarcal, extensa e rural. Segundo Bruschini (2005), esse estilo de família subjugou os indígenas e os negros, destruindo suas formas familiares próprias.

No período da Revolução Industrial (século XIX), a família sofreu transformações. O que era antes uma família extensa rural, agora passa a ser família com características urbanas em que uma parte se envolve na produção industrial e outra, com as lidas domésticas. A mulher ficou com a responsabilidade da reprodução da força de trabalho na esfera privada do lar, enquanto o homem ficou com o trabalho extra-lar, como provedor com remuneração. As mudanças no contexto histórico brasileiro repercutiram na “conformação” de família contemporânea, que pode ser percebida de várias formas/modelos.

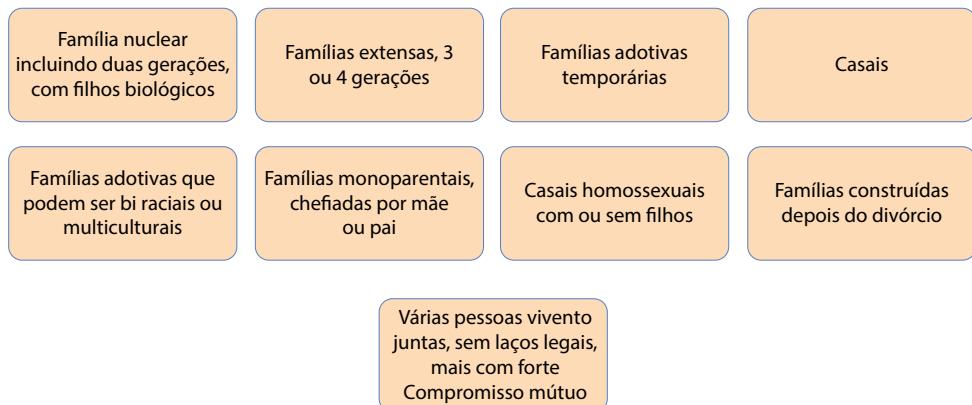


Figura 2 - Arranjos de família

Fonte: a autora.

Descrição da Imagem: o quadro apresenta os vários arranjos (tipos) de família do tempo presente. Sendo eles: Família nuclear incluindo duas gerações, com filhos biológicos; Famílias adotivas, que podem ser biraciais ou multiculturais, Famílias extensas, 3 ou 4 gerações; Famílias monoparentais, chefiadas por mãe ou pai; Várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo; Famílias adotivas temporárias; Casais homossexuais com ou sem filhos; Casais; Famílias construídas depois do divórcio. Fim da descrição.



PENSANDO JUNTOS

Qual formatação de família que lhe deu origem? Como vivencia/vivenciou o pertencimento com suas referências familiares?

Sarti (2003), ao tratar do tema da família, refere-se ao conceito mais adequado, que é aquele que contempla toda a diversidade de relações presentes na sociedade, uma vez que a família não é uma totalidade homogênea, mas sim uma instituição complexa produzida na diversidade das relações e construída na multiplicidade de contextos.

Para Mioto (2008), a família é um espaço complexo que se constrói e reconsói, histórica e cotidianamente, por meio das relações e negociações constituídas entre seus membros e outras esferas da sociedade, quais sejam: **Estado, trabalho e mercado**. Mioto (2008) afirma, ainda, que além da capacidade de reprodução da subjetividade, a família é também uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos. Além disso, possui um papel importante na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e econômicos. Assim, trata-se de uma construção privada, mas também pública.

Família: lugar de conviver, laboratório das relações

Carvalho (2005) refere-se à família como uma instituição que, independentemente da sua formatação da atualidade, configura-se como um local de iniciação e aprendizado dos fatos e das relações sociais, bem como em uma unidade de renda e consumo, enquanto Mioto (2008) destaca o papel primordial da família no **cuidado e proteção** de seus membros, que se encontra, dialeticamente, articulada com a estrutura social na qual está inserida.

Assim, é preciso destacar que é imperioso entender a estrutura social, referindo-se, aqui, ao Estado no seu conjunto de obrigações de proteção e garantia de direitos como um lugar de cuidado e proteção das famílias, para que estas consigam garantir a proteção de seus membros. Lembrando, também de que é importante **não romantizar, não idealizar a família**, pois ela é, sim, essencialmente lugar de cuidado e proteção, mas, a exemplo do que é sociedade, pode ser também, por vezes, lugar de desigualdade, discriminação e violência.

No entanto entendendo a família como laboratório de convivência, de exercício das relações, ela é ao mesmo tempo proteção psicosocial (nível interno) de seus membros e um processo de construção, consolidação e transmissão de uma cultura. É na família, desde o nascimento, que se constrói a autoimagem e a imagem do mundo exterior. Na família, adquire-se a linguagem que define o caráter social e aprende-se a ordenar e dar sentido às experiências vividas (SARTI, 2003).

Família é uma instituição em movimento. Não é estática. É uma estrutura singular e complexa, espaço privilegiado de socialização, exercício de tolerância, de divisão de responsabilidades entre seus membros, vivência da busca coletiva de meios para a sua sobrevivência, do respeito mútuo, bem como a vivência necessária (para saúde mental) de afetividade.

Nesse contexto, as funções e os papéis parentais são estruturas que têm a finalidade de transmitir aos filhos a cultura, organizar lugares. Contar com pais com poder da autoridade, na medida em que se responsabilizam por essa tarefa, é fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Tendo como papel fundamental a manutenção de seus membros, como dizem Freitas, Braga e Barros (2010), a família possui várias características, como a proteção das crianças, idosos e doen-

tes e o contato da família com a sociedade e com o Estado. Então, a família possui um papel de suporte emocional, sendo proteção, cuidado, suporte financeiro e sobrevivência das tradições, normas e costumes.

Assim, a família tem uma importância fundamental não apenas no âmbito da reprodução biológica, mas, principalmente, enquanto mediadora de seus membros com a sociedade. A família viabiliza a construção da primeira identidade assegurada nas relações sociais, tanto nos níveis emocional e cultural como socioeconômico, sendo o primeiro referencial que permeia toda a nossa existência. Delgado (2005) diz que a família, gera no indivíduo, o sentimento de pertencimento primário, que se consolidará no decorrer da existência individual e familiar. Assim, o senso de pertencer vai se criando em níveis distintos e está presente em todos os membros familiares.



PENSANDO JUNTOS

Qual é o exercício de convivência existente na família? Como está sendo acolhida a diversidade na tua família? Como valorizar a cultura familiar tradicional e se abrir para o novo? O sentimento de pertença está sendo experienciado por todos os membros?

Família constitutiva de laços de pertencimento junto aos seus membros, entre os membros e destes com a comunidade. Mas o que é comunidade? É um coletivo que compartilha de interesses comuns, partilha histórias e práticas, sendo a primeira comunidade de nossa vivência a comunidade-família e a segunda comunidade, a comunidade-escolar.



EU INDICO

Nessa perspectiva, tem-se as comunidades religiosas, as comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) e a comunidade moradia, aqui entendida como local, como território em que vive, composta por relações de afeto, proximidade e vizinhança. Assista ao vídeo, a seguir, que mostra o que é comunidade.



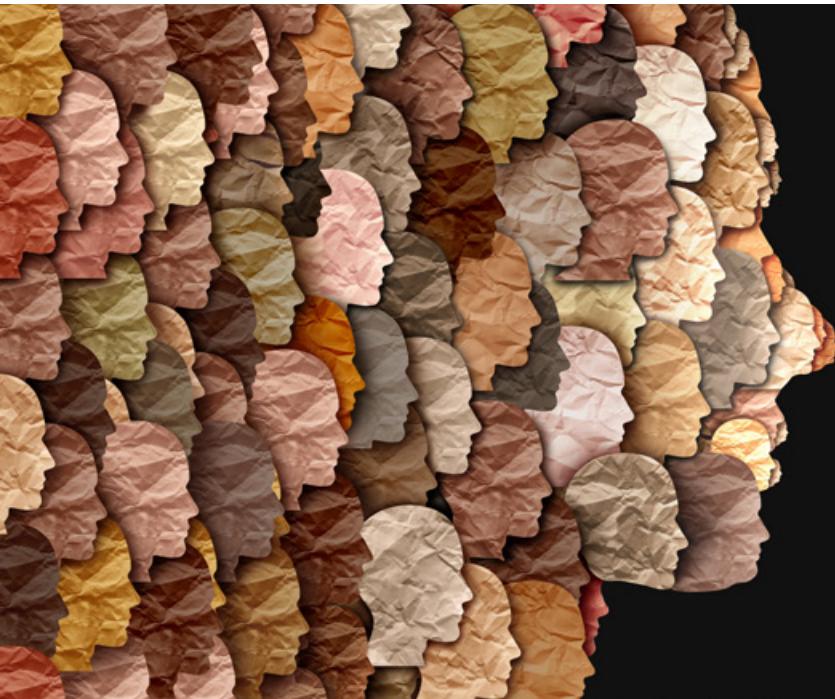
A vivência **ativa** em uma comunidade, a partir da família com a vizinhança e as possíveis organizações existentes nesse território (escola, igreja, unidade de saúde, serviços socioassistenciais, associação de moradores etc.), contribui com processos de protagonismo na perspectiva de autonomia de se reconhecer sujeito de direitos e um sentimento de pertença a essa comunidade. O sentimento de pertença revela o afeto com a comunidade e impulsiona a acreditar e, por vezes, até a buscar melhores condições para esse lugar, para essa comunidade e para o conjunto das famílias que a compõem.

Nesse contexto, o sentimento de pertencimento, o sentimento de fazer parte de algo, confronta-se com o sentimento de não pertencer, na medida em que a comunidade que não oferece condições dignas de viver traz esse sentimento de não pertencimento à sociedade, pois a comunidade não goza de cuidado, de proteção.



A proteção social humana não resulta apenas de uma capacidade individual de dar conta de necessidades e superar fragilidades, mas de um conjunto de relações e acessos aos bens coletivos que constroem a superação da desproteção através de múltiplas formas. Entre elas, o convívio social. A proteção social, como condição coletiva, supõe pacto para garantir medidas de prevenção e apoio baseado na solidariedade social e no processo de reconhecimento da dignidade do outro e da preservação da dignidade humana (TORRES, 2013, p. 11).

O destaque é que o ser humano não é nem está sozinho, ele precisa do coletivo na condição de convívio, resultando em convivência, aprendizado, constituição de si, constituição de processos de vínculos com pessoas, com territórios, com grupos, com instituições, no percurso do necessário e vital acesso aos bens coletivos e na perspectiva da proteção social, isto é, no acesso aos direitos sociais a partir dos valores de dignidade humana e solidariedade.



É importante lembrar que o termo *Comunidade* também dá conta de um grupo de pessoas que partilham das mesmas ideias, culturas e práticas, mas não se encontram necessariamente no mesmo espaço geográfico. Elas possuem um determinado marcador da comunidade, por exemplo, uma causa, tal como a das pessoas LGBTQIA+, ou, ainda, afinidades, como as das comunidades virtuais, que se juntam pelas ideias e/ou práticas em comum.

Enquanto a comunidade se constitui por relações de afeto, reciprocidade, proximidade, interesses, vivências comuns, como vivências/convivência com relações de parentesco, amizade, vizinhança, caracterizados pela coesão social e engajamento moral, emotivos e também tradicionais, o coletivo Sociedade já não se constitui pelos afetos e vivências em comum, a sociedade é o conjunto das comunidades de uma determinada localidade.



EU INDICO

Descubra as raízes do pertencimento, explorando interações sociais, sociedades e comunidades no vídeo disponível no QR Code.



A sociedade configura-se como um agrupamento humano, em determinado recorte espacial e temporal, regido por normas comuns, culturais e/ou escritas, e unido pela **consciência de pertencimento**. A palavra sociedade é polissêmica, e esse conceito possui muitos significados, isto é, contém diversos sentidos. No entanto, a origem do termo é do latim *socius* (significa “parceiro”, “companheiro”) e *societas*, que significa “associação entre comuns”. Para Castro (2002):



Em sentido geral, a sociedade é uma condição universal da vida humana. Essa universalidade admite uma interpretação biológica ou instintual, e outra no campo simbólico, moral ou institucional. Assim, a sociedade pode ser vista como um atributo básico, mas não exclusivo, da natureza humana: somos geneticamente predispostos à vida social; a ontogênese somática e comportamental dos humanos depende da interação com seus conspéciegos; a filogênese de nossa espécie é paralela ao desenvolvimento da linguagem e do trabalho (da técnica), capacidades sociais indispensáveis à satisfação das necessidades do organismo (CASTRO, 2002, p. 1).

A sociedade, como coletivo, é primordial para o ser humano, dada a condição do homem de viver/conviver com o outro. Trata-se de uma **necessidade biológica** e simbólica. Biológica pela disposição genética do ser humano à vida em sociedade e ao desenvolvimento de habilidades indispensáveis à nossa sobrevivência e que envolvem, simultaneamente, o físico e o intelecto, como a linguagem e a técnica em qualquer tipo de trabalho. **Necessidade simbólica**, pois, além de suprir nossas necessidades físicas, dá sentido a elas e contribui com o desenvolvimento de um arcabouço moral e cognitivo que define os parâmetros de como fazer e por que fazer algo, que passa pela definição de regras, rituais e significados compartilhados com nossos semelhantes.

No período industrial, com o advento do sistema capitalista, três importantes pensadores se dedicaram a explicar o que é a sociedade. Émile Durkheim, Marx Weber e Karl Marx.

Durkheim concebe a sociedade como algo predefinido, a partir do fato social, que é geral, externo e coercitivo. As instituições, como a família e a religião, ilustram a existência de uma ordem hierárquica de normas de convívio coletivo definidas, que são exteriores aos seres e exercem sobre eles certa coercitividade que se estende a toda sociedade – elementos que compõem o fato social. As pessoas e os indivíduos possuem a função de manter a coesão na sociedade. Dessa forma, é possível entender a sociedade como determinante sobre o indivíduo. A instituição sociedade tem o domínio, o controle sobre as vontades individuais.

Karl Marx comprehende a sociedade como heterogênea, configurando-se como coletiva e histórica. Ele identifica que, no capitalismo, a sociedade é composta por duas classes antagônicas: a classe trabalhadora é a explorada, pois constrói a riqueza, mas não a acessa; o lucro é da classe do “patrão”, a classe burguesa, ou ainda, a classe que detém os meios de produção (capital, máquinas etc.), em contraposição, a classe trabalhadora possui a força de trabalho, que passa a ser “comprada” como uma mercadoria. A partir dessa constatação, Marx identifica a sociedade profundamente marcada pela desigualdade.

Já Weber reconhece a desigualdade, a estratificação social porém, manifesta maior preocupação com a coesão social, que seria garantida com o processo de racionalização e burocracia da sociedade. Ele se preocupa com a ação social, ou seja, com as ideias, as representações das ações. A ação naturalizada, a ação tradicional, configurada na relação familiar, e a ação carismática, exercida pelo controle da sociedade através da admiração, da fascinação, com promessas de proteção social, e a ação racional dada pela burocracia, que estabelece as normas, regulamentação das relações, constituindo regras e diretrizes para o bem desenvolver da sociedade. Para Weber, a burocracia é uma forma de organizar a sociedade a partir da racionalização, objetivando uma organização mais eficiente, hierarquizada – função de mando e obediência.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Diante do exposto, como sua família vive o pertencimento na sociedade atual?

Como você observa o pertencimento da comunidade onde mora? Quais suas atribuições nessa sociedade?

Em síntese, pode-se afirmar que, considerando o conceito de sociedade articulado aos fatores territoriais, culturais, políticos e históricos que unem os seus indivíduos, destacam-se alguns fatores que geram sentimento de pertencimento: a religião e as crenças; o governo; as leis; a educação; a língua; o território e os modos de produção. A sociedade constitui-se como forma de organização de um povo, nas suas diversas dimensões: econômica, política e social, em um mesmo território, sob as mesmas regras de convivência.



PENSANDO JUNTOS

Ao visitarmos o conceito de pertencimento, família, comunidade, qual nossa reflexão ao não pertencer? Se pertencer é fazer parte, por onde passa o não pertencer? Não fazer parte, não vivenciar esse coletivo, o que pode gerar situações difíceis no campo da saúde mental, do bem-estar e da garantia do bem viver, a partir das garantias sociais de bens materiais e imateriais.

O “não pertencimento”, **não fazer parte**, é um sentimento de desenraizamento (CASTEL, 1998; 2004), de exclusão, de rejeição, de isolamento, que acarreta indivíduos com parca ou nenhuma condição de construir um projeto de vida (sonho e realização): um indivíduo sem a potência do coletivo – uma comunidade – e sem a possibilidade de mudança, de construção de alternativa: uma sociedade que inviabiliza pessoas e comunidades pela negação do direito, marcando pessoas e locais como não pertencentes.

Este contexto de não pertencer atravessa o ser humano e interfere no seu processo de desenvolvimento psicossocial, pois o ser humano, como já vimos, é um ser essencialmente relacional. Ele depende de relacionamentos para se desenvolver e conhecer. Essa situação gera o que Sawaia (1999) chama de sofrimento ético-político, “a vivência particular das questões sociais dominantes em cada época histórica [...]. Sofrimento que surge da situação de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (SAWAIA, 1999, p. 56). “São as afecções que marcam a atividade de um corpo, que diminuem a potência de ação e nos mantêm na servidão em todas as esferas da vida” (SAWAIA, 2011, p. 42), o sofrimento ético-político diz respeito à dor causada pelas injustiças sociais.

Sawaia (2011) comprehende a possibilidade de superação do sofrimento ético-político a partir da potência de ação, que perpassa os seguintes processos: compreender que o sofrimento não é só psíquico; compreender e trabalhar na perspectiva de ressignificar o sentido do processo de exclusão social, pois ele não é “culpa do indivíduo” e precisa ser enfrentado com a força e a sabedoria do coletivo. São necessárias intervenções, ações, posturas comprometidas com o coletivo e no coletivo, desvelando a potência das pessoas a partir das vivências particulares com as marcas e consequências da desigualdade social, bem como as marcas de resistência e aprendizado das famílias nesse processo de busca de pertencimento.

Coletivo significa pensar, falar e fazer no e com o coletivo. A participação é um dos fatores preponderantes para o sentimento de pertencimento. Com inspiração no material construído pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas) (SEIS..., 2021), destacam-se os seis níveis de participação para oportunizar a avaliação crítica quanto ao nível que ocupamos nesse momento: estar presente, manifestar opinião, ser consultado, estar informado, estar mobilizado e influenciar decisões.

Diante do percurso percorrido, quanto aos laços de pertencimento e não pertencimento, o que se destaca, na sua vivência, quanto ao pertencimento junto à família, junto à comunidade e junto à sociedade?

Essa construção teórica lhe deu luzes para melhor entender e compreender os processos e as possibilidades de pertencimento?



NOVOS DESAFIOS

É necessário conhecer a História a partir dos vencidos, para que, assim, você possa ter elementos e entender a história de seus antepassados, entender sua história. História de pertencimento e de resistência. É preciso decolonizar nosso jeito de ser, entendendo e assumindo nossos valores sem vergonha e com orgulho de nossas raízes.

É desafio, também, ter disponibilidade para análise crítica do momento sócio-histórico, disponibilidade para vivenciar os vários estágios da participação e, assim, aprimorar o sentimento de pertença com protagonismo na família, na comunidade, no trabalho e na sociedade em geral. Dessa forma, vivenciar o fazer parte da família, comunidade, trabalho, seja de forma concreta ou na forma de busca, de luta, na perspectiva do protagonismo, da inclusão, do pertencimento!

VAMOS PRATICAR

1. “[...] O fato de separá-las de seus pais representa a separação de sua própria cultura. Separados, ficaria mais fácil desfazer-lhes os hábitos, costumes e traços próprios da cultura guarani, bem como a assimilação dos traços portugueses. Era necessário que fossem formadas com boa educação, a fim de receberem cultura e fossem civilizadas. Como se na forma indígena não tivessem cultura. Sentimos, mais uma vez, a soberania da cultura portuguesa como única cultura, em detrimento da cultura indígena, uma subcultura. As meninas, também educadas na fé cristã e obrigadas a falar o português, bem como esquecer o guarani, passaram a aprender as artes da cozinha e do vestuário. Assim prendadas, seriam aptas tanto para o casamento como para servirem de empregadas às famílias interessadas”.

Fonte: FIOROTTI, M. R. O.; GUIMARAES, G. T. D. Território e a participação popular: desafios da e na intervenção social. In: JORNADAS INTERNACIONALES, 3., 1995, Mar del Plata. **Anais** [...]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 96.

Considerando o texto apresentado, comprehende-se que:

- a) A população indígena, nos primórdios do Brasil, não entendia o que era viver em sociedade e por isso, foi preciso catequizá-la e, ao mesmo tempo, ensiná-la a trabalhar.
 - b) Crianças e adolescentes indígenas foram separados dos pais, para melhor aprenderem sobre a cultura, uma vez que eram desprovidos de cultura.
 - c) A população indígena não possui cultura, tampouco sabe viver em sociedade e por isso, precisa compreender o funcionamento da sociedade e, assim, ser mais útil.
 - d) A cultura portuguesa é avançada em relação à cultura indígena e por isso, foi importante a invasão nas terras indígenas para, assim, proceder com atos civilizatórios.
 - e) Os colonizadores portugueses, ao invadirem o território brasileiro, negaram a cultura dos primeiros habitantes desse território e implantaram formas de impor sua cultura à população indígena, ignorando o pertencimento existente na comunidade, transformando-a em mercadoria a ser vendida e/ou alugada.
-
2. As funções e os papéis parentais são estruturas que têm a finalidade de transmitir aos filhos a cultura, organizar lugares. Contar com pais com poder da autoridade, na medida em que se responsabilizam por essa tarefa, é fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Tendo como papel fundamental a manutenção de seus membros, como diz Freitas, Braga e Barros (2010), a família possui várias características, como a proteção das crianças, idosos e doentes e o contato da família com a sociedade e com o Estado. Então, a família possui um papel de suporte emocional, sendo proteção, cuidado, suporte financeiro e sobrevivência das tradições, normas e costumes.

VAMOS PRATICAR

Fonte: FREITAS, R. C. S.; BRAGA, C. D.; BARROS, N. V. Famílias e serviço social: algumas reflexões para debate. In: DUARTE, M. J. O.; ALENCAR, M. M. T. (org.). **Família & Famílias**: práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p.15-38.

Considerando o texto apresentado, a atribuição da família pode ser compreendida nas afirmativas:

- I - A família tem a função básica de procriação e preparação dos filhos para produzir na sociedade.
- II - Na família, o papel dos adultos responsáveis pelos filhos constitui autoridade que transmite a cultura (jeito de ser e de se relacionar com o mundo), com atribuição de proteção dos seus membros e a mediação destes com a comunidade e a sociedade em geral.
- III - A família é um espaço de constituir garantias de adaptação de seus membros à "sociedade tal qual ela se apresenta".
- IV - A família constitui espaço privilegiado de subjetivação, sendo suporte emocional, bem como um espaço de constituição de relações com a sociedade, inclusive com o mundo do trabalho na perspectiva de suporte financeiro, entre outras.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
 - b) II e IV, apenas.
 - c) III e IV, apenas.
 - d) I, II e III, apenas.
 - e) I, II, III e IV.
3. Não pertencer atravessa o ser humano e interfere no seu processo de desenvolvimento psicossocial, pois o ser humano, como já vimos, é um ser essencialmente relacional. Ele depende de relacionamentos para se desenvolver e conhecer. Essa situação gera o que Sawaia (1999) chama de "sofrimento ético-político", a vivência particular das questões sociais dominantes em cada época histórica." [...] Sofrimento que surge da situação de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade" (SAWAIA, 1999, p. 56). O sofrimento ético-político diz respeito à dor causada pelas injustiças sociais.

VAMOS PRATICAR

Fonte: SAWAIA, B. B. (org.). **As artimanhas da exclusão:** uma análise ético-psicossocial da desigualdade. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 56.

Com base nas informações apresentadas, avalie as asserções, a seguir, e a relação proposta entre elas:

I - Quando o ser humano está na condição de subalterno, identificado como aquele que não tem contribuição para com a sociedade e portanto, sem valor para esse coletivo, há sofrimento (o que Sawaia denomina de sofrimento ético-político) por sentir-se, por viver alijado da sociedade. Esse sofrimento tem repercussões em sua vida, causando-lhe, além das limitações no campo físico-estrutural, repercussões no campo emocional, em seu processo de subjetivação do seu ser enquanto ser de direitos, interrompendo o pleno desenvolvimento humano.

PORQUE

II - As injustiças sociais produzem dores e sofrimento tanto quanto as dores físicas, mas jamais interrompem o pleno desenvolvimento do indivíduo, que pode prescindir de experienciar o sentimento de pertença, sem prejuízo algum ao seu desenvolvimento enquanto ser humano.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

- a) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são falsas.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1973a.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Leonel Valandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973b. (v. IV, Os Pensadores).
- BITENCOURT, A. A. D. A história dando sentido à realidade do acolhimento de crianças e adolescentes: da história para a historicidade. In: FERRO, V. de S.; BITTERNCOURT, A. A. D. de. (org). **Serviço de acolhimento para crianças e adolescentes**: proteção integral e garantia de direitos. Brasília, DF: Fundação Oswaldo Cruz: Ministério do Desenvolvimento Social, 2018. p. 12-42.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos**. Brasília, DF: MDS, 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.
- BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (org.). **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: do que estamos falando? **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 26, p. 1-7, 2005.
- CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, R; WANDERLEY, L. E. W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2004.
- CASTEL, R. **Metamorfose da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTRO, E. V. O conceito de sociedade em antropologia: um sobrevoo. In: CASTRO, E. V. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- DELGADO, J. A. Que é "ser família"? **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 14, n. Esp., p. 86-94, 2005.
- FIOROTTI, M. R. O.; GUIMARAES, G. T. D. Território e a participação popular: desafios da e na intervenção social. In: JORNADAS INTERNACIONALES, 3., 1995, Mar del Plata. **Anais** [...]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.
- FREITAS, R. C. S.; BRAGA, C. D.; BARROS, N. V. Famílias e Serviço Social: algumas reflexões para debate. In: DUARTE, M. J. O.; ALENCAR, M. M. T. (org.). **Família & Famílias**: práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos [1844]**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MIOTO, R. C. T. Família e políticas sociais. In: PEREIRA, P. A. P. et al. (org.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.
- SARTI, C. A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M. B. (org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC: Cortez, 2003.

REFERÊNCIAS

SAWAIA, B. B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: uma análise ético-psicossocial da desigualdade. Petrópolis: Vozes, 1999.

SAWAIA, B. B. Da consciência à potência de ação: um movimento possível do sujeito revolucionário na psicologia social laneana. In: MEDRADO, B.; GALINDO, W. (org.). **Psicologia social e seus movimentos**: 30 anos de Abrapso – Associação Brasileira de Psicologia Social. Recife: Editora UFPE, 2011. p. 35-51.

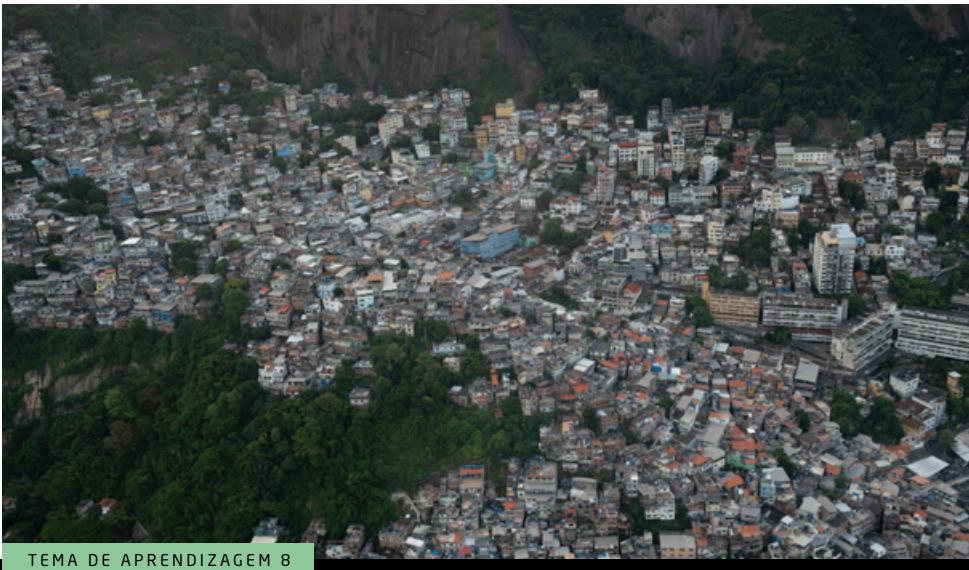
SEIS níveis de participação social no Suas. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (11 min). Publicado pelo canal SUAS Conversas. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ERm4_DazVf8. Acesso em: 30 ago. 2023.

TORRES, A. S. **Convívio e convivência**: direito de proteção social na assistência social. São Paulo: EDUC, 2013.

GABARITO

1. Opção **E**. Os colonizadores desconhecem o pertencimento da população indígena, entendendo-se como o marco de civilização, tendo como único parâmetro a comunidade branca europeia, negando, assim, todo o conjunto de crenças, e a vivência em comunidade existente – vivência de pertencimento a famílias, à natureza, às comunidades da época.
2. Opção **B**. A expectativa é levar o aluno a entender a família como espaço de socialização, de proteção, de responsabilidades. Espaço que constitui processos de segurança emocional, pois a família tem uma importância fundamental não apenas no âmbito da reprodução biológica, mas, principalmente, enquanto mediadora de seus membros com a sociedade. A família viabiliza a construção da primeira identidade assegurada nas relações sociais, tanto nos níveis emocional, cultural como socioeconômico, sendo o primeiro referencial que permeia toda a nossa existência.
3. Opção **C**. A asserção II ignora que o não pertencimento causa marcas de limitações, de sofrimento, que repercutem no desenvolvimento humano.

MINHAS ANOTAÇÕES



TEMA DE APRENDIZAGEM 8

CONTRA FATOS E ATOS, NÃO HÁ BOATOS; A VIDA É PARA VIVER, MAS COMO VIVER E CONVIVER?

MINHAS METAS

- Compreender e analisar os conceitos de classes sociais, relações de consumo e suas implicações na sustentabilidade
- Conhecer e compreender os modos de vida na sociedade moderna, aspectos emocionais e a realidade
- Conhecer e compreender os modos de vida na sociedade moderna, aspectos emocionais e a realidade
- Entender e analisar os conceitos de sustentabilidade, humanização e consumo consciente
- Analisar e compreender os aspectos presentes na discussão sobre a interação social e a busca de justiça e equidade
- Absorver os conceitos que permeiam a discussão sobre espacialidade urbana e a questão da desigualdade social
- Conhecer, compreender e criticar as principais correntes envolvidas na discussão sobre a constituição de classes na sociedade

INICIE SUA JORNADA

É possível vivermos e convivermos de maneira harmoniosa, tanto com nossos semelhantes quanto com a natureza a nossa volta? A sociedade moderna, com toda a sua diversidade, pode ser um lugar de justiça, equidade e, ainda, respeito ao meio ambiente? Nossos atos, os fatos que ocorrem a partir das relações sociais, podem expressar uma humanização necessária para o bom convívio em sociedade?

Certamente, você já se voltou para esses questionamentos em vários momentos de sua vida pessoal e profissional, seja por conta de suas experiências ou pela busca de conhecimento sobre os assuntos abordados.

Os nossos grandes centros urbanos estão cheios de exemplos das relações sociais que estamos destacando neste tema de aprendizagem. Talvez, um dos cenários mais conhecidos é a flagrante desigualdade social expressa pela divisa de dois bairros extremamente diferentes. Na grande cidade de São Paulo, temos o bairro de Paraisópolis fazendo divisa com o bairro do Morumbi. O primeiro expressa o quadro de extrema pobreza de inúmeras das comunidades brasileiras de periferia, o segundo é o quadro da extrema riqueza de alguns indivíduos da população.

Nesse cenário, tomemos a realidade de um jovem que desenvolve um ativismo social assíduo. Ele faz parte de uma central de moradores do bairro, Paraisópolis, que luta para melhorar a vida da comunidade. Além das dificuldades financeiras enfrentadas pelos moradores, há, ainda, a falta de saneamento básico, o que gera alta incidência de doenças, a poluição, que vem das mansões do bairro vizinho, Morumbi, bem como a forte repressão por parte do poder público e das políticas de segurança. O jovem desse caso visa elaborar um projeto social que ajude a mudar essa realidade, compreendendo os aspectos envolvidos e as possibilidades existentes, tanto em relação à desigualdade social e à injustiça, quanto ao consumo consciente e à sustentabilidade. A questão é: como?

A resolução das questões suscitadas pela nossa situação-problema não passa por uma única via, muito menos abrange uma visão engessada ou preconceituosa de sociedade. É preciso avaliar todos os aspectos envolvidos nessa situação, como a desigualdade social, a injustiça e o uso indevido de recursos naturais por conta

de um consumismo sem consciência. A falta de cuidado com o meio ambiente e os recursos disponíveis torna as grandes cidades insalubres e propensos ao surgimento de doenças. Os fatos, os atos dos indivíduos, compõem um cenário no qual o convívio social se desenrola, assim, é imprescindível a busca por uma igualdade justa, uma interação entre desenvolvimento e sustentabilidade.

Você, estudante, encontrará desafios em sua carreira profissional que, certamente, estarão permeados pelos problemas sociais, aqui, levantados. Seja como arquiteto, engenheiro florestal, assistente social, agente de segurança pública, professor, engenheiro ambiental ou mesmo na área da informação, certamente, terá desafios que perpassam as relações sociais e seus desdobramentos. Uma engenheira ambiental pode traçar um plano de metas para adequação dos tratamentos de água e esgoto, evitando a poluição de córregos e rios. Um assistente social pode desenvolver ações que levem os indivíduos a ter acesso aos direitos sociais, viabilizando o atendimento das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social. Poderíamos fazer uma longa lista de ações a serem providas em praticamente todas as profissões.

Enfim, em todas as atividades profissionais, os temas da justiça social, da igualdade, da sustentabilidade e do consumo consciente podem ser vislumbrados e abordados de maneira teórica e prática. Dessa forma, a reflexão sobre os assuntos propostos para este tema deve partir de uma crítica, que é tanto teórica quanto prática, na qual você, valendo-se de suas experiências e conhecimentos prévios, poderá construir sua opinião de maneira autônoma e consciente.

VAMOS RECORDAR?

Estudante, o cenário proposto para nossa situação-problema é o retrato de um Brasil que apresenta uma das mais cruéis realidades de desigualdade social do mundo. Para entendermos melhor esse cenário, é preciso conhecer todos os aspectos nele envolvidos. A desigualdade territorial nos grandes centros urbanos, a falta de acesso ao saneamento e planejamento urbano, a violência e a falta de oportunidade. Em vista disso, para recordarmos a relação desses aspectos com o quadro proposto, indicamos a leitura do artigo jornalístico *Para moradores de Paraisópolis, vida média é 10 anos mais curta que no vizinho Morumbi*.

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

SOCIEDADE MODERNA: CLASSES, CONSUMO E RELAÇÕES SOCIAIS

Quando entramos em uma discussão sobre classes sociais, consumo, responsabilidade social e relações sociais, é indelével uma ferrenha dicotomia entre duas visões hegemônicas. De um lado, uma perspectiva mais liberal, que aponta para uma meritocracia que define os lugares sociais dos indivíduos, tanto econômica quanto politicamente. Em outra ponta, uma perspectiva tida como mais progressista, principalmente de vertente socialista, que apresenta a sociedade dividida em duas classes sociais.

Comecemos, então, com a **perspectiva liberal**, para em seguida nos debruçarmos sobre a visão socialista, ou mesmo uma visão progressista menos radical, mas que esteja em consonância com tal visão. Após esse primeiro movimento, nos deteremos na compreensão das relações de consumo dentro da sociedade

**Classes sociais,
consumo,
responsabilidade
social e relações
sociais**

moderna capitalista. Tais relações de consumo são determinantes para compreender as relações sociais existentes nessa sociedade, que é politicamente constituída em torno da noção de Estado, bem como economicamente estabelecida sobre as bases do modo de produção capitalista.

Muito se tem tratado do liberalismo clássico, bem como do chamado neoliberalismo. Pode-se afirmar, com ressalvas em alguns pontos econômicos, que as duas vertentes fazem parte da mesma corrente de pensamento. Entretanto, o neoliberalismo ganhou força e destaque, principalmente, após o final do período da Guerra Fria e a abertura de mercado nos países subdesenvolvidos nas décadas de 1980 e 1990. Sobre tal tema, temos a opinião de Viana e Silva (2018, p. 2109):



Nessa grande produção mundial sobre o tema, o neoliberalismo foi visto como ideologia, como política econômica, como coalizão política hegemonic, como política das elites, como conservadorismo, como nova forma de imperialismo e como razão do mundo, para ilustrar algumas perspectivas de análise mais importantes dos últimos anos

Por esse prisma pode-se compreender que a vertente neoliberal abrange uma discussão sobre uma enorme gama de setores da sociedade, principalmente, entre os países tidos como mais desenvolvidos. Essa informação é muito importante para se valorar a importância da perspectiva liberal dentro de uma discussão sobre a constituição da sociedade e suas classes sociais. Seja a partir de uma perspectiva liberal clássica, seja por meio de uma lente neoliberal mais atual, a questão é que o cerne dessa corrente está na noção de meritocracia e livre ação econômica dos indivíduos.



INDICAÇÃO DE LIVRO

O Fim da História e o Último Homem

Editora: Rocco

Autor: Francis Fukuyama

Sinopse: Nesta obra, Francis Fukuyama defende a visão liberal de mercado, alavancado pelo fim da Guerra Fria e a vitória dos países do Bloco Capitalista, Fukuyama indica que o modelo liberal, político e econômico, é o ápice da História humana. Sua projeção é a de que o modelo liberal capitalista conquistou uma hegemonia tal que não pode ser superado por nenhum outro modelo. Este livro embasa bem a temática liberal que temos indicado em nossa discussão, apontando, segundo o autor, os motivos pelos quais o liberalismo seria o melhor modelo.



Em outros termos, o liberalismo tem como premissa a noção de que cada indivíduo deve ser livre e autônomo para desenvolver suas potencialidades, suas habilidades e estabelecer suas atividades produtivas e econômicas.

A partir dessa perspectiva, os indivíduos que conseguem mais êxito terão melhores condições econômicas e sociais, não podendo ser limitados ou prejudicados pelas instituições públicas. As classes sociais seriam, então, o arranjo justo dessas disputas, que devem ser livres e favorecer o esforço pessoal de cada indivíduo. Como apontam Wayne e Cabral (2021, p. 3):



O etos da meritocracia de (i) liberdade individual, de (ii) frutos justos do trabalho árduo e dos (iii) talentos e a ideia de mobilidade social alheia às origens de classe triunfando sobre as barreiras sociais foi fundamental para a marca de Conservadorismo de Margaret Thatcher, nos anos 1980, e para a marca do Liberalismo Social de Tony Blair, durante o período dos governos do Novo Trabalhismo entre 1997 e 2010 (WAYNE; CABRAL, 2021, p. 3).

Para o liberalismo, o fator determinante para definir a situação econômica de um indivíduo é seu mérito, seu esforço, o qual não se prende a definições de classes sociais. A solução, então, seria proporcionar cada vez mais liberdade para que as pessoas pudessem desempenhar suas potencialidades, seus esforços, alcançando, assim, uma ascensão social justa. Nesse cenário, segundo a perspectiva liberal, o Estado não precisa intervir com políticas de distribuição de renda ou arrefecimento das diferenças sociais, sua única função é garantir a liberdade de cada indivíduo e o livre comércio.

O modo de produção capitalista veio corroborar a visão liberal, dando subsídios para se acreditar que é apenas o mérito, a livre iniciativa e o esforço, o caminho para se alcançar uma boa situação econômica e social. Vários países da América Latina aderiram a essa perspectiva, principalmente, após o fim das ditaduras militares implantadas durante a chamada Guerra Fria.

Como indicamos no início, na outra ponta dessa discussão, temos uma perspectiva tida como mais progressista. Seja de cunho plenamente socialista, seja em uma vertente menos radical, a noção de luta de classes é o oposto teórico da chamada meritocracia defendida pelo liberalismo clássico e o neoliberalismo.

O chamado socialismo científico, teorizado por Karl Marx e Friedrich Engels, aponta a luta de classes e a posse privada dos meios de produção como principais causas da desigualdade social e da pobreza. Nessa perspectiva socialista, os indivíduos que pertencem às classes dominadas, as quais não possuem os meios de produção e precisam vender sua força de trabalho, nunca conseguirão mudar sua condição social. Dessa forma, há uma luta de classes que se desenrola durante toda a História humana, a qual determina também as condições de vida e todas as construções políticas, sociais e culturais.



Esses fundamentos teóricos estabelecem o chamado **materialismo histórico-dialético**, em outros termos, todas as condições de vida, as instituições sociais, políticas e culturais, são determinadas pela organização da vida produtiva em vista das necessidades dos indivíduos. Nos dizeres do próprio Marx (1985, p. 173): “Uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade baseada no antagonismo de classe. A emancipação da classe oprimida implica, assim, forçosamente, a criação de uma nova sociedade”.



INDICAÇÃO DE FILME

Eles Não Usam Black Tie

Sinopse: longa-metragem que visa expor a realidade de um grupo de trabalhadores de uma fábrica. Em meio às dificuldades da vida e da escassez de recursos, as pessoas lutam contra uma condição social desfavorável. O longa-metragem apresenta uma visão de luta de classes, a qual ilustra bem o que indicamos, aqui, como sendo o cerne da teoria socialista sobre este tema. A disputa entre aqueles que precisam vender sua força de trabalho e aqueles que possuem os meios de produção. Como vimos até o momento sobre este tema, esta é uma visão socialista. Além disso, o longa-metragem também mostra a questão da precariedade das moradias, assunto que também discutimos.



Sob essa ótica teórica, a corrente socialista inspirada por Marx e Engels defende a revolução da classe trabalhadora como única forma efetiva para se acabar com a histórica luta de classes. Tal revolução implicaria diretamente na extinção da propriedade privada e no completo controle do Estado, sob poder do proletariado, até a própria extinção do Estado em uma sociedade comunista real. Entretanto, várias vertentes teóricas se apropriaram do pensamento marxista, criando uma gama enorme de interpretações. A principal experiência socialista na História foi a Revolução Bolchevique de 1917 na Rússia.

Algumas das vertentes menos radicais instauraram uma teoria progressista que visava à luta pelos direitos dos trabalhadores, a ação do Estado para a diminuição das diferenças sociais e a constituição de uma justiça social que permita aos indivíduos o acesso a trabalhos dignos. Essa perspectiva progressista ganha força após a queda do chamado “bloco socialista”, o qual era representado, principalmente, pela União Soviética e a Alemanha Oriental.

Com a queda desses dois governos no final das décadas de 1980 e 1990, as interpretações progressistas, de influência socialista, começaram a ganhar terreno. Esse fenômeno levou ao surgimento de partidos políticos e organizações sociais tidas como de centro-esquerda, as quais não defendiam a revolução proletária, mas defendiam políticas e ações em defesa da classe trabalhadora e dos menos favorecidos.



PENSANDO JUNTOS

Como você, estudante, pode inferir, são visões bem antagônicas: de um lado a perspectiva neoliberal de que se deve incentivar a iniciativa privada e a meritocracia; do outro, a perspectiva socialista de que se deve haver uma revolução social, pondo fim à propriedade privada e, consequentemente, à luta de classes. Certamente, você é capaz de analisar todos os aspectos e constituir sua opinião crítica e reflexiva sobre o tema. Além disso, pode também concluir que cada visão implicará em uma abordagem distinta sobre o consumo e as relações sociais.

Quando tratamos de consumo dentro da sociedade capitalista, estamos falando de uma ampla gama de relações econômicas, sociais e culturais. Não se trata apenas de relações de compra e venda, mas também de organização produtiva, status social e criação de padrões. Todo esse amplo espectro socioeconômico que constitui a sociedade capitalista moderna direciona os indivíduos para rela-

ções estabelecidas em diversos níveis. Podemos ser de classes sociais diversas e convivermos em áreas comuns, tais como shoppings, academias, áreas de lazer e diversão, locais de trabalho, faculdades, colégios etc.

Todavia, quando olhamos para a divisão social a partir do poder aquisitivo de cada classe, podemos perceber que há um tipo de separação em vista daquilo que é a realidade econômica de cada grupo. Sendo assim, há uma projeção de sonhos, expectativas e objetivos que podem ser compartilhados por indivíduos de diferentes classes sociais, mas que estão acessíveis a poucos indivíduos de algumas classes sociais.

Esses fatores, como posto, influenciam as relações de consumo e as relações sociais. Os indivíduos que pertencem a classes sociais de baixo poder aquisitivo, em geral, consomem os bens, produtos e serviços que estão acessíveis. Na maioria das vezes, são produtos de marcas mais baratas, majoritariamente itens de primeira necessidade, ou seja, não são bens supérfluos. Deve-se ressaltar que tal consumo não se restringe a bens e produtos, mas a serviços, viagens, educação, saúde etc.

O mercado financeiro se organiza em vista dos costumes e dos hábitos de consumo de cada camada da população. Um dos principais referenciais para essa organização é a classificação econômica dos grupos sociais. Tal classificação se dá por meio da faixa de ganho real das famílias, variando de menos de um salário mínimo até 20 salários. Dessa forma, uma família pode ser classificada como sendo da classe A, B, C, D ou E.

Esse fator é mais válido para se medir o poder aquisitivo dos indivíduos e grupos sociais, todavia, não traduz de forma completa a realidade da população brasileira. Quando se diz que um grupo social ficou “mais pobre”, não quer dizer apenas que ele está com uma renda menor. O que realmente conta é o poder aquisitivo dos indivíduos, ou seja, se o que ele consegue comprar hoje com sua renda é menos do que poderia comprar há dois anos atrás, então, ele ficou “mais pobre”.

Dessa maneira, quando pensamos em classes sociais e consumo, devemos ter em mente que não se trata apenas da relação “salário x consumo”, mas também das condições sociais e políticas da sociedade como um todo. A convivência dos indivíduos em suas diversas relações sociais é marcada por uma desigualdade que, em muitos casos, passa despercebida.

Quando se olha por esse prisma, é possível perceber que viver e conviver em sociedade é um processo dinâmico, mutável e plural. Os sentimentos de pertencimento e inclusão são dependentes dessas relações, cada indivíduo se sente inserido em sua realidade social e pertencente a um grupo ou classe.

EQUIDADE, JUSTIÇA E CONTROLE SOCIAL

Para começarmos a abordagem dos assuntos desta seção, precisamos antes delinear brevemente o que se configura como justiça e equidade. A justiça recebe uma conotação universal, normativa e deontológica, como nos instrui Rawls (1997, p. 7): “o conceito de justiça se define pela atuação de seus princípios na atribuição de direitos e deveres e na definição da divisão apropriada de vantagens sociais. Uma concepção de justiça é uma interpretação dessa atuação”.

Desde as Revoluções Burguesas dos séculos XVII e XVIII, a ideia de que deve haver uma igualdade de direitos para todos os indivíduos tem sido o mote principal do chamado Estado Moderno de linhagem liberal clássica. “Todos são iguais perante a lei”. Uma divisa que tem sido usada como fundamento de uma sociedade, na qual dos direitos e deveres não conhecem divisão de classe, religião, etnia ou gênero. Todavia, é preciso compreender que tal concepção traz uma “universalização” da justiça enquanto algo que “iguala” os sujeitos. Vários autores, críticos a essa construção, têm argumentado que há um encobrimento da real desigualdade social, uma vez que tal noção de justiça não leva em consideração as diferenças econômicas e sociais.

O liberalismo clássico, principalmente aquele de John Locke, Alexis de Tocqueville e Benjamin Constant, promulgava exatamente o caráter “igualitário” que a noção de direitos e justiça trazia. Entretanto, para esses autores, se há igualdade em demasia não se tem liberdade, uma vez que cada indivíduo deve ser livre para desenvolver suas potencialidades. Vejamos a opinião de Constant ([201-?], p. 10): “A independência individual é a primeira das necessidades modernas. Consequentemente, não se deve nunca pedir seu sacrifício para estabelecer a liberdade política”. Nesses termos, a liberdade individual é a garantia primeira de toda e qualquer justiça que possa haver de maneira institucionalizada no Estado.

Seu caráter de universalização é imprescindível para se pensar uma liberdade entre os sujeitos, todavia, sem limitações que possam advir de uma excessiva “igualdade”, a qual poderia tolher a livre iniciativa dos sujeitos. No Estado Moderno, a justiça está institucionalizada através dos dispositivos jurídico-políticos que compõem a própria disposição desse Estado enquanto “ente”. **O que significa isso?**

Significa que o Estado, enquanto “ente jurídico-político” imparcial, deve garantir a todos os indivíduos o mesmo tratamento, os mesmos direitos e os mesmos deveres. Não pode agir de forma arbitrária com nenhum sujeito, por qualquer motivo que seja, independentemente da classe social ou poder aquisitivo.

No entanto, e a normatividade? A justiça é normativa, pois estabelece os modos de ação aceitos dentro do convívio social, além disso, estabelece as diretrizes para as relações sociais e as disputas. Dentro do tecido social, as interações ocorrem de maneira a relacionar indivíduos de diferentes classes e grupos sociais. É importante compreender que esse processo é normatizado exatamente pelas leis, pelos direitos, pelos deveres comuns a todos os indivíduos.

É interessante perceber que tal normatividade é alicerçada em diretrizes sociais estabelecidas de maneira cultural, através de princípios e valores compartilhados. Em outros termos, a normatividade das leis é lastreada por uma compreensão coletiva do que é correto, aceito e permitido. O indivíduo não precisa conhecer todo o Código Civil Brasileiro para saber o que ele pode ou não fazer, o que é crime ou não, de maneira geral.

A justiça exerce seu caráter normativo, estabelecendo os direitos de cada um e os deveres de todos, porém, como já indicado, desenvolve tal expediente a partir da compreensão de que “são todos iguais”. Novamente, é preciso pontuar que existem críticas a tal visão. Como estabelecer “igualdade jurídica” entre “desigualdade econômica e social”? Fazendo um contraponto à perspectiva de Rawls, autor citado anteriormente, temos a visão de Macintyre (2001):



Rawls torna fundamental o que é, com efeito, um princípio da igualdade com relação às necessidades. Sua concepção do setor mais pobre da comunidade é uma concepção daqueles, cujas necessidades são as mais graves com relação à renda, riqueza e outros bens [...]. Para Rawls, é irrelevante como foi que os que estão agora passando por necessidades graves chegaram a tal situação (MACINTYRE, 2001, p. 415).

Os pontos indicados, aqui, por Macintyre (2001), reverberam na crítica de vários autores.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Como a tão aclamada “igualdade”, proporcionada pela justiça, pode, de fato, tornar justa a vida em sociedade?

A normatividade da justiça seria então um “guarda-chuvas” para resguardar os privilégios daqueles que pertencem às classes mais abastadas e melhor posicionadas socialmente. Essa discussão nos leva ao próximo delineamento necessário.

E se tratando de equidade, o que se pode argumentar? Bem, a noção de equidade tem gravitado entre vários polos distintos. Para algumas vertentes, trata-se apenas do resultado prático da justiça; para outras, é um tipo de igualdade social que vai além do universalismo e da normatividade da justiça presente no Estado Moderno. Em termos gerais, pode-se asseverar que a noção de “equidade” se relaciona com a noção de “igualdade”, uma vez que esta última não está totalmente realizada no âmbito da “justiça normativa”. Bem, tendemos clarificar um pouco essa relação.

Como já posto, a justiça pensada de maneira universal e normativa engloba todos os indivíduos em um mesmo nível de igualdade. Entretanto, no tecido social, o que se vê é uma gritante desigualdade que permeia praticamente todos os níveis de interação social. Nesse sentido, a equidade é a disposição de se “corrigir” aqueles pontos que se mostram insuficientes para garantir a real aplicação da justiça em termos sociais, jurídicos e políticos. Tomemos a instrução de Cunha (2013, p. 19):



Por isso, a equidade impõe-se como uma exigência derivada da necessidade de temperamento das consequências pessoais, familiares ou sociais desfavoráveis, surgidas pela inevitável generalidade e abstração das leis. Se tomarmos essa peculiar carência normativa como um erro, a tarefa do equitativo seria a de corrigi-lo. Porém,

como vimos, não se trata propriamente de uma falha na instituição da regra de Direito, mas de uma sua característica intrínseca. As regras jurídicas têm um modo de ser que não lhes permite alcançar, na sua abstração e generalidade, a riqueza das circunstâncias da situação que pretendem regular.

Torna-se bastante esclarecedora a opinião do autor, uma vez que já se indicou que a justiça, enquanto universal e normativa, enxerga a todos como iguais, porém, no substrato social, o que ocorre é exatamente o oposto. Por esse viés, pode-se compreender que a equidade é correlato necessário da justiça, visando a “equilibrar” um processo que não é em si mesmo perfeito ou isento de falhas.



PENSANDO JUNTOS

No entanto, como pensar essa equidade em termos práticos na sociedade? Como podemos articular essa relação entre justiça e equidade com a questão das classes sociais?

Bem, certamente se levantarão várias propostas, mas o cerne da questão é como manter a liberdade de todos e os direitos de cada um. Em termos políticos, a equidade social, enquanto **“justiça social equitativa”**, visa a arrefecer as desigualdades sociais, a partir de dispositivos legais, políticos e econômicos, que possam garantir melhores condições para os indivíduos em desvantagens.



Entre essas ações, podemos salientar as chamadas “políticas afirmativas”, programas, ações e projetos do poder público, que visam estabelecer uma igualdade e uma justiça social para grupos menos favorecidos ou marginalizados. Podemos citar as cotas raciais, os auxílios sociais que visam prover uma melhor distribuição de renda, bolsas de estudos e financiamento estudantil, entre vários outros. O viver e o conviver em sociedade não estão margeados apenas pelos aspectos políticos e jurídicos, mas também por processos de empatia, reconhecimento e cuidado.

A equidade deve ser entendida como uma condição necessária para se arrefecer os desdobramentos da “questão social”, inibindo, assim, o desarranjo social que poderia advir de uma desigualdade extrema. Para tentarmos ilustrar, de maneira interpretativa, a diferença entre justiça e equidade, podemos pensar na seguinte situação: imagine um grupo com cinco pessoas, o qual recebe um bolo para ser dividido entre essas pessoas. Se dividirmos o bolo em dez pedaços iguais e dermos dois para cada pessoa, estaremos sendo justos, dentro de uma visão normativa e universal de justiça igualitária.

Entretanto, ao sabermos que, entre essas cinco pessoas, duas estão sem comer há dois dias e três tomaram café da manhã, almoçaram e jantaram, decidimos dar dois pedaços maiores para as pessoas que estão sem comer há dias. Dentro de uma visão de equidade, estaríamos tentando adequar a situação à necessidade diferenciada, ou mais urgente, daquelas pessoas.

Se analisarmos dentro de uma perspectiva de classes sociais, fica claro que há classes menos favorecidas, as quais apresentam necessidades mais urgentes e carências tão profundas que não podem ser sanadas pela simples justiça normativa ou universal. Por esse prisma, dentro de uma sociedade na qual há uma clara desigualdade social, a equidade se coloca como fator preponderante para se alcançar uma “justiça social” mais efetiva. Como consequência, o viver e o conviver entre os indivíduos poderá ser mais justo, seguro e proveitoso.

Em complemento a essas disposições sociais estabelecidas pela justiça e pela equidade, pode-se, ainda, ressaltar a importância do controle social. De maneira geral, como prerrogativa do Estado, o uso da força e da coerção só pode ser utilizada pelas forças legislativas, judiciais e policiais estabelecidas pelo poder público. Em outros termos, cabe ao Estado, a partir de suas instâncias e instituições, prover

a segurança, a liberdade e a efetivação das leis, a partir de um controle social que possa garantir a todos os indivíduos uma boa relação com o grupo.

Entretanto, em vista da desigualdade social, esse processo de manutenção da ordem e da segurança é prejudicado. Quando se fala em controle social, para muitas pessoas, o termo pode “soar” como “repressão” ou “limitação”. Todavia, a conotação que assumimos, aqui, é a de garantia de relações seguras e iguais para todos os indivíduos a partir de dispositivos de ordenamento social. Por essa conotação, pode-se entender que a participação popular, da sociedade civil, também contribui para o controle social. Sendo as instituições públicas legitimadas pela vontade popular, por consequência, as diretrizes tomadas por essas instituições devem se coadunar aos objetivos da população.

Por esse prisma, o controle social deve ser um processo mútuo, o qual é legitimado pela vontade e participação popular, a sociedade civil em suas diversas expressões, bem como exercida de maneira prática pelas forças públicas instituídas em todos os níveis de governo. Se o poder público, com a intenção de manter o controle social, fere a vontade popular ou sua legitimação, o que se instaura é um estado de violência institucional. Em outros termos, o poder público age por interesse próprio ou por interesse de determinado grupo social.

Casos assim são vistos em sociedades extremamente desiguais, nas quais o poder público age em favor das classes dominantes, utilizando o controle social, de maneira truculenta, contra as classes menos favorecidas. Vê-se, também, em governos ditatoriais, nos quais as forças públicas são utilizadas para manter um regime de exceção e coerção.



O Brasil, infelizmente, sofre historicamente com essa discrepância entre controle social e legitimização social. Como pontua Florestan Fernandes (2008), a população negra no Brasil, desde o fim da escravidão, sofreu um controle truculento por parte do Estado, devido a um resquício cultural e ideológico advindo das classes brancas dominantes. Vejamos um trecho de uma reportagem jornalística que trata dessa questão:



No estado de São Paulo, as polícias mataram mais de uma pessoa por dia ao longo de 2022, totalizando 414 casos, segundo balanço da Secretaria de Segurança Pública. Desses, 62,5% foram identificadas como pessoas negras. Em janeiro deste ano, foram 37 mortes classificadas como “intervenção policial” (MELLO, 2023, on-line).

Como consequência desse quadro social trágico, no qual uma determinada população sofre maior repressão das forças públicas, a conotação que se tem do controle social é exatamente aquele de repressão e injustiça. Quando olhamos o cenário a partir de um ponto de vista de classes, o resultado não é mais animador. Esses desvios, do que deve ser um controle social baseado na cidadania, na participação popular e na ação democrática das instituições públicas, precisam ser abordados a partir das temáticas da justiça social, da equidade e igualdade.

O controle social não precisa ser um processo de repressão que aprofunde mais ainda o enorme abismo de classes no Brasil. É necessário que a sociedade civil e o poder público instituído caminhem juntos para a construção de uma sociedade aberta, participativa e que busque o equilíbrio para o conviver de todos os grupos sociais.

**APROFUNDANDO**

O termo “controle social” tomou conotações diversas no decorrer do século XX, desde os apontamentos da chamada Teoria Crítica, de autores como Adorno e Horkheimer, que viam na sociedade moderna um processo de massificação da cultura e dos indivíduos, o termo ganhou um emprego crítico. Controle social passou a ser sinônimo de repressão, violência institucional e discriminação. Todavia, em uma perspectiva participativa, a partir de políticas populares de inclusão social, o termo passou a ter um sentido de ação coletiva da organização civil e suas representações. Sendo assim, é possível encontrar artigos, livros e diversos outros materiais, principalmente dentro da discussão política, que trarão essa dicotomia.

HUMANIZAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL

O viver e o conviver em sociedade, com todos os desafios, desigualdades e injustiças, só é possível a partir de um “compartilhamento”. Ao se relacionarem entre si, os indivíduos estabelecem um compartilhamento complexo no tecido social. Compartilhamos espaços, ideias, concepções, objetivos, esperanças, crenças e valores. Claro que as diferenças estão presentes, mas, em geral, a sociedade se articula dentro de uma “esfera de compartilhamentos”. Essas características são próprias de nossas relações humanas. Ao longo de milhares de anos de evolução, aprendemos a nos relacionar e a depender uns dos outros. Mesmo com todas as imperfeições e desigualdades, conseguimos construir uma sociedade minimamente capaz de nos oferecer o que precisamos.

Ao longo do tempo, muito se questionou sobre o nível de envolvimento dos indivíduos nesse processo de compartilhamento. As relações sociais desiguais e as diversas disputas políticas e econômicas minaram os avanços éticos que a humanidade alcançou ao longo dos séculos. Em meio a essa aparente descrença, nas últimas décadas, os temas da ética, do cuidado à vida, do meio ambiente, bem como das relações sociais compartilhadas no tecido social ganharam força e importância.

“

No contraponto, do meio do século XX para cá, começam a se desenhar respostas para a sociedade assim estabelecida. Direitos humanos, bioética, proteção ambiental, cidadania, mais que conceitos emergentes, são práticas que vão ganhando espaço no dia a dia das pessoas, chamando-nos para o trabalho de construção de outra realidade (RIOS, 2009, p. 254).

Esse processo de valorização e fortalecimento dos temas éticos e sociais tem consituído um movimento de “humanização” das relações sociais e das instituições. A recompensa dessa humanização das relações sociais é a melhora da convivência e a busca de soluções para as profundas e graves desigualdades sociais. Como se pode perceber na opinião de Rios (2009), trata-se de uma visão mais ampla de sociedade, na qual se abarca também a preocupação com o meio ambiente, a bioética e conceitos basilares como cidadania e direitos humanos.

Levanta-se um tema muito importante e a questão da sustentabilidade dentro de um projeto social humanizado, mais amplo e preocupado com as desigualdades sociais. Quando se fala em sustentabilidade, não se restringe a discussão a temas relacionados ao clima, a proteção de florestas e povos originários. O planejamento sanitário dos grandes centros urbanos, a preservação de áreas verdes nas cidades, a preocupação com áreas de riscos nas periferias e o consumo consciente são questões envolvidas na discussão sobre a sustentabilidade.



Pensando primeiro no consumo consciente, precisamos perceber que há duas perspectivas: uma que diz respeito ao que “se tira” do meio ambiente, outra que se refere ao que “despeja” nele.

O consumo excessivo de água, energia, recursos naturais em geral, o esgotamento de áreas verdes pela degradação são problemas que se agravam com o crescimento dos centros urbanos. Mais áreas são demandadas para produção de energia, mais rios e riachos são comprometidos para o abastecimento, agravados por um consumo desordenado. O consumo consciente deve passar por uma mudança tanto dos indivíduos quanto do poder público, principalmente no modo como as cidades são geridas em suas demandas.

A outra perspectiva está centrada, exatamente, naquilo que jogamos no meio ambiente, o produto descartado de um consumo desordenado. Quanto mais se consome, mais lixo e degradação se cria. Ao olharmos esse problema do ponto de vista social de classes, podemos perceber que as classes mais abastadas acabam por demandar mais recursos, em forma de energia, bem como por produzir mais descarte. Todavia, quem mais sofre com os resultados de um meio ambiente degradado são os moradores de áreas periféricas e de risco nos grandes centros urbanos.

Por esse prisma, gerir um uso consciente dos recursos naturais, bem como o descarte do lixo produzido, perpassa, também, a preocupação com a justiça social e a humanização nas relações. Se avaliarmos fatores como coleta de lixo, infraestrutura de saneamento, fornecimento de água, produção de lixo *per capita*, consumo de energia elétrica, veremos que os bairros concentrados em áreas nobres estão mais bem estruturados e demandam mais recursos. Como sustenta Coelho (2001), para se compreender, comparativamente, as estruturas sanitárias e de abastecimentos dos centros urbanos, é preciso uma abordagem social e histórica.

Essa discussão é importante para entendermos como as temáticas da justiça social, da equidade, da sustentabilidade e da humanização nas instituições se coadunam em uma perspectiva mais complexa e intrincada. A organização espacial das cidades é influenciada pela forma como as classes sociais e os grupos se organizam em vista de seu poder aquisitivo. A partir daí, a desigualdade social pode se agravar, uma vez que as classes mais abastadas contam com melhor estrutura e suporte. Tal quadro leva à necessidade de ações públicas e privadas que visem eliminar ou

pelo menos, arrefecer, as consequências de tais desigualdades por meio da busca de uma equidade. Uma vez estabelecida essa perspectiva, as instituições se tornam mais humanizadas, dando ênfase no cuidado às pessoas, às relações éticas e à vida.

Certamente, os desdobramentos dessas afirmações poderiam ser ampliados para diversas outras abordagens. Dentro do escopo a que nos propomos neste tema de aprendizagem, compreendemos que se trata de uma discussão válida e extremamente importante para a integração social. Parece-nos necessário salientar que essa integração social é possível dentro dos parâmetros já discutidos aqui, ou seja, a partir de consensos sociais, políticos, econômicos e jurídicos. Ao se estabelecer que é necessário combater a desigualdade, a injustiça, os problemas ambientais e sanitários, a falta de oportunidade para as classes menos favorecidas, tendo, como esteio, os arranjos político-jurídicos do Estado de direito, promulga-se, também a necessidade de ações coletivas.

A integração social trata exatamente desse arranjo possível, no qual as ações coletivas, fomentadas pela sociedade civil e o poder público, se direcionam para os problemas sociais que afetam a sociedade. O primeiro movimento, para tal realidade, é exatamente reconhecer os problemas e propor soluções viáveis, integradoras, inclusivas e exequíveis. Dentro da perspectiva de controle social que abordamos anteriormente, é no conjunto de ações da sociedade civil e do poder público que os avanços se concretizam, se não houver consonância entre essas duas esferas, não haverá integração social.

NOVOS DESAFIOS

Estudante, como indivíduo inserido em uma sociedade, com planos, projetos e expectativas, certamente você já se deparou com diversas escolhas a serem feitas. No mercado de trabalho, as suas escolhas são decisivas para determinarem a realização de tais projetos, planos e expectativas. Assim, chegamos ao momento no qual buscamos vislumbrar como a teoria estudada pode nos ajudar na prática e na tomada de decisões assertivas.

Independentemente de sua profissão, as questões sociais permearão as ações e as decisões que deverá tomar, tendo como suporte o conhecimento que adquiriu com sua vivência e com seus estudos. Neste tema de aprendizagem, pudemos discutir aspectos importantes da organização social.

Em sua opinião, tal discussão foi pertinente para sua realidade profissional, já vivenciada ou almejada? Buscando ser o profissional que você deseja, os assuntos que tratamos, aqui, serão importantes para sua formação? Embora sejam questões que parecem triviais, elas suscitam a necessidade de uma reflexão crítica.

Retomemos a situação apontada no início de nossa jornada, uma realidade cotidiana em um grande centro urbano, a qual demonstra os aspectos de desigualdade e injustiça social que discutimos aqui. Será que é possível uma integração social entre realidades tão distintas quanto aquelas vivenciadas pelos dois bairros vizinhos em São Paulo, Paraisópolis e Morumbi? A busca de uma justiça social, com igualdade e equidade, pode se realizar em uma sociedade sem empatia e humanização? Como podemos, por meio de nossas profissões, contribuir para a tão necessária integração social e a superação das desigualdades?

No seu cotidiano profissional, certamente, você irá se deparar com situações nas quais sua contribuição fará toda a diferença para o seu convívio social, o meio ambiente, as relações sociais. Se, como engenheiro ambiental, preparando planos de manejo de recursos naturais; como assistente social, direcionando pessoas para um atendimento adequado de suas carências; como agente de segurança pública, garantindo a segurança e a liberdade dos indivíduos sem discriminação; como um enfermeiro, tratando de forma humanizada seus pacientes e colegas de trabalho.

De maneira geral, sua atuação profissional estará inserida em uma cadeia de ações que implicará em todo um arranjo social. Poderá ser uma atuação empática, humanizada, ética e imparcial, ou poderá ser apenas um conjunto de ações técnicas e distantes da realidade social. Como apontado no início, são as escolhas que você fará, que determinarão os objetivos a serem alcançados em sua jornada profissional e em sua realidade social.

Aborde essa discussão com seus colegas, troque ideias, busque outras contribuições teóricas e práticas a partir do que discorremos aqui. Certamente, você terá sucesso em alcançar seus objetivos!

VAMOS PRATICAR

1. Em uma sociedade cada vez mais dinâmica, com interações sociais que estabelecem uma demanda cada vez maior de participação de todos os setores sociais, vê-se crescer a preocupação com o bem-estar, compreendendo que tal preocupação não é função exclusiva do poder público. Como instrui Cesar (2008, p. 158): "Na esteira dessa mobilização, várias entidades empresariais passaram a mobilizar, sensibilizar e ajudar as corporações a gerirem seus negócios, de modo sustentável e 'politicamente correto'. Com isso, as empresas intensificam suas críticas à ineficiência do Estado na administração da crise econômico-social, mas, ao mesmo tempo, reconhecem a sua incapacidade de responder sozinhas aos graves problemas sociais que assolam o país".

Fonte: CESAR, M. de J. **Empresa-cidadã**: uma estratégia de hegemonia. São Paulo: Cortez, 2008. p. 158.

A participação do setor produtivo na discussão sobre o bem-estar social e a sustentabilidade não se apresenta apenas como imposição por lei, é uma forma de interação, contribuição e retribuição para com a comunidade e o meio social. A partir dessas colocações, tendo em vista a citação feita, assinale, a seguir, qual seja a alternativa que melhor expressa o que deve ser a interação do setor produtivo, em vista de sua inserção social:

- a) O setor produtivo tem, como função social, prover geração de renda e emprego; dessa forma, sua inserção social está no campo econômico.
- b) Dentro do arranjo social moderno, todos os setores compartilham uma preocupação com o bem-estar; o setor produtivo se especializa na questão da sustentabilidade.
- c) O setor produtivo, inserido de forma ativa na sociedade, contribui para o bem-estar através da sustentabilidade, da humanização de suas atividades e da integração com a comunidade.
- d) O setor produtivo se insere na sociedade e contribui para o bem-estar, ao produzir bens acessíveis, mais baratos, para a população carente, pensando no consumo consciente.
- e) A inserção social das empresas, através da sustentabilidade, é uma questão que tem chamado a atenção dos executivos e dos políticos, por representar grande potencial de lucro rápido na área de preservação ambiental.

VAMOS PRATICAR

2. Dentro da construção social e política de uma determinada sociedade, é possível perceber dois níveis de criação de consenso e ordem: um nível mais subjetivo e outro mais objetivo. As leis são parte importante desse processo, principalmente em vista da garantia de liberdade e justiça. A partir dessa relação entre as leis e os consensos que as fundamentam, assinale a alternativa correta:
- a) As leis refletem consensos históricos e sociais de determinada sociedade, objetivados nas instituições públicas e seus ordenamentos.
 - b) As leis são dispositivos puramente simbólicos, sem qualquer caráter objetivo, pois refletem um consenso teórico sobre o que é justo.
 - c) O dispositivo das leis encontra sua objetividade na normatividade e nas punições, sendo essas funções subjetivas do Estado.
 - d) As leis são válidas como dispositivos coercitivos apenas por sua base objetiva, punitiva, não tendo aspectos teóricos.
 - e) Os consensos sociais que constituem as leis são objetivados apenas no Estado, não sendo existentes como fundamento popular.
3. “O agente dessa nova vida econômica será a cidade que desperta, se desenvolve e se transforma no elemento ativo da região. Lugar de proteção contra a insegurança, passa logo a constituir um centro de comércio. Nessas cidades, os homens se agrupam e se defendem, a um tempo, contra os perigos do banditismo e os excessos dos senhores. Graças ao trabalho, as cidades se enriquecem e podem adquirir suas franquias”.

Fonte: HUGON, P. **História das doutrinas econômicas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1962. p. 85.

As grandes cidades atuais se tornam centros de desenvolvimento, mas também de extrema desigualdade, violência e injustiça. Todavia, sua centralidade no desenrolar da História humana ainda é percebida. Analisando a citação feita, assinale a alternativa que melhor define a relação entre economia e desenvolvimento urbano:

- a) É possível perceber que a economia é a responsável pela degradação das cidades, causando insegurança e valorizando o comércio.
- b) As cidades foram e são importantes para o desenvolvimento econômico, possibilitando uma formação social maior e a produção de riquezas.
- c) Devido à violência existente apenas nas cidades, a economia se centrou no comércio, deixando de lado a busca pela igualdade social.
- d) No desenrolar da História, as cidades sempre foram constituídas primeiro por conta do comércio, depois foram sendo estabelecidas as relações sociais.
- e) Como indica a citação feita, o que levou à criação das cidades foi o banditismo, o qual atrapalhava o comércio, assim como a violência hoje nos grandes centros.

REFERÊNCIAS

- COELHO, M.C.N. Impactos ambientais em áreas urbanas: teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CONSTANT, B. **Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. Tradução de Loura Silveira. Belo Horizonte: UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, [201-?]. Disponível em: https://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/Constant_liberdade.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.
- CUNHA, R. A. V. Justiça e equidade. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 50, n. 198, abr./jun. 2013. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/50/198/ril_v50_n198_p7.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.
- MACINTYRE, A. **Depois da virtude**. São Paulo: Edusc, 2001.
- MARX, K. **A miséria da filosofia**. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Global, 1985.
- MELLO, D. Violência policial é expressão do racismo em diversas partes do mundo. **Agência Brasil**, São Paulo, 21 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/violencia-policial-e-expressao-do-racismo-em-diversas-partes-do-mundo>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. Tradução Almíro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- RIOS, I. C. Humanização: a essência da ação técnica e ética nas práticas de saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 253–261, 2009.
- VIANA, A. L. A.; SILVA, H. P. da. Meritocracia neoliberal e capitalismo financeiro: implicações para a proteção social e a saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, 2018.
- WAYNE, C.; CABRAL, V. N. de. Capitalismo, classe e meritocracia: um estudo transnacional entre o Reino Unido e o Brasil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. e117535, 2021.

GABARITO

1. Opção **C**. O setor produtivo tem como função social prover geração de renda e emprego, dessa forma, sua inserção social está no campo econômico. A alternativa está incorreta, pois a função social das empresas está ligada ao campo econômico, mas sua atuação não se restringe a ele, em uma visão de integração social.

Dentro do arranjo social moderno, todos os setores compartilham uma preocupação com o bem-estar, o setor produtivo se especializa na questão da sustentabilidade. A alternativa está incorreta, pois o setor produtivo não se especializa na sustentabilidade, uma vez que a sustentabilidade engloba uma série de ações e setores da sociedade. O setor produtivo contribui ao gerir o uso de recursos e fomentar um consumo consciente e um descarte correto dos materiais.

O setor produtivo, inserido de forma ativa na sociedade, contribui para o bem-estar através da sustentabilidade, da humanização de suas atividades e da integração com a comunidade. A alternativa está correta, pois a inserção do setor produtivo se dá em várias frentes, na questão da sustentabilidade, na humanização e valorização da ética nas atividades produtivas, bem como na integração social ativa, participando ativamente da vida da comunidade.

O setor produtivo se insere na sociedade e contribui para o bem-estar ao produzir bens acessíveis, mais baratos, para a população carente, pensando no consumo consciente. A alternativa está incorreta, pois o consumo consciente não está atrelado apenas ao consumo de itens e produtos de baixo custo.

A inserção social das empresas, através da sustentabilidade, é uma questão que tem chamado a atenção dos executivos e dos políticos, por representar grande potencial de lucro rápido na área de preservação ambiental. A alternativa está INCORRETA, pois a inserção social das empresas e do setor produtivo como um todo, tendo de uma visão de integração social, não deve visar ao lucro ou ganho político.

2. Opção **A**. As leis refletem consensos históricos e sociais de determinada sociedade, objetivados nas instituições públicas e seus ordenamentos. A alternativa está correta, pois apresenta as leis como resultado de um consenso histórico, que envolve não apenas aspectos jurídicos, mas também valores, costumes e princípios compartilhados socialmente.

As leis são dispositivos puramente simbólicos, sem qualquer caráter objetivo, pois refletem um consenso teórico sobre o que é justo. A alternativa está incorreta, pois indica que as leis são puramente simbólicas, entretanto, elas são objetivadas através das instituições públicas, dos direitos e deveres.

O dispositivo das leis encontra sua objetividade na normatividade e nas punições, sendo essas funções subjetivas do Estado. A alternativa está incorreta, pois as funções das leis não são apenas punitivas, mas também instrutivas, além disso, a punição não é a mera função subjetiva do Estado.

GABARITO

As leis são válidas como dispositivos coercitivos apenas por sua base objetiva, punitiva, não tendo aspectos teóricos. A alternativa está incorreta, pois as leis possuem fundamentos teóricos, além de fundamentos sociais, consuetudinários e valorativos.

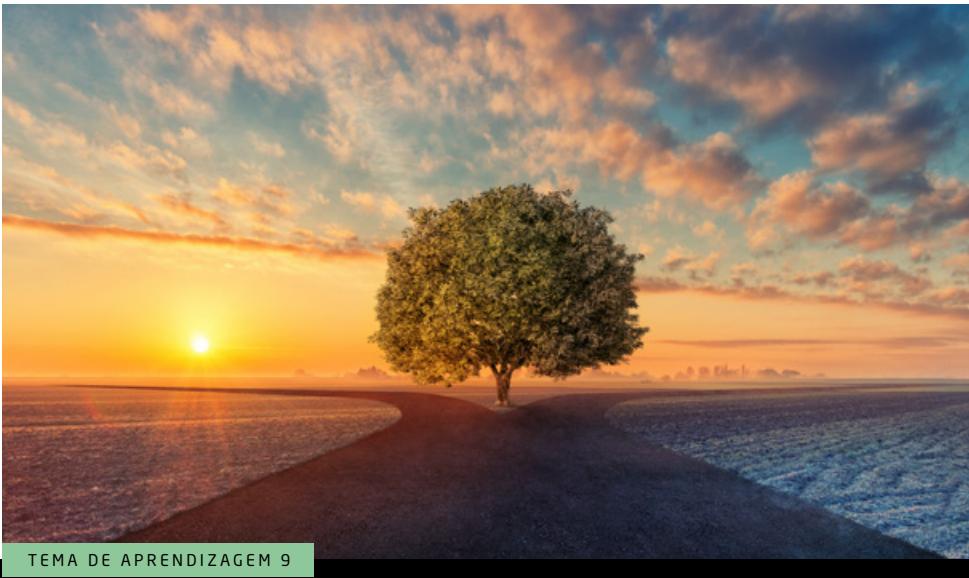
3. Opção **B**. É possível perceber que a economia é a responsável pela degradação das cidades, causando insegurança e valorizando o comércio. A alternativa está incorreta, pois a economia não é a responsável pela degradação das cidades, ao contrário, segundo a citação, ela alavancou o seu desenvolvimento.

As cidades foram e são importantes para o desenvolvimento econômico, possibilitando uma formação social maior e a produção de riquezas. A alternativa está correta, pois o surgimento das cidades permitiu o avanço do comércio e uma melhor sociabilidade dos indivíduos.

Devido à violência existente apenas nas cidades, a economia se centrou no comércio, deixando de lado a busca pela igualdade social. A alternativa está incorreta, pois a violência não existe apenas nas cidades, além disso, a economia é a esfera produtiva da sociedade. No desenrolar da História, as cidades sempre foram constituídas primeiro por conta do comércio, depois foram sendo estabelecidas as relações sociais. A alternativa está incorreta, pois como se pode extrair da citação contida na questão, primeiro há a formação da cidade, o que favorece o comércio e o enriquecimento.

Como indica a citação feita, o que levou à criação das cidades foi o banditismo, o qual atrapalhava o comércio, assim como a violência hoje nos grandes centros. A alternativa está INCORRETA, pois a formação das cidades vem primeiro, o que posteriormente garante a defesa contra o banditismo, além disso, o comércio não é afetado diretamente por ele.

MINHAS ANOTAÇÕES



TEMA DE APRENDIZAGEM 9

INDAGAÇÕES

MINHAS METAS

- Explorar a jornada pessoal de compreensão dos direitos humanos e seu impacto no eu, no você e no nós.
- Conhecer as maneiras pelas quais os indivíduos podem contribuir para a promoção e proteção dos direitos humanos.
- Refletir sobre minha própria identidade social e seu papel na formação de minha perspectiva sobre a nossa cidadania.
- Analisar os desafios atuais dos direitos humanos.
- Refletir sobre a responsabilidade pessoal como membro da sociedade e um ser cidadão, bem como os meios de propagar os direitos humanos e promover um mundo mais justo.
- Refletir sobre as mudanças atuais no mundo e, assim, incitar o seu protagonismo social.
- Entender as indagações.

INICIE SUA JORNADA

Começamos uma grande jornada! A história do **Eu, de Você e de Nós**, em uma sociedade e seu protagonismo. Vamos viajar juntos nestas construção histórica do Eu enquanto protagonista da formação do Nós e da nossa própria história.

Conectados aos preceitos que não vivemos ou convivemos sózinhos, fazemos parte da criação do Eu, de Você e de Nós. Você já embarcou nessa história há muito e muito tempo. Só vamos relembrá-la!

Isso é muito mais profundo, pois, se você percebeu, foi conduzido pelos autores em um processo de crescimento pessoal em todo o seu âmago, ou seja, buscou-se trabalhar, aqui, a **formação de um ser humano completo**, por isso, a analogia com uma “viagem”.

Nós estamos em uma viagem, **pessoal de crescimento**, e tenho certeza de que você, hoje, é uma pessoa melhor do que quando iniciou a estudar este caderno.

Temos que fechar este caderno, porém, infelizmente ou felizmente, ele não terminará nestas páginas que você está lendo. Agora, você está abrindo um **mundo todo de indagações**, ou seja, os “pontos de interrogações” que você está colocando para fazer o mundo melhor.

Você é um cidadão do mundo, consciente de seus direitos e seus deveres para tornar este um mundo melhor.

Você, cidadão do mundo

Está preparado para indagar a vida, as suas contribuições e o convívio em sociedade e, por isso mesmo, reforçar todos os aspectos relacionados ao direito humano e à cidadania, formando um ser humano completo, fechando todo o seu ciclo evolutivo e construindo uma ponte para o futuro.

VAMOS RECORDAR?

Para recordar melhor as questões relacionadas aos direitos humanos, convido-lhe a ler a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), publicada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a qual foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, em 10 de dezembro de 1948.



Você poderá acessar a DUDH em sua íntegra em português através do QR Code ao lado.

É uma leitura bem interessante, inclusive para gerar um debate com os seus colegas.

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

A JORNADA DO CIDADÃO

O ser humano é um ser em evolução. O ato de pensar faz cada ser humano único, diferente de tudo e de todos.

Atualmente, temos a revolução da inteligência artificial (IA) dominando os assuntos da internet, “bombando”, como se diz na gíria, mas, por outro lado, temos o telescópio James Webb, o qual, recentemente, trouxe imagens com detalhes impressionantes do que se acredita ser o início do universo, há milhões de anos.

São muitas as indagações do Eu para me compreender, para me significar e me ressignificar. Muitas as indagações do Você num contexto social, de protagonista desses momentos, das suas contribuições sociais individuais. Mais ainda, do grande conjunto que somos o todo, o Nós, da evolução da humanidade, da evolução social como um todo.

Se você começar a fazer uma autorreflexão ou, ainda, debater em grupo sobre esses temas evolutivos, provavelmente verá como somos tão diferentes e como os nossos pensamentos são tão disparecidos.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Da filosofia de Sócrates, Platão e Aristóteles, dos áureos tempos da Grécia Antiga aos pensamentos atuais relacionados à IA, o ser humano seria o grande "X" da equação, pois ninguém sabe os rumos de seus pensamentos?

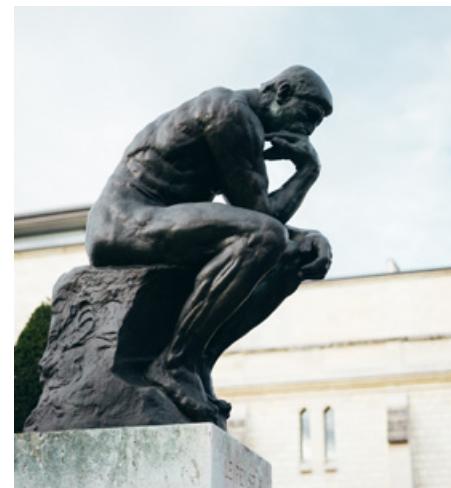
Indagações, perguntas e são questionamentos foram os elementos que nos trouxeram até aqui, e o que nos levará ao futuro.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Mas como podemos crescer? Como a nossa sociedade pode evoluir?

Isso, a História responde: tudo o que você e eu vivenciamos está relacionado a nossa evolução como sociedade, e a junção das pessoas em comunidade, em cidades nos trouxe até onde estamos hoje.

Cada dificuldade vivida pela sociedade foi um grande empurrão para se pensar e trabalhar a sua evolução. Veja a Revolução Francesa, a pandemia da "Peste Negra", a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Todas as dificuldades da época geraram perdas, mas também evoluções.



**EU INDICO**

Para você entender essa evolução de pensamentos, quero lhe indicar a leitura de um texto muito antigo que retrata bem essas indagações que fazemos. Gostaria que você lesse e refletisse sobre o texto de Platão, *A Caverna de Platão*, um mito que tem corrido os estudiosos pelos séculos e está cada vez mais atual.

Ao procurar por “Caverna de Platão” no YouTube, também irá encontrar diversos vídeos interessantes sobre o tema, como este que estou lhe indicando.

Pense e reflita sobre o tema assunto e em como ele se correlaciona com o que Platão já ensinava há muitos séculos.

Direitos humanos e cidadania

A história do Eu, de Você e de Nós começa em entendermos, então, quais são os nossos direitos e deveres, e, assim, termos uma convivência harmônica na sociedade atual.

Assim, as legislações locais e os costumes culturais são um grande balizador para o nosso protagonismo humano e social.

Muitas vezes, as pessoas se horrorizam com certos costumes e culturas, mas que, para o povo local, são situações comuns. Por isso, devemos entender e compreender que nem tudo que Eu posso não aceitar é errado, pois a humanidade é feita de diversidade de pensamentos, gostos, religiões, culturas e etnias.

Nesse sentido, podemos dizer que o Direito Humano é um conceito básico, que todos precisamos entender e praticar.

Conforme Pieritz, Bonetti e Franzmann (2016, p. 24) expressam:



Os direitos humanos são o direito próprio que está intrínseco na vida do cidadão. Nessa linha é possível compreendermos que cada ser humano pode usufruir de seus direitos, independentemente de raça, cor, religião, sexo, etnia, opinião política, se é rico ou pobre, entre outros. Sendo assim, os direitos humanos são garantias previstas em lei, contidas na Declaração Universal dos Direitos Huma-

nos, a qual protege o cidadão de toda e qualquer possibilidade de transgressão de sua liberdade e sua dignidade humana (PIERITZ; BONETTI; FRANZMANN, 2016, p. 24).

Denotando que a liberdade que cada um possui é construída primeiro no Eu, inicialmente, podendo fazer tudo que possa imaginar. Depois dessa liberdade individual, apresentou a primeira barreira que é o Você, ou seja, o **Outro**.

Sim, a minha liberdade vai até o momento de não ferir a liberdade do **Outro**, do **Você**.

Aqui, já entramos em um dogma bastante grande, que são os limites que Você apresenta para o Eu.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Você já parou para refletir sobre os limites impostos pelos outros a você? E se não tivesse esses limites, como você construiria a sua vida? Não se esqueça de que temos as amarras culturais e legais como orientadoras dessa decisão.



Declaração Universal dos Direitos Humanos e Constituição Federal

Esses limites, barreiras impostas, são alicerçados pela sociedade moderna e são definidos, principalmente, pelas leis instituídas em cada país.

Só para exemplificar, temos, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada pela Organização das Nações Unidas (ONU):

ARTIGO 1º

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

ARTIGO 2º

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

ARTIGO 3º

Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

ARTIGO 5º

Ninguém será submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

ARTIGO 7º

Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei.

ARTIGO 9º

Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

ARTIGO 17º

Toda a pessoa, individual ou coletiva, tem direito à propriedade.

ARTIGO 18º

Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

ARTIGO 19º

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

Já quando vamos para as leis e normativas locais, temos, então, que considerar a Constituição Federal de 1988, da qual quero destacar os arts. 1º e 5º para a nossa discussão:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
- II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- III - ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
- VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

Quadro 1 - Título I e Título II da Constituição Brasileira

Fonte: Brasil (1988, on-line).

EU INDICO

Uma leitura que todos estudantes de curso superior devem fazer é a da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), principalmente os Títulos I e II, que trazem os Princípios Fundamentais e Os Direitos e Garantias Fundamentais.



Trouxe essas referências para você entender o crescimento pessoal do individual, do Eu, para o do Você, na construção do Nós, mostrando que os limites são postos para o bem individual e coletivo, e, assim, formar o conceito de sociedade organizada, em que podemos desenvolver o nosso protagonismo social.



Essa vivência social é que nos faz também construtores da nossa sociedade.

O Eu cidadão no Nós

Se você estudar um pouco da História, analisando as conquistas dos direitos sociais, verá que foram escritos por um longo período, perpassando fatos como a Revolução Francesa, a Revolução Industrial, as guerras mundiais, entre outros. Ainda estamos escrevendo, você verá a revolução que irá ocorrer com as IAs que virão!

Mesmo essas novas realidades podem ser entendidas quando lemos, em Pieritz, Bonetti e Franzmann (2016, p. 161), que a conquista de direitos sociais “é um processo lento e gradual, resultado dos movimentos sociais e da luta de classes” e do aprendizado, da evolução do pensar.

Temos que cuidar na construção do Eu e do Você, para não gerarmos uma deturpação conceitual no NÓS.

Assim, trazemos o conceito de uma construção do Nós, do nosso protagonismo social e do cidadão.

Toda essa evolução nos remete à cidadania, ao Nós em vez do individual, e, assim, podemos entender a cidadania como apresentado por Costa e Ianni (2018, p. 47-48), como:



[...] o status daqueles que são membros de uma comunidade e são por ela reconhecidos. É, também, o conjunto de direitos e deveres que um indivíduo tem diante da sociedade da qual faz parte. Historicamente e genericamente, a cidadania tem uma referência espacial, constituída da relação dos indivíduos com um dado território (organização sociopolítica do espaço).

Assim, cidadania é uma noção construída socialmente e ganha sentido nas experiências sociais e individuais. Por isso, será, aqui, compreendida como uma identidade social política. Ora, se identidade pessoal/individual é o conjunto das características e dos traços próprios de um indivíduo, a identidade social são as características que o identificam perante as demais comunidades. E, em certa medida, a consciência de pertencer a algo maior, a um coletivo, a uma sociedade (COSTA; IANNI, 2018, p. 47-48).

Agora, Eu e Você ultrapassamos as dimensões individuais e chegamos no coletivo, na construção de uma sociedade pautada em direitos e deveres, na qual todos nós precisamos seguir para que haja harmonia e paz entre as pessoas que compõem a sociedade como um todo.

 EU INDICO

Para você aprofundar mais seus conhecimentos relacionados à cidadania, recomendo a leitura do texto *O conceito de cidadania*, de Maria Izabel Sanches Costa e Aurea Maria Zollner Ianni.



VOCÊ SABE RESPONDER?

Faça uma análise sobre a importância das leis e das culturas locais para a concepção do ser Cidadão Social.

A expansão do conceito de cidadania e a sociedade moderna, em si, levam, conforme Geaquito (2010), a vinculação desses conceitos à questão da participação política dos indivíduos, sendo um direito seu, mas, também, por outro lado, temos o dever do Estado em oferecer condições mínimas adequadas, para que possa se fazer o exercício desse poder.

A cidadania, o respeito pelos outros e as questões políticas relacionadas à sociedade moderna fazem de todos nós um ser vivo, no qual, conforme Geaquito (2010), todas as partes contribuem para uma vivência plena e feliz.

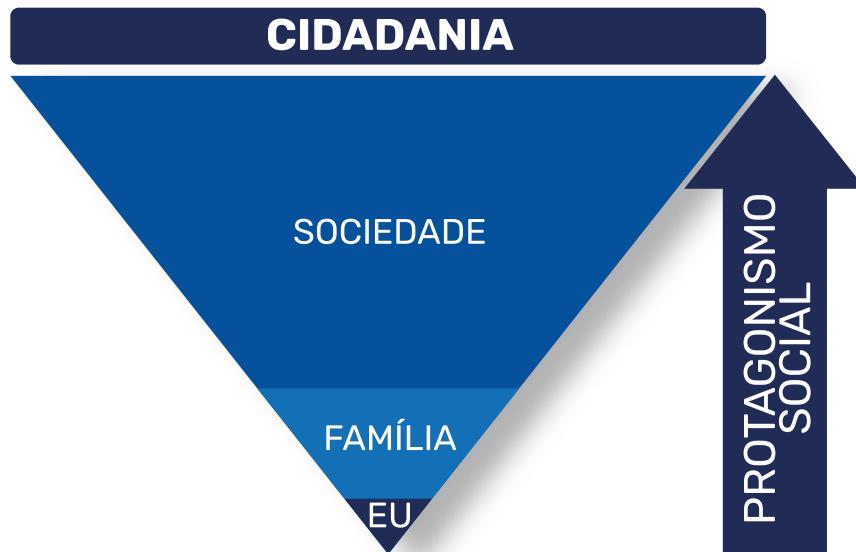


Figura 1 - Evolução do Eu para um protagonista social

Fonte: Pieritz (2023, p. 3).

Descrição da Imagem: a figura apresenta um triângulo invertido: em sua base está o Eu, que retrata o início da jornada da pessoa com todos os seus aprendizados e contribuições; logo acima, traz a família, pois ela é a base da sociedade e na qual se inicia a socialização das pessoas. Acima da Família, a figura traz toda a Sociedade, na qual o Eu e a Família estão inseridos e compõe todo o conjunto de contribuição social. E, por último, temos a Cidadania, que é formada por todos os membros da sociedade, influenciados pelas suas culturas e contribuições pessoais e coletivas. Esse conjunto todo apresenta o crescimento do Protagonismo Social de todos nós. Fim da descrição.

Quando associamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada pela ONU, a nossa Constituição Federal, vimos que o **ser cidadão** é algo que todos buscamos, mas essa busca é de difícil manutenção, principalmente, pela relação individual e pelas interpretações que cada um dá a esses objetos.

Conforme apresenta Hunt (2009), a construção dos direitos humanos foi feita ao longo dos anos de História e conquistas obtidas pelos homens, definindo direitos e deveres entre as pessoas, tornando-as cidadãs de um mundo melhor e com mais dignidade individual e familiar.

E você está ajudando a construir uma cidadania com direitos e respeitos pelo próximo, pelo Nós.



INDICAÇÃO DE LIVRO

Curso de Direitos Humanos

Editora: Saraiva

Autor: André de Carvalho Ramos

Sobre o Livro: André de Carvalho Ramos, *Curso de Direitos Humanos*, que nos traz a evolução histórica e os principais documentos relacionados aos Direitos Humanos.

Inclusive, saiu uma edição nova em 2023. Aproveite e aprenda mais sobre este assunto, principalmente, se você não é da área de humanas, para se familiarizar com o tema, pois ele é bem detalhista, mas, principalmente, para você que é da área e precisa conhecer a fundo sobre este Tema. Eu recomendo.



Assim, o Nós está relacionado, também, aos outros, então, temos pautado como régua de linha os direitos, que a sociedade em geral precisa seguir.

Assim, a ONU, ao divulgar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, descreveu um conjunto de direitos, considerados indispensáveis para uma vida humana mais justa, baseada em liberdade, igualdade e, principalmente, na dignidade das pessoas em geral.

Considerando esses três pontos, **liberdade, igualdade e dignidade**, temos, assim, um conjunto mínimo de direitos tidos essenciais para uma vida plena e digna.

No entanto, como coloca Ramos (2023), as necessidades humanas variam, levando-se em conta o contexto histórico da época em consideração, assim, não tem como condenarmos o passado sem entender e reconhecer o contexto.

Claro que não queremos eximir a responsabilidade dos fatos históricos horrendos que ocorreram em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil.

A evolução cidadã continua

Nas questões atuais, relacionamos, ainda, o Nós com essa nova efervescência que estamos vivenciando, como as IAs, viagens espaciais e carros voadores. Tudo isso está explodindo agora. Ramos (2023) expõe que as novas demandas sociais, que são produzidas pela modernidade, são traduzidas juridicamente e atualizadas na lista dos direitos humanos.

Logo, o que vale hoje, pode ser arcaico amanhã. Por isso, a importância do crescimento do Eu e Você, porque o Nós continua evoluindo, queiramos ou não.

Não sei se você percebeu, mas mesmo aqui, neste tópico, você já evoluiu como pessoa, saiu do individualismo inconsciente da caverna de Platão para o vasto mundo em que possuímos direitos respaldados pela nossa dignidade humana. Todavia, também temos deveres, pois o Nós também ressalta que não podemos tolher os nossos irmãos humanos de seus direitos, igualdade para todos.



A relação da dignidade, das relações humanas e da cidadania revela o tecido intrincado e essencial subjacente à nossa humanidade compartilhada e que trouxe você nestas construção do seu Eu.

Por meio de lentes acadêmicas, você examinou e aprendeu a natureza, a intrincada dinâmica das relações humanas e a importância da cidadania na promoção de uma sociedade justa e inclusiva, pois o Nós traz todos para a coletividade e para a vivência em paz.

A dignidade da pessoa humana, como aspecto fundamental da existência humana, abrange tanto o valor intrínseco quanto o reconhecimento desse valor pelos outros.

É por meio da dignidade que os indivíduos obtêm um senso de autorrespeito, arbítrio e valor, ao mesmo tempo em que reconhecem a dignidade inerente a todo ser humano.

Ao reconhecer a natureza universal da dignidade, cultivamos um ambiente que promove o respeito, a justiça e a igualdade, promovendo, assim, relações humanas significativas e construtivas para todos nós.

As relações humanas, em sua essência, são os blocos de construção da coesão social e da interconexão entre os indivíduos, assim, perpassando por todo um processo de amadurecimento pessoal do Eu para a vivência no coletivo, na sociedade no Nós completo.

Por meio de nossa exploração, identificamos a intrincada interação de poder, empatia, comunicação e diversidade cultural nas relações humanas.

Reconhecer as nuances e as complexidades inerentes a essas dinâmicas modernas e entre as pessoas nos permite navegar e resolver conflitos, promover o entendimento e proporcionar empreendimentos colaborativos.

Ao promover relações humanas positivas e empáticas, nutrimos comunidades inclusivas que celebram a diversidade e abraçam a riqueza de perspectivas variadas.

Assim, a cidadania nos leva para além dos marcos legais, representa uma responsabilidade ética e participativa perante a sociedade.

Como cidadãos engajados, temos o dever de contribuir ativamente para a melhoria de nossas comunidades e do mundo como um todo.

A nossa ligação com a cidadania implica defender os princípios democráticos, defender a justiça social e reconhecer os direitos e responsabilidades inerentes que acompanham a participação em um coletivo.

Ao abraçar o conceito de cidadania, nos capacitamos para efetuar mudanças positivas, cultivar a coesão social e construir uma sociedade mais equitativa e compassiva.

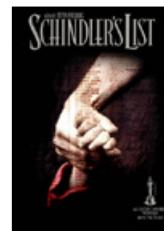
Logo, temos uma responsabilidade maior do Eu evoluído (estudado) em relação à sociedade (Nós) como um todo. Essa é a sua responsabilidade!



INDICAÇÃO DE FILME

A Lista de Schindler

Dirigido por Steven Spielberg, o filme retrata a verdadeira história de Oskar Schindler, um empresário alemão, que salvou a vida de mais de mil refugiados judeus durante o Holocausto. O filme chama a atenção para as atrocidades cometidas contra judeus e outros grupos perseguidos durante a Segunda Guerra Mundial, enfatizando a importância de reconhecer e defender os direitos humanos diante da discriminação e da violência. Vale muito a pena assistir, pois o filme traz muitos pontos importantes para você refletir sobre a evolução das pessoas, a dignidade e o protagonismo de pessoas, que influenciaram todo um contexto social.



Em essência, a exploração da dignidade, das relações humanas e da cidadania nos obriga a refletir sobre nossos próprios papéis como indivíduos e como membros da sociedade. Exorta-nos a lutar, continuamente, pelo crescimento pessoal, empatia e compreensão, ao mesmo tempo em que promove um espírito coletivo de respeito, justiça e igualdade.



PENSANDO JUNTOS

Após todo esse aprofundamento teórico sobre o Nós cidadão e os direitos humanos, faça uma reflexão individual dos pontos que você precisa melhorar para ajudar a melhorar a sua comunidade em relação ao pertencimento de todos e ao seu crescimento como cidadão de um mundo mais igual.

Ao adotar esses conceitos e incorporá-los em nossos esforços, podemos promover um ambiente que celebra a dignidade humana, nutre relações humanas harmoniosas e defende os valores da cidadania responsável, abrindo caminho para um futuro mais brilhante e inclusivo.

Faça parte dessa evolução do Eu, do Você e do Nós, o primeiro passo foi dado!

NOVOS DESAFIOS

Na verdade, é agora que começa...Novos desafios para você!

A construção do Eu, de Você e do Nós é algo complexo e simples ao mesmo tempo, pois, apesar de depender do coletivo, da sociedade, começa com as contribuições individuais de cada um dos Eus que estão lendo e fazendo este curso. Tudo o que aprendemos nos leva ao nosso protagonismo.

É simples porque é o passo adiante que cada um dá, mas, também, é complexo porque amarra todos os Nós, definindo uma sociedade mais igualitária e humana, fazendo um futuro melhor para todos.

Estes é o momento de você refletir, pegar as ferramentas que lhe serão dadas e ajudar a fazer um mundo **melhor, e não é difícil**.

Cada um fazendo a sua parte na família, na comunidade e no trabalho conseguirá deixar um futuro melhor para a humanidade, e temos muito ainda a fazer.

O que você vai fazer?

São tantas indagações!

VAMOS PRATICAR

1. O ser humano tem evoluído nos últimos milênios, criando diversas tecnologias e formas de viver em uma sociedade digna e cidadã para todos. Essa evolução, apesar de ser sentida por toda a sociedade, é fomentada pelo Eu crítico, pensador, que busca sempre por novos desafios, crescimento pessoal e formação de um cidadão completo. Analisando o Eu pessoa e a sua evolução, na construção de um Você (família) e de um Nós, como sociedade, formam cidadãos mais completos. Assim, podemos afirmar que:
 - a) A evolução do Eu por meio de aquisição de conhecimentos, amadurecimento pessoal, fazendo o Eu tornar-se uma pessoa melhor em todos os aspectos ajuda a formar um Você é um Nós mais justo e cidadão, fazendo, assim, um mundo melhor.
 - b) A evolução de algumas poucas pessoas é o suficiente para a geração de um mundo melhor.
 - c) O Eu não tem necessidade de evoluir com a aquisição de conhecimentos, amadurecimento pessoal, pois o Eu torna-se uma pessoa melhor mesmo não fazendo nada, mas, assim mesmo, forma um Você e um Nós mais justo e cidadão, fazendo, assim, um mundo melhor.
 - d) A evolução do Eu não contribui na formação de Você, do Nós e da sociedade.
 - e) O Eu não contribui na formação do Você e do Nós, no âmbito da sociedade.
2. Um dos pontos primordiais da sociedade moderna está na questão da prática, por todos que a compõem, dos princípios instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, em 10 de dezembro de 1948. Assim, considerando o conceito de direitos humanos, analise as alternativas apresentadas e assinale a correta:
 - a) Os direitos humanos são os direitos próprios que estão intrínsecos à vida do cidadão. Nessa linha, é possível compreendermos que cada ser humano pode usufruir de seus direitos, independentemente de raça, cor, religião, sexo, etnia, opinião política, classe social, entre outros.
 - b) Os direitos humanos são os direitos próprios que estão intrínsecos aos cidadãos de países desenvolvidos e por isso, foram promulgados na França. Nessa linha, é possível compreendermos que cada ser humano, que mora nesses países, pode usufruir de seus direitos, independentemente de raça, cor, religião, sexo, etnia, opinião política, classe social, entre outros.
 - c) Os direitos humanos são os direitos próprios que estão intrínsecos aos cidadãos ricos de países desenvolvidos.
 - d) Os direitos humanos são os direitos que estão intrínsecos somente aos cidadãos ricos de países desenvolvidos.
 - e) Os direitos humanos são os direitos que estão relacionados a casos de Justiça, quando um réu vai a júri popular por seu crime.

VAMOS PRATICAR

3. Depois da Segunda Guerra Mundial e as diversas declarações de barbárie cometidas, a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual foi proclamada por todos como uma carta-guia a todos os povos livres do planeta Terra. Foram muitos os países que a aceitaram e, inclusive, colocaram seus princípios em prática. Identifique a opção correta que apresenta a referência a um artigo apresentado na Declaração Universal dos Direitos Humanos apresentado pela ONU:
- a) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.
 - b) Todos os seres humanos nascem presos ao sistema e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de limites, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.
 - c) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de limites, devem agir uns para com os outros em espírito de concorrência.
 - d) Todos os seres humanos nascem livres e desiguais em direitos. Dotados de limites de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.
 - e) Todos os seres humanos nascem livres e são diferentes nas questões legais conforme a sua classe social. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucional/constituicao.htm. Acesso em: 31 ago. 2023.
- COSTA, M. I. S.; IANNI, A. M. Z. O conceito de cidadania. In: COSTA, M. I. S.; IANNI, A. M. Z. **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea**: uma análise teórica. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2018. p. 43-73.
- GEAQUINTO, W. S. **Cidadania, o direito de ser feliz**: iguais e desiguais, até quando? São Paulo: Ed. Biblioteca 24 Horas, 2010.
- HUNT, L. A. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília, DF: ONU, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declar%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- PIERITZ, V. L. H. **Cidadania e Protagonismo Social**. Indaiatuba: Vitru Educação, 2023. [? slides], color., 25 x20 cm.
- PIERITZ, V. L. H.; BONETTI, J. C. S.; FRANZMANN, N. M. **Direitos humanos e cidadania**. Indaiatuba: Uniasselvi, 2016.
- RAMOS, A. de C. **Curso de direitos humanos**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

GABARITO

1. Opção **A**. A evolução de uma pessoa, principalmente, em sua educação/conhecimento traz responsabilidades maiores ao Eu, e, por consequência, ajuda na formação de uma família mais consistente (o Você), assim como traz melhorias para toda a sociedade.

Para exemplificar, podemos utilizar o estudante que, em sua fase atual, é um mero aprendiz, evoluindo em seu conhecimento e trato profissional. No entanto, após formado, espera-se dele toda uma contribuição profissional, fazendo um Você e um Nós diferente, depois de formado, a sua contribuição será de atitudes profissionais e a sociedade o verá como médico, enfermeiro, professor, administrador etc.

2. Opção **A**. O conceito apresentado como alternativa correta está baseado na Declaração dos Direitos Humanos da ONU.
3. Opção **A**. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade. Este texto é a íntegra do artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgado pela ONU.

